A Agroecologia é Política págs 30-33 • **Autogestão das Levadas** págs. 13 e 14 • **O Vale dos Vencidos de J. Smith Vargas** págs. 20 e 21

mapa

Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 40
JANEIRO-MARÇO 2024
TRIMESTRAL / ANO XI
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

Rita Comedida

MONTANHAS BARROSÃS

Peça quase teatral sobre a resistência e a defesa dos montes perante as tentativas da mineradora Savannah Resources de esventrar as terras do Barroso. **págs. 15 a 17**

O PORTO NÃO É PARA POBRES

Na zona oriental do Porto, desenha-se um novo processo de gentrificação. Atrair novos residentes e negar a habitação dos que ali vivem. **págs. 10 a 12**

CURDISTÃO QUEER

Conversa com uma militante trans não binária em Rojava, quebrando as contradições retrógradas no movimento curdo face à luta LGBT+. **págs. 22 a 24**

CESSAR-FOGO, JÁ!

Com o 7 de outubro e o genocídio em Gaza, o cessar-fogo urge para, em oposição à guerra, enfraquecer os excessos nacionalistas e racistas. Em trauma e sob vigilância sionista, as famílias e comunidades israelitas, que fizeram de sua casa o sudoeste alentejano, temem juntar a sua voz na defesa pela vida e com a Palestina. A realidade não pode ser ignorada, e perante a barbárie, o silêncio pode ser ensurdecedor. **Págs. 3 a 7**

Universidades sem algemas

Em novembro de 2023, as direções de três universidades em Lisboa responderam com repressão policial às ocupações estudantis promovidas pela Greve Climática Estudantil (GCE). As ações não pararam e a solidariedade chegou de vários lados.

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT

No passado dia 13 de novembro, algumas faculdades portuguesas foram ocupadas por estudantes que reivindicavam o fim dos combustíveis fósseis. Em resposta a este movimento, as direções da NOVA – FCSH, do ISCTE e da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa chamaram a polícia para retirar as estudantes das suas instalações.

Matilde Ventura, estudante de Antropologia da FCSH, lembra que esta era já a terceira ocupação nesta faculdade, depois das de novembro de 2022 e de maio de 2023. No entanto, a direção da faculdade não permitiu que as estudantes lá pernoitassem e acabou por chamar a polícia perto da meia-noite.

A ação policial, segundo Matilde, foi muito agressiva. Acorreram cerca de 20 agentes para deter meia dúzia de alunas. Estas foram algemadas e metidas em diferentes carros da polícia. Um dos carros embateu numa viatura civil ao sair da faculdade a grande velocidade, provocando um acidente. A jovem que seguia nesse carro precisou de tratamento hospitalar e foi levada pelas 4h da manhã, de braço ao peito, para a esquadra da Penha de França.

> «Já não participamos em eventos apenas performáticos: ocupamos escolas e interrompemos o normal funcionamento das instituições.»

As estudantes foram retiradas dos carros também com violência física: um polícia apertou o pescoço de uma das jovens; outros projetaram algumas das detidas contra uma parede. As seis estudantes dormiram no chão de uma sala de interrogatório e ouviram ofensas verbais.

No dia seguinte, estas alunas regressaram à sua faculdade, onde foram recebidas por uma manifestação de apoio, contra a repressão policial e pelo fim ao fóssil. Estudantes de outras ocupas universitárias juntaram-se à ocupa da FCSH. Nesse dia, cerca de 25 pessoas conseguiram reocupar a faculdade e resistir.

No terceiro dia da ocupa da FCSH, cerca de 5 militantes do partido CHEGA entraram no pátio para confrontar o protesto climático. Depois de horas de provocações, o grupo de extrema-direita chamou a polícia para identificar outros estudantes da FCSH que, alegadamente, os teriam atacado.

A ocupação da FCSH culminou no dia 17 de novembro com um protesto contra a repressão policial, convocado para as 15h em frente da reitoria da Universidade de Lisboa. Depois de uma conversa infrutífera com o reitor, um grupo de estudantes sentou-se no espaço da reitoria, recusando-se a sair. A polícia foi, mais uma vez, chamada a intervir, e as pessoas foram detidas até à 1h da manhã na esquadra dos Olivais.

De acordo com o calendário das ações, depois de uma primeira semana de ocupações de escolas e faculdades, a segunda semana de protestos dirigiu-se a partidos e instituições do Estado. No dia 19 de novembro decorreu uma assembleia estudantil em frente da Assembleia da República. Nesta ocasião, duas pessoas foram detidas e levadas para a esquadra de Algés, por subirem a escadaria de São Bento e pendurarem uma faixa.

Nos dias seguintes, estudantes colaram-se a sedes de partidos para entregarem um plano de transição energética formulado pela Campanha Empregos para o Clima. Esta ação foi levada a cabo junto de todos os partidos com assento parlamentar, à exceção do CHEGA, ao qual foram entregues brinquedos para cães.

As ações culminaram no dia 24 de novembro, com a ocupação surpresa do Ministério das Infraestruturas e da Habitação e com um protesto frente ao Ministério do Ambiente. Neste último, no contexto de uma carga policial, um jovem sofreu ferimentos na cabeça, provocados por um cacetete, e uma estudante do liceu Camões, de 14 anos, viu uma arma ser-lhe apontada à cabeça. No total, foram detidas 27 pessoas.

Estas detenções motivaram vigílias à porta das esquadras, com a presença de amigos e familiares, mas também de desconhecidos, que foram trazendo comida, água e mantas para as pessoas que esperavam pelas companheiras. Os gestos de solidariedade chegaram também do movimento internacional End Fossil e da Frente Grisalha pelo Clima, que lançou a carta aberta «Universidades sem Algemas», que contou com mais de 350 pessoas signatárias.

A queixa apresentada pelo Ministério Público, no seguimento da ocupação da FCSH, contou com um membro da direcção desta faculdade como testemunha. No dia 4 de janeiro, cada estudante foi condenada a pagar uma multa de 150 euros, por desobediência simples.

Realizando um balanço destas ações, Matilde assinala: «Há uma diferença desde 2019, em que havia muitos estudantes e que o governo era compreensivo e até entusiasta com o movimento climático. Entretanto, passaram 5 anos e continuamos em perigo de extinção. Por isso as nossas reivindicações estão mais maduras e não se cingem às greves. Já não participamos em eventos apenas performáticos: ocupamos escolas e interrompemos o normal funcionamento das instituições. E, por isso, a resposta do outro lado é a repressão. Porque estamos a pôr o dedo diretamente na ferida.»

De Gaza a Odemira

Depois do 7 de outubro e com o desenrolar do genocídio em Gaza, o que podemos escutar das comunidades alternativas israelitas que se vieram instalar na última década no Sudoeste Alentejano?

António Falcão

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT [1]

Odemira, primeiro sábado de 2024. Três meses depois do horror da incursão terrorista do Hamas de 7 de outubro em Israel e contabilizada a perda de cerca de 30.000 vidas palestinianas, entre mortos e sepultados nos escombros, depois da resposta do exército israelita em Gaza. Dirijo-me a AlmaOhana, uma pequena comunidade de israelitas e pessoas de outras nacionalidades, criada em 2021: uma mais das que veio repovoar o sudoeste alentejano com o sonho de um estilo de vida regenerativo. A fogueira na rua do monte alentejano já aquece do frio invernal quem vai chegando para um «Círculo de Partilha para o Luto, Conforto e Compreensão em relação a Israel e à Palestina».

Joey, Eva, Noy e Matthias, os anfitriões, juntam pela terceira vez quem procura entender «como é que esta guerra está viva na comunidade local e internacional aqui no Alentejo, com o objetivo de fomentar uma nova cultura de apoio e união em pequenas comunidades que enfrentam conflitos globais». Já entre as paredes de taipa, aquecidas pelas salamandras, a dança fluirá inicialmente por entre os 26 participantes aí reunidos. Confidencialmente, ouço quem toma a voz para expor o que vive e sente. Sobretudo, recolho em mim os medos, angústias, desespero e vergonha nas vozes israelitas. Mais ainda porque, pela primeira vez, há duas palestinianas no círculo, cujas vozes, embargadas ou iradas, nos atingem em profundidade e sem concessões. A intensidade da dor e da perda, e a incompreensão absoluta da desumanidade em Israel e Gaza, une o círculo numa base comum, resumida ao mais básico: a defesa da vida e da paz.

Tenho-me cruzado com gente que tem moldado este território, propondo modos de vida alternativos, demonstrando a viabilidade de outras relações com a natureza, e garantindo um futuro saudável aos novos alentejanos, nascidos das mais de oitenta nacionalidades registadas só no concelho de Odemira. Na última década, nos mercados entre a Aldeia das Amoreiras ou São Luís, o hebreu quase subsituiu o ecoar das vozes em inglês. As famílias e as comunidades israelitas chegaram em força aos vales e lugares recônditos que pautam a cartografia *hippie* do território.

Construir esta nova comunalidade, tão empolgada na sua vestimenta eco-alternativa, solicita aos israelitas, mais do que nunca, uma palavra sobre o drama humano em curso. Porém, o silêncio imperou desde o 7 de outubro e tornou-se um peso demasiado incómodo face à inominável atrocidade que fez do horror terrorista um pretexto para aniquilar o povo palestiniano a uma escala sem precedentes nestes 75 anos de ocupação da Palestina. Nesse silêncio, compreensível na sua dor e trauma, o ódio abria caminho, forçando as pessoas a escolher lados, como se só pudesse haver dois lados. Sem se ouvir um afirmativo apelo ao cessar-fogo. E foi deste incómodo que parti para escutar palestinianas, israelitas e quem mais se propôs viver no Alentejo o sonho de outro mundo, fugindo, outra palavra não haverá, da barbárie humana.

Silêncio quando as crianças dormem, não quando são mortas.

Eva, com quem falamos antes de nos encontrarmos na AlmaOhana, empenhou-se em criar um espaço de escuta e de fala sobre este tópico. «Como alemã, criticar as políticas de Israel coloca-te muito rapidamente na gaveta do anti-semitismo. As pessoas estão muito assustadas em falar». Cresceu com esse desafio e a sua primeira viagem fora da europa «foi a Israel, para tentar tirar um sentido disso». Aqui, no Alentejo, «vemo-nos uns aos outros na nossa dor, em círculos de partilha e nos mercados», mas «não falarmos sobre isto não é natural. De que comunidade se trata afinal? Será que quando chegamos ao ponto de a questionar face a conflitos globais ela simplesmente colapsa, porque apenas se reúne num nível *light*?». Daí o desafio de abordar em comunidade «tópicos pesados, onde podemos começar a construir uma nova cultura de apoio».

Na busca de um «consenso básico sobre o que se está a passar na nossa comunidade», o primeiro círculo de partilha teve lugar três semanas após o início da guerra. «Foi muito agitado, vivo e doloroso». O segundo decorreu mais calmamente, mas em ambos pesava a falta de duas palestinianas convidadas, a residir na zona. Não se sentiam à vontade, desde logo, pela diferença numérica com israelitas. Joey, nascido em Israel, contou-nos, por isso, que o grupo entendeu tomar uma posição contra o que se está a passar em Gaza, assim como pelo resgate dos reféns: «percecionar a dor em ambos os lados». «Por isso gostaria que os israelitas ouvissem as vozes palestinianas, e claro que não estou a falar de todos os israelitas... Há muitos que não querem ouvir o outro lado».

Estes encontros intimistas não escondem a intenção de se

António Falcão

Haneen e Aida, Odemira, 29 de Dezembro

projetar na comunidade local, fortalecendo as iniciativas que, pese tardiamente, saíram à rua como a concentração contra o cessar-fogo que, uma semana antes, na vila de Odemira, a 29 de dezembro, reuniu dezenas de portugueses, israelitas, palestinianos e outras nacionalidades no largo frente à câmara municipal.

Trauma. Culpa. Solidariedade.

Essa concentração foi uma demonstração pública há muito aguardada pelas duas palestinianas residentes em Odemira com quem falámos. Aida, uma conhecida ativista pela paz da comunidade Tamera, coletivo que desde a primeira hora veio a público exigindo o cessar-fogo; e Haneen, uma jovem mãe de Gaza, com dois filhos, a residir na zona há cerca de 5 anos.

Para Haneen «têm sido tempos muitos desafiadores, mas procuro estar rodeada de pessoas com quem posso falar, que compreendam a situação e mostrem solidariedade. Mas não posso mentir, houve muitos momentos em que me desliguei, pois vivi este tipo de atrocidades. Sobrevivi a quatro grandes agressões em Gaza. Estive em várias situações perto da morte, nem me lembro de todas...»

Não lhe é fácil o exercício de equiparação, na escala dos horrores, entre o 7 de outubro e o genocídio que se passa em Gaza, razão pela qual não consegue lidar com o silêncio à sua volta. «Há pessoas que eu tenho como amigas na comunidade israelita e que não tomaram qualquer posição. A um deles perguntei se podia, ao meu lado, erguer um cartaz de cessar-fogo e respondeu-me que não o podia fazer. Como manténs a solidariedade se não és capaz de um tal ato? Desculpem, mas isto faz-me sentir muitas coisas ao mesmo tempo. Sinto-me desapontada». Esse amigo entende ser importante «querer levar as histórias de Gaza, a minha história pessoal, aos corações da sociedade israelita. E sim, eu quero que isso aconteça, mas ao mesmo tempo vejo que ele está com o medo de ser culpabilizado, de ser atacado». A incompreensão estende-se à comunidade, em particular, «que fala em desenvolver uma consciência, novos valores culturais, uma nova humanidade e trazendo novos modos de vida. E ver que isso não se relaciona com outros lugares no mundo».

Haneen compreende que «ambos os povos estão a experienciar um trauma. O receio da perda das suas vidas e dos seus entes queridos. A sobrevivência. É algo que vem de um lugar de medo e de proteção, e que o governo israelita ativou nas pessoas para ter permissão de fazer o que quiserem. Mas, ao mesmo tempo, os palestinianos vivem sob ocupação há 75 anos e não podem continuar a viver dessa forma para sempre. Não se trata de escolher lados, mas de tomar consciência da realidade tal como ela é. Enquanto estivermos a negar a realidade nunca estaremos num novo caminho para prosseguir. Quando peço que tomem posição, trata-se de reconhecer uma realidade na qual eu sou afetada pela situação mais do que o outro. Há um desequilíbrio, e é isso que tento explicar».

Aida nota que o perfil da maioria dos israelitas de que aqui falamos é «gente alternativa, com mentalidade de esquerda e um coração aberto». «A maioria deles vive num lugar de culpa pelo que se passa na Palestina» e o acontecimento traumático de 7 de outubro, deu-lhes «a possibilidade de se declararem igualmente vítimas. Isso fornece uma desculpa para se manterem em silêncio, o que é muito perigoso». É algo muito sensível, no qual será sempre «mais fácil ficar nessa resposta traumática, sentido a dor pelo teu próprio povo, sem tomares a responsabilidade de apelar claramente ao cessar-fogo e ao fim do genocídio dos palestinianos».

> «Esse trauma criado, de raiva e ódio, é escolher um lado. Estão a criar uma nova geração de Hamas e de soldados israelitas criminosos».

A essa resposta traumática somam-se as circunstâncias particulares da condição israelita, bem distinta da palestiniana, o que, para Aida, pode igualmente explicar o silêncio. «Os israelitas que aqui estão, a sua maioria, estão financeiramente bem, com familiares, amigos, projetos e empresas em Israel. Mas Israel enlouqueceu sobre qualquer um que fale contra a guerra em Gaza». «Os israelitas serão culpabilizados se se posicionarem contra a guerra. Por isso, se o teu coração não é verdadeiramente revolucionário e se não está pronto para pagar o preço, e se tens uma bolha para estares no Alentejo, silencioso e bonito, então apenas cultivarás os teus vegetais e não falarás disso, do que se passa em Gaza. E isso é um silêncio de privilégio».

Para Aida, o facto é que, «apesar da minha dor, eu tenho de me esforçar em pedir cooperação, pois eu sou quem é mais ferido. Por isso dirijo-me aos internacionais e locais que podem fazer algo, abrindo espaços onde palestinianos e israelitas possam falar. Eu acredito que as pessoas judaicas, com boas intenções e com amor, serão os melhores agentes. A sua voz é mais forte que a minha, porque para o povo deles eu ainda sou o inimigo. Mas se um judeu israelita falar com eles com a mesma energia, de amor e justiça, dirá que é tempo de reconciliação. Um judeu a falar disso tem mais valor, pelo que apelemos aos israelitas no Alentejo para criarmos algo fora da zona de conforto».

Quebra de Confiança

Alon e Pnina são uma família israelita que, no seu terreno, para os lados dos Lameiros, abre portas à comunidade nos muito concorridos mercados da Azula. O mercadinho de artesanato e afins, comida, música e dança tornou os domingos da Azula um ponto de encontro de referência. Juntámo-nos em dezembro passado no café Nativa, espaço da Regenerativa Cooperativa Integral em São Luís, numa conversa que se estendeu tarde adentro. Era a primeira vez, depois do 7 de outubro, que punham cá para fora as suas impressões e rapidamente o encontro resultou num improvisado círculo de partilha juntando-se à mesa quem mais por ali ansiava ouvir e falar sobre o assunto.

O trauma do massacre do Hamas e a resposta genocida do exército israelita abalaram-nos visivelmente. Nas gavetas em sua casa ainda estão as t-shirts com *Free Palestine* estampado, que envergaram tal como muitos outros israelitas de esquerda que apoiaram os palestinianos anos a fio. Saíram de Israel após o conflito Israel-Gaza, de 2014, à data a maior operação militar israelita desde a Guerra de Gaza de 2008 (que contabilizou a morte de 2000 palestinos e 60 militares israelitas, números que ilustram bem a escalada da atual guerra). Haviam chegado a um ponto insuportável. «As nossas duas filhas, então com menos de 2 anos de idade, já aprendiam no jardim infantil em como se baixar e proteger a cabeça. Eu própria olhando para um muçulmano e receando, porque cresci assim, a ver bombas a explodir», conta Pnina. «Não quero que as minhas filhas os julguem assim, mas que deem uma oportunidade como seres humanos. Por isso saímos.»

Para Pnina, o 7 de outubro «foi o momento mais difícil na minha vida como judia». Mais do que em 4 de novembro de 1995 quando Yitzhak Rabin foi morto. Então foi para matar o sonho da paz, agora foi um "assegura-te de que a paz não vai acontecer"». Desde então muitos mais israelitas vieram para cá e Pnina não precisa dizer o que transparece no seu olhar. «Os israelitas estão em trauma. O que se passou é algo que nenhum

ser humano pode compreender. A maioria dos israelitas que foram mortos eram de esquerda, os que acreditavam na paz, voluntários que faziam o transporte de crianças doentes de Gaza para os hospitais em Israel, os únicos em Israel que davam a sua vida pela paz. E agora a confiança quebrou-se, não apenas com os árabes, mas com o governo israelita, pois o sentimento é que o exército do país não veio em seu socorro. Durante 24 horas as pessoas foram queimadas, raptadas, violadas e ninguém do exército israelita veio para os salvar.»

«Se não está pronto para pagar o preço, e se tens uma bolha para estares no Alentejo, silencioso e bonito, então apenas cultivarás os teus vegetais e não falarás disso, do que se passa em Gaza. E isso é um silêncio de privilégio.»

Sinto o resultado contraditório desta quebra de confiança. Por um lado, a dor quanto à inumanidade do Hamas sobre os israelitas. Esses, diz Pnina, «que davam a sua vida pela paz. Como é que a partir desse dia podemos olhar para os palestinianos e dizer que continuamos a acreditar na paz? Estou a falar das pessoas que eram muito radicais acerca da paz, os mais radicais em Israel. Viviam aí, havia amizade. E se lhes perguntares hoje, dizem-te: «vão lá e matem-nos!". Pessoas que nunca na sua vida pensavam em matar palestinianos. Isso vem da dor e parte-se-me parte o coração ouvi-los reagir dessa forma tão adversa. É errado, terrível, mas eu não os consigo julgar. Vieram até às suas casas, às 7 da manhã, violaram as suas mulheres, mataram as suas filhas. Foi tão maldoso. Eu não consigo julgar, apenas dizer-lhes que têm de continuar a acreditar na paz».

Por outro lado, a certeza das responsabilidades do governo israelita no que se passou. Em ter aberto as portas no dia 7 de outubro. Não hesitam em apelidar de louco e nazi a bibi" Netanyahu. «Foi ele quem matou o processo da paz e pagou ao Hamas, todos os meses, muito dinheiro, para que não houvesse qualquer solução política. Mantendo-lhes o estatuto, pensando que se manteriam quietos». Todo um enredo, criado pelos Estados Unidos e Israel, que potenciou o desfecho do Hamas. Já Aida nos apontara essa premeditação por parte

Eva Stotz

Vila Nova de Milfontes, 13 Janeiro

do governo israelita, assim como as acusações de israelitas à inação do exército, que esperou «que matassem as nossas filhas e filhos para que pudessem implementar o planeado projeto económico e político. O projeto para um segundo nakba [êxodo palestino de 1948], de enviar Gaza para o deserto, para o Egipto e Jordânia, e tomar Gaza. Um projeto colonial que se está a expandir», e a que se junta a cooperação dos Estados Unidos e Israel para garantir o monopólio do gás natural do Levante à Europa, ao invés do gás russo ou iraniano.

Posto isto, para Pnina, o contraditório assola-a naquilo que poderia significar vestir hoje a sua t-shirt *free palestine*, ou ao ver essas palavras nas paredes do mercado municipal de São Luís. «*Free Palestine* - eu morreria por uma Palestina livre mas hoje parece tudo misturado, as pessoas e as organizações terroristas». Quando na página da Azula «postei algumas coisas sobre os reféns, sobretudo os bebés raptados», Pnina diz-se surpreendida com as reações: «de como me atrevia a escolher lado pois a Azula é uma espécie de espaço comunitário. Mas nós somos israelitas, não posso bloquear isso. E sim, eu esperava da comunidade alternativa aqui que dissessem de forma muito clara depois do 7 de outubro: tragam de volta os bebés raptados e não apenas Palestina Livre! O 7 de outubro não é acerca de libertar a Palestina, mas acerca de terroristas que trouxeram tamanha dor».

Por tudo isso Alon e Pnina compreendem o silêncio. «Uma das formas de reação foi fechar-nos em nós mesmos, o que é tomar um lado. O que é compreensível, mas não justificado». Alon não esconde que «é a primeira vez que falo mais do que dois minutos sobre o assunto, pois falei sobre isto toda a minha vida e estou cansado. Por isso decidi ir à minha vida, tratar das minhas crianças e ter uma comunidade aqui à minha volta. Criar o meu mundo e formar parte de um corpo forte juntos». Mas sabe que o que está em causa aqui «não é escolher um lado. O que está em causa aqui não tem a ver com os povos palestinianos ou israelitas». Pnina corrobora: «Isto não é acerca de palestinianos e israelitas, mas acerca do poder». Para Alon, esse «trauma criado, de raiva e ódio, é escolher um lado. Estão a criar uma nova geração de Hamas e de soldados israelitas criminosos».

Compreender não é justificar

Este consenso acerca da ilusão dos «dois lados» é algo que surge também na conversa que tive com Aida, na Tamera. «Não se trata de escolher lados, mas sim de tomar uma posição pela vida. Se há dois lados é entre a vida e contra a vida. E é muito fácil ver quem está pela vida e quem não o está. Eu apelo às comunidades israelitas que tomem uma posição pela vida e que façam uso do seu privilégio em falar, não contra Israel, nem contra o povo judeu, mas contra o governo e o exército de Israel». «Há um plano que é contra as pessoas, todas as pessoas. Não nos deixemos prender na posição entre israelitas e palestinianos».

Não tomar lados começa assim por tomar consciência da realidade tal como ela é e a palavra ocupação vem colada ao estado de Israel. Como me contou Haneen: «eu cresci durante a ocupação. Crescemos todos em diferentes realidades, a minha é a ocupação. A dos tipos do Hamas é ocupação. Quando cresces em tal realidade, cresces sem compreender porque é que estamos a ser controlados, atacados. Lidando com perdas, uma e uma vez mais. Acredito que nós, palestinianos e israelitas, temos muito a desaprender, nomeadamente acerca das nossas histórias pessoais, de forma a alcançar um entendimento. Porque em Gaza, asseguro-te, há estes tipos do Hamas, mas há antes de mais um povo que quer apenas viver pacificamente, que realmente não quer violência, nem qualquer tipo de controle sobre as suas vidas. Eu sou uma simples pessoa de Gaza, uma simples jovem mulher com duas crianças, dizendo: queremos viver em paz. E a sociedade israelita precisa de ver isso. Há muita desaprendizagem e pontes a fazer para acabar com a ocupação e desmantelar este sistema que causa toda esta atrocidades e violência entre ambos os povos, o ódio, as matanças. Trata-se de desmantelar o sistema, pois enquanto este existir, como é que podemos vislumbrar outro caminho? Não sei como explicar, mas olhando para alguém do Hamas, e não estou a defendê-lo, mas a falar da realidade, que cresce, perdendo a sua mãe, as suas irmãs, irmãos, primos, em ataques, não tendo qualquer comida nem controlo sobre a sua vida, sem esperança por um futuro: como é que esperamos que ele venha a ser?».

Razão pela qual, reitera Aida, «há uma grande diferença entre justificar e compreender». «Para os palestinianos em Gaza que tentaram de tudo, todas as medidas não violentas, pacíficas, culturais, poéticas, todas as formas de resistência, que lhe foram negadas, consigo compreender, no fundo do desespero, que também uses a violência para te libertares. Eu não o justifico, gostaria que não fosse assim, mas consigo compreendê-lo».

Haneen assinala, à luz do que se está a passar, que Israel «vem de um lugar com um passado de trauma e de ter experienciado ele mesmo o que se passa. Podemos, sim, falar do holocausto, mas ao mesmo tempo do facto de não quererem ver o que se está a passar em Gaza, exatamente aquilo que lhes foi feito».

Amor antes da Religião

Alon e Pnina falam-nos, por sua vez, das suas raízes. «O nosso sangue é árabe, somos árabes judeus. A minha família [Pnina] vem da Líbia. Eu não tenho um lugar para voltar, mas eu acredito em Israel, tal como acredito que possamos viver juntos. Porque a minha cultura, a música, a comida, é mais árabe que israelita. Os meus pais falavam árabe e não hebreu, a minha avó não sabia uma palavra em hebreu. Mas depois disto que se passou, se eu disser que sou árabe judeu, olharão para mim como... Põem-me de lado».

Para Alon, «se houvesse um deus, estas coisas não teriam acontecido, porque todos rezamos ao mesmo deus, somos irmãos, temos sangue vermelho e comemos do mesmo prato. Guardo do meu avô as palavras - amor antes da religião. A casa dele em Jerusalém fora-lhe oferecida por ser uma pessoa muito respeitada e na porta dizia salamalekum [que a paz esteja contigo em árabe]. Tinha amigos árabes que vinham no Shabat, sentados e comendo do mesmo prato. Sem diferenças culturais, mas numa comunidade, Jerusalém, em harmonia antes de Israel ser criada. A partir do momento em que esse nome é inventado pelos europeus, esse é o momento em que o caldo venenoso começou a ser cozinhado».

«Há uma grande diferença entre justificar e compreender».

«Por isso "amor antes da religião". Porque a religião diz não matarás, mas dá-te a permissão para matar». A religião surge como o elefante na sala. No lugar mais religioso do planeta.

Nessa ténue linha que separa a defesa da vida ou da morte, que a religião encobre, não pude deixar de partilhar a minha incredibilidade quanto à questão dos mártires. Porque é que quando os mortos não são mortos, são mártires? Diz-me Aida que «há que ir ao contexto cultural. Para uma criança que acabou de perder os seus pais, é mais fácil dizer que são mártires em vez de dizer que foram mortos. Sempre que existe

António Falcão

uma luta coletiva, como esta que dura há 75 anos, em que lutas e és oprimido, precisas de justificar a vida dos que morrem. A ideia do martírio, que não é apenas árabe, fala de culturas onde a dignidade é mais importante que a vida. A dignidade é extremamente importante para os árabes». «Israel controla tudo à nossa volta. As nossas vidas são tão controladas que temos a convicção que somos esquecidos a não ser que façamos muito barulho; por isso, esta identidade de martírio é equivalente a um desespero profundo, de que a tua vida não tem significado se não viveres com dignidade».

Aida lidou com a questão muito cedo na sua vida. «Há um slogan que vem da primeira intifada [1987] que dizia quando a violência eclodiu: "nós morreremos e a Palestina viverá livre". Eu tinha 16 anos nessa altura e desafiei isso. Quando nós todos morrermos, que palestinianos viverão? E como slogan repliquei: "nós vivemos e fazemos a Palestina viver". Disse-o e logo alguns homens, jovens palestinianos, vieram ter comigo: "como te atreves!! Pedir pela vida e vida pela Palestina". Mas essa é a minha escolha».

Como estás na tua comunidade?

Ao longo destas conversas em Odemira, com origem em Gaza e Israel, fui desafiado em diversas ocasiões em expor e desfazer ideias feitas. Para Aida, a perda de sentido na frase *Free Palestine,* de que fala Pnina, resulta do erro fatal de misturar Palestina com o Hamas, que ambas concordam ter sido alimentado por Israel. Diz-nos Aida que, contra a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), a organização de raiz socialista que defendeu desde 1988 a solução de dois estados, «o Hamas foi criado por Israel para dividir e controlar. E o Hamas fala de uma posição sem horizonte de esperança, onde a religião fala por ti, a extrema-direita fala por ti. O Hamas é a expressão desse desespero. Israel, com ajuda dos Estados Unidos, travou e acabou com qualquer proposta palestiniana liberal, inclusiva. Forçaram as pessoas a eleger pessoas como o Hamas em Gaza».

Para Aida a questão com o Estado de Israel «é que não se trata da questão de "se estás aí", mas de "como estás aí". O governo israelita tornou claro, desde o início, que esse "como" é eliminando outras nações. Por tudo isto, «cabe-nos a nós, israelitas, palestinianos e todos, que criemos instituições e modos de dizer: não em nosso nome.»

Um caminho que vai sendo trilhado nesta particular geografia humana das comunidades do sudoeste alentejano onde, como Alon nos disse, diferentes pessoas de diversas nacionalidades, israelitas e palestinianos, internacionais e locais, carregam consigo os seus «danos culturais». «Carregamos essa bagagem connosco. Nasci lá, os meus pais criaram-me lá, mas eu posso escolher onde morrer, e foi aqui que eu escolhi. Aqui me sinto em casa, mais do que em Israel. Em vez de termos dois lados, não nos podemos sentar e falar?».

1 Com a colaboração de Silvia das Fadas

Acerca da guerra como investimento

Jewish Voice For Peace

JORGE VALADAS

Há algo de novo a assinalar. Algumas pequenas e simpáticas livrarias estão a abrir aqui e ali na grande metrópole de Nova Iorque. Acabámos de sair da Lofty Pigeon Books. Três livros na montra tinham despertado a nossa curiosidade: *O Direito à Preguiça*, um texto de Walter Benjamin e uma história das grandes greves operárias nos Estados Unidos. A poucos passos dali, num bairro a sul do Prospect Park, em Brooklyn, deparamo-nos com uma rua onde reina a animação. O tempo está bom e há uma grande multidão. Tinha passado uma semana desde o ataque do braço armado do Hamas em Israel. De repente, ficamos atónitos. À nossa frente, está uma figura de cartão de um soldado do exército israelita em tamanho real, com todo o equipamento mortífero. Duas pessoas, sorridentes, interpelam os transeuntes. No passeio do outro lado, um grupo de jovens distribui as publicações do Democratic Socialists of America (DSA) e, mesmo em frente, uma banca de apoio aos migrantes da América Central e do Sul angaria assinaturas para uma petição em prol da destruição do muro da vergonha entre o México e os Estados Unidos. Uma banda colombiana toca músicas animadas de Cumbia, que abafam a retórica dos propagandistas do exército de Israel, e atrai uma pequena multidão de dançarinos. Vinte metros adiante, um *stand* de judeus que se opõem à guerra distribui panfletos. O primeiro *stand* de guerra é evitado pelos passeantes, na sua maioria famílias com crianças e muitas mulheres muçulmanas com lenços na cabeça. O bairro é um *meltingpot*, com judeus hassídicos, latino-americanos, paquistaneses e afegãos. A estação de metro mais próxima fica no meio de um bairro conhecido por *Little Bangladesh*; uma zona de mansões luxuosas completa a paisagem. Depois do espanto, ficámos aborrecidos. Pensando bem, a indiferença óbvia da maioria dos transeuntes pareceu-nos a atitude mais inteligente e digna a adoptar. Transformar o soldado de papelão num soldado invisível. Mesmo sabendo que a barbárie se desencadeia e que a realidade não pode ser ignorada.

Nos Estados Unidos, dois factos marcaram as primeiras reacções à guerra e aos bombardeamentos maciços de Gaza. O primeiro foi a presença, pelo menos na Costa Leste e na Califórnia, de uma forte comunidade judaica

que se opunha à guerra. As primeiras acções contra a guerra foram conduzidas por esta corrente: a ocupação de uma parte do Congresso em Washington, a ocupação da Estátua da Liberdade em Nova Iorque e, sobretudo, o bloqueio por milhares de pessoas da segunda maior estação de Manhattan, a Grand Central, que terminou com centenas de detenções. Posteriormente, outras acções directas deste tipo continuaram a ser levadas a cabo nas grandes cidades, mas a verdade é que grupos como o Jewish Voices for Peace e o ifNotNow são minoritários numa comunidade judaica que abraçou o nacionalismo sionista e é apoiada por recursos económicos substanciais. Ironicamente, esta comunidade está agora a forjar uma aliança com os seus antigos inimigos, os outros devotos da mensagem bíblica, as correntes evangélicas, os pilares de Trump e do partido republicano. O facto de os grupos pacifistas judeus serem parte activa na oposição à guerra clarifica o debate e enfraquece os excessos nacionalistas e racistas. O movimento sionista tem um poder enorme na comunidade judaica e não faz concessões. Há anos que agências especializadas perseguem os judeus dos meios académicos, intelectuais, científicos, artísticos e sindicais que se opõem à política do Estado de Israel, intimidando-os, denunciando-os publicamente e pressionando para que sejam despedidos dos seus empregos, ou mesmo para que ninguém lhes dê trabalho. Os exemplos são muitos, porque os opositores judeus do sionismo também o são. A filha de uma amiga, activa no boicote aos produtos israelitas, viu ser-lhe recusado um lugar de professora para o qual tinha qualificações. Um funcionário do principal sindicato de professores de Nova Iorque, que tem fortes ligações ao Partido Democrata, foi despedido depois de ter assinado uma declaração apelando a um cessar-fogo.

Rachel Wood

Jewish Voice For Peace

O facto de os grupos pacifistas judeus serem parte activa na oposição à guerra clarifica o debate e enfraquece os excessos nacionalistas e racistas.

Isto apesar dos veementes protestos da tendência de esquerda do sindicato a que pertence a nossa jovem amiga Mary. Um historiador meu amigo, feliz reformado, especialista da antiga organização revolucionária internacionalista judaica Bund, do início do século XX – que foi combatida pela corrente sionist, (ver Henri Minzczeies, *Histoire générale du Bund*, l'échappée, 2022), viu-se na lista negra de uma dessas temíveis organizações. Nas suas palavras, «se criticas, discordas ou te opões a Israel, és classificado de "anti-semita".» E acrescenta: «Para eles, um judeu que critique Israel é um "anti-semita"!» Nas universidades, as pessoas que afirmam pertencer à corrente judaica antiguerra são ostracizadas e, aqui e ali, os jornalistas são despedidos e o seu trabalho censurado. Os patrões das empresas financeiras de Wall Street pedem à Universidade de Harvard que lhes sejam remetidos os nomes dos estudantes que assinaram um texto de crítica a Israel (*New York Times*, 19 de Outubro de 2023). Comentário do nosso amigo historiador: «Que ironia extraordinária, judeus a perseguirem judeus porque protestam contra o Estado judaico!»

«Que ironia extraordinária, judeus a perseguirem judeus porque protestam contra o Estado judaico!»

Um segundo aspecto esclarece a situação. Do outro lado do Atlântico, esta guerra é claramente vista como uma nova guerra americana. As acções e declarações do governo norte-americano sobre a questão não deixam margem para dúvidas. Além disso, a administração Biden tem feito questão, desde o início, de ligar a guerra na Palestina à guerra na Ucrânia, «ameaças diferentes» que, na sua opinião, estão a convergir para enfraquecer o poder americano. Esta retórica é também utilizada para uso interno: procura enfraquecer os opositores republicanos, que se opõem cada vez mais à ajuda ao governo ucraniano, que ultrapassou os 113 mil milhões de dólares (mais de metade dos quais em ajuda militar directa). Estas guerras são essenciais para «a segurança da América», porque «é a América que preserva a segurança global». (Biden, 19 de Outubro de 2023).

A um nível mais concreto e menos ideológico, a administração norte-americana associa directamente as actuais guerras aos interesses capitalistas. A intervenção dos EUA é, nas palavras de Biden, «um investimento inteligente que pagará dividendos para a segurança das gerações futuras»; mais especificamente, as armas fornecidas à Ucrânia e a Israel são «um bom investimento para os Estados Unidos, porque uma boa parte do dinheiro voltará para as empresas americanas responsáveis pela substituição do *stock* de armas». E Biden acrescenta: «Hoje, os patrióticos trabalhadores americanos estão a construir o arsenal da democracia e a servir a causa da liberdade». A guerra como um investimento capitalista, tinha de ser dito, agora estão a dizê-lo!

As armas fornecidas à Ucrânia e a Israel são «um bom investimento para os Estados Unidos, porque uma boa parte do dinheiro voltará para as empresas americanas».

Então, não é surpreendente que, durante a sua visita a Israel após o ataque do Hamas, Biden e a sua corte tenham assistido ao primeiro gabinete de guerra e dito à imprensa que os membros da máquina militar americana permaneceriam no gabinete para «evitar que os israelitas se precipitassem numa invasão desproporcionada» (citado no NYT de 20 de Outubro de 2023). E também não podemos ficar admirados por saber que as negociações sobre a troca de prisioneiros estão a ser conduzidas entre os serviços secretos da região sob a supervisão da CIA, *The Company*. É a América que supervisiona e governa o massacre. A presença nas costas de Gaza e de Israel de uma armada de porta-aviões e de submarinos nucleares confirma-o.

Zapatistas: profissionais da esperança

LUPITA VALDEZ CASTILLA
FOTO ABRIL RODRÍGUEZ CUEVAS
@CARAVANA.ZAPATISTA @SLUMILCINKO

No dia 29 de dezembro de 2023, partimos de San Cristóbal de las Casas, em Chiapas, em direção a leste onde, após 5 horas, segundo as instruções zapatistas, nos encontraríamos no Caracol VIII «Resistência e Rebelião: Um Novo Horizonte», local da grande celebração do 40º aniversário da fundação do EZLN e do 30º aniversário do levantamento armado de 1 de janeiro de 1994.

Éramos três mulheres a viajar num percurso que se cruza com aldeias paramilitares e rapidamente nos deparámos com situações preocupantes: as estradas eram sinuosas, o nevoeiro era espesso, não havia sinal de telemóvel que nos permitisse informar onde estávamos e o que tornava o ambiente mais tenso era o aparecimento de adultos e crianças com armas e postos de controlo de homens com machetes, bloqueando a estrada com troncos de árvores. Só quando vimos a primeira placa do Território Autónomo Zapatista guardada por milicianos encapuçados com uniformes do EZLN é que respirámos de alívio. A noite estava a cair e, não tivessem lá estado, ter-se-ia tornado bastante perigosa. À chegada, fomos escoltados por quatro zapatistas em motas até outro Caracol, onde passaríamos a noite.

Na manhã seguinte, de volta ao Caracol VIII, local do evento principal, o que vimos retratava claramente a utopia de um mundo em resistência e rebelião. À entrada, cinco ambulâncias do sistema de saúde autónomo aguardavam qualquer emergência e centenas de milicianos zapatistas encarregavam-se da segurança do evento. Os «tercios compas» (a equipa dos meios de comunicação livres zapatistas) documentavam a agitação da celebração e os caldeirões fumegantes de café, feijão e sopa de legumes, e as suas tortilhas artesanais davam as boas-vindas aos convidados. Destacava-se a figura de um chefe zapatista que coordenava maravilhosamente a cozinha como se fosse uma sinfonia. Éramos mais de 10.000 pessoas, entre estrangeiros, mexicanos e zapatistas.

No levantamento armado de 1 de janeiro de 1994, os zapatistas recuperaram grandes extensões de terra das fazendas onde os povos indígenas sofriam exploração, fome, violência e morte, terras que a Igreja e os crioulos lhes tinham tirado durante o período colonial. É quase implausível que o Caracol VIII, onde fomos recebidos para a grande celebração do aniversário, e onde no dia a dia se constrói um sistema zapatista de governo autónomo, fosse, há apenas 30 anos, antes da revolta, a quinta de um latifundiário. Milhares de hectares onde os indígenas locais viviam e morriam como escravos, onde as crianças trabalhavam do nascer ao pôr do sol e onde a vida dos que hoje são zapatistas não valia nada. Esta foi a grande conquista do zapatismo: trazer dignidade e vida onde antes havia humilhação e morte.

Uma nova estrutura de autonomia zapatista: os bens comuns

Para construir este complexo sistema de autogoverno, os zapatistas estão constantemente a fazer autocrítica, porque, como eles dizem, «não há um manual». A sua visão vai para além do futuro que todos nós já conhecemos. Como diria o Sup (agora Capitão Insurgente Marcos): «eles insistem em subverter até mesmo o tempo e erguer de novo, como se fosse uma bandeira, outro calendário». Nos mais recentes vinte comunicados publicados (enlacezapatista.ezln.org.mx), o EZLN declarou, após uma longa consulta a todos os povos zapatistas, que foi decidido alterar a estrutura de autogoverno que tinham até agora. Com efeito imediato, as Juntas de Buen Gobierno (JBG) e os Municípios Autónomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) fecham e a pirâmide inverte-se. Agora, as Bases de Apoio Zapatistas estão organizadas em GAL (Governos Autónomos Locais) e estes passam a ser o núcleo de toda a autonomia. Ou seja, agora as comunidades zapatistas não estão organizadas em núcleos de governo centralizado (JBG), agora a base é quem manda diretamente. É relevante pensar que, se antes havia doze núcleos de governos autónomos (JBG), agora há milhares de GAL zapatistas num gigantesco exercício de participação política de base.

> Agora as comunidades zapatistas não estão organizadas em núcleos de governo centralizado, agora a base é quem manda diretamente.

Outra das mudanças mais importantes é uma nova proposta que aponta para os bens comuns em toda a estrutura zapatista. Neste sentido, parte do território recuperado passa a ser de todos e de ninguém, ou seja, já não é apenas para uso exclusivo dos e das zapatistas, mas, por acordo, é terra de uso comum para quem quiser ir trabalhar nela. Também os seus sistemas de saúde, agroecologia e educação deixarão de estar apenas ao serviço das zapatistas e passarão a estar abertos a toda a comunidade que habita a zona, seja ela zapatista ou não.

Estas mudanças assinalam uma clara expansão do sistema de autonomia e foram uma parte central da celebração. Através de várias peças de teatro representadas por centenas de jovens e crianças zapatistas foram explicadas em maior profundidade. O que está a ser re-planeado hoje, semeando as sementes do comum, destina-se às crianças do futuro. Nas palavras do Subcomandante Moisés, «nós (os zapatistas) temos de lutar para que esta criança, que vai nascer daqui a 120 anos, seja livre e seja o que quiser ser». A semente da autonomia que é plantada hoje é plantada para colher a liberdade na sétima geração que se segue.

No seu longo percurso, o zapatismo manteve sempre a congruência entre o seu discurso, a sua ideologia e as suas ações. Mesmo quando o discurso tende para o realismo mágico, com histórias de homens e mulheres de milho, escaravelhos filósofos, baleias mapuches a nadar na selva e canoas a atravessar oceanos inteiros, as suas palavras, surpreendentemente, encontram sempre uma forma de se materializarem. Os zapatistas dizem que é preciso dar nome às coisas para que elas se tornem reais, e por isso dão nome a tudo o que vão construir. Nomeiam os seus territórios, as suas estruturas de autonomia, nomeiam os seus amigos e sobretudo os seus inimigos, nomeiam o passado e os seus antepassados, e nomeiam também o futuro que vão forjar. Nomear é um compromisso, é uma responsabilidade de que algo nasceu e implicará muito trabalho coletivo. Os Caracóis, os seus centros organizativos, por exemplo, têm cada um deles um nome dado pelo coração do povo. O Caracol Morelia chama-se «Turbilhão das nossas palavras», enquanto o Caracol Oventic se chama «Resistência e Rebelião para a Humanidade». Estes nomes, escolhidos em assembleias comunitárias, expressam em cada palavra a força da sua comunalidade e é através da sua construção do comum que as Zapatistas se afastam do paradigma hegemónico da governação sem coração, sem metáfora, sem esperança.

Circo político madeirense no cabo bambo de um teleférico

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

No dia 1 de Dezembro, apesar de chuva, vento e frio, realizou-se uma manifestação na Eira do Serrado, um dos icónicos pontos de observação da paisagem madeirense, contra um projecto que promete elevar o investimento turístico na ilha a níveis megalómanos. Promovido na imprensa regional sob o paradoxal título de «teleférico ecológico e "zip line" mais longo da Europa»[1], o projecto «Sistema de Teleféricos e Parque Aventura do Curral das Freiras», cuja implementação rondaria os 47 milhões de euros, inclui uma zona de escalada, pontes suspensas, slides, rapel, um zip line com 2,3 quilómetros de comprimento e duas linhas de teleférico. Um dos teleféricos, que contaria com 15 lugares, ligaria o Montado do Paredão ao Curral das Freiras, enquanto o outro «sobrevoaria» o vale, através de uma cabine com 50 lugares, desde o Montado do Paredão à Boca da Corrida, a mais de 1000 metros de altitude.

O Movimento «É Possível Impedir a Destruição», que já havia lançado uma Petição Pública em defesa do Montado do Paredão – classificado como Zona Especial de Conservação, o que (supostamente) lhe conferia o estatuto de área protegida – e requerido uma providência cautelar para travar o projecto em causa, alega que este, além de implicar a desfiguração de uma paisagem natural única, representa uma ameaça à nidificação da freira da Madeira – espécie endémica em risco de extinção. Não obstante, em finais de 2021, seria adjudicado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que custaria ao erário público mais de 85 000€. Esse período coincide com o início dos protestos contra o projecto, aquando da emissão da declaração de utilidade pública, que permitiria a expropriação dos terrenos necessários à execução da obra por parte do governo regional, que terá reservado 370 mil euros para esse fim ainda antes da realização do Estudo de Impacto Ambiental[2]. Esta agitação popular terá dado lugar a um website[3] e a uma conta de Instagram[4] dedicados a divulgar os desenvolvimentos deste projecto e as acções de protesto contra a sua concretização. Para lá de uma perspectiva ambiental, alguns habitantes do Curral das Freiras, freguesia situada num profundo vale rodeado por montanhas, criticam o facto de se priorizar esta obra turística em detrimento da construção de um acesso alternativo à vila, uma promessa reiterada ao longo dos vários governos social-democratas, visto que o único acesso viário actual é através de um túnel de quase 2,5 quilómetros, cuja circulação fica ocasionalmente condicionada devido à queda de rochas.

O promotor do «Sistema de Teleféricos e Parque Aventura» é o próprio governo regional, ironicamente, por via do Instituto de Florestas e Conservação da Natureza. Este projecto de iniciativa privada fora classificado como «bem de utilidade pública» sob os previsíveis pretextos de valorização (mercantil) da paisagem, de crescimento económico e de criação de postos de trabalho, ao incorporar uma nova atracção turística desse grande parque de diversões em que o governo visa tornar a ilha da Madeira. Argumentos mais cómicos incluem a alusão a «uma gestão sustentável do espaço natural… que assegure às gerações vindouras um património natural biologicamente equilibrado», como se tamanha construção pudesse ser benéfica para o ecossistema; permitir, «quer à população da Região Autónoma da Madeira, quer a todos quantos a visitam, usufruir de um dos espaços naturais privilegiados da Região, desfrutando momentos aprazíveis de elevada qualidade cénica, de contacto direto com a cultura, com a natureza e com a riqueza florística, faunística e geológica característica daquela zona», enquanto se corrompe esse mesmo cenário com longos cabos e gigantes estruturas de betão; contribuir «para a diminuição de congestionamento automóvel e para uma verdadeira sustentabilidade ambiental»[5], como se se pretendesse fazer dos teleféricos um novo meio de transporte público, à semelhança do que acontece (e bem) na capital boliviana.

A respectiva consulta pública, aberta entre 28 de Fevereiro e 8 de Abril de 2022, contou com 402 participações individuais, nenhuma das quais positiva[6]. Como evidência de que tais consultas públicas servem apenas para forjar uma ilusão democrática, no seu relatório interno todas as participações aparecem classificadas como «não tratadas». Demonstrando um completo desprezo pela opinião popular, a autorização da adjudicação é emitida no dia 20 de Setembro, quatro dias antes das eleições regionais. Na sequência da vitória da coligação PSD-CDS, o contrato de concessão é assinado, a 16 de Outubro, com a Inspira Capital Atlantic, Sociedade de Investimento e Consultoria, LDA. O contrato, que obriga ao pagamento de uma renda mensal de 2 000€ por parte da empresa ao governo regional, tem a duração de 50 anos a contar da data de início de exploração, com possibilidade de renovação por período adicional de dez anos.

Demonstrando um completo desprezo pela opinião popular [402 pareceres negativos em consulta pública], a autorização da adjudicação é emitida no dia 20 de Setembro, quatro dias antes das eleições regionais.

Este projecto megalómano segue a linha de sacrifício dos ecossistemas endémicos sob o pretexto da captação turística – ainda que grande parte dos turistas sejam atraídos precisamente pela beleza natural da Madeira. O mesmo sucedeu com a polémica proposta de alcatroar o caminho florestal das Ginjas, em plena Laurissilva (floresta nativa). No entanto, o mais recente artigo do Diário de Notícias sobre o projecto negligencia por completo o seu impacto ambiental, resumindo-se a puro cálculo económico baseado em previsões de lucro. Por outro lado, a oposição a tais atentados ambientais torna-se cada vez mais ténue no seguimento do acordo de incidência parlamentar entre a coligação PSD-CDS e o PAN, após o primeiro não ter conseguido obter maioria absoluta nas eleições regionais (ainda que Miguel Albuquerque, actual presidente da região autónoma, tenha prometido demissão caso não alcançasse maioria absoluta). O PAN, que antes se opunha veementemente à construção dos teleféricos, agora afirma não ter uma posição assumida, passando a liderar o «processo de acompanhamento e avaliação» do projecto. Ou seja, tudo indica que o Partido dos Animais e da Natureza, após ter garantido assento na maioria parlamentar, está preparado para estrear o complexo teleférico do Curral das Freiras. Os madeirenses, por sua vez, estão cada vez mais cientes de que as suas reivindicações ecológicas não podem ser delegadas em representantes partidários.

NOTAS

1 «Curral terá teleférico ecológico e "zip line" mais longo da Europa», Jornal da Madeira, 6 de Maio de 2021.

2 «Madeira: Projecto de teleférico gera protesto e dúvidas», Público, 24 de Dezembro de 2021.

3 https://bit.ly/3Tyezgy

4 #contratelefericocurralfreiras

5 Jornal Oficial – Região Autónoma da Madeira, Série I, Número 202, 11 de Novembro de 2022, 4º suplemento.

6 https://bit.ly/3TAerx7

7 «Teleférico vai custar 47 milhões e criar 40 empregos directos», Diário de Notícias, 13 de Dezembro de 2023.

Porto: a oriente nada de novo

Na zona oriental do Porto, desenha-se um novo processo de gentrificação.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

«Nunca quiseram saber disto», conta-nos Eduardo Silva, nascido em Contumil, «com parteira e tudo», e lá morador há mais de 50 anos. «Foi sempre um armazém de quem faz os trabalhos pesados e sujos da cidade». Uma realidade que não foi amenizada pelo advento da democracia: «cada vez que era preciso algum sacrifício em prol duma determinada ideia de desenvolvimento da cidade, era aqui. Agora fala-se muito em "zonas de sacrifício verde", não é? Pois, aqui, em Contumil, sempre fomos a "zona de sacrifício urbano"». Que, apesar de urbano, é também verde, considerando os campos e hortas que desapareceram para a passagem do metro por aquela zona e tendo em conta as consideráveis extensões agrícolas que ainda se mantêm mas que estão seriamente ameaçadas, como veremos.

O Porto virou-lhes as costas. Uma linha de comboio larguíssima, para onde se chegou a prever uma estação central mas onde acabaram apenas alguns escritórios e as oficinas da CP, foi uma primeira separação, já secular, que se foi alargando com o passar dos anos. Do lado oposto, mais ou menos a ocidente, a Avenida Fernão de Magalhães, uma antiga rua que agora é, como o nome indica, uma avenida, umas das portas de entrada orientais da cidade, cria uma outra fronteira. Desse lado – entre o oriental e o norte –, Contumil é limitado pela Estrada da Circunvalação e, mais recentemente, do lado oposto, pela enorme VCI, a única entrada sul deste lado da cidade. É a este progressivo aprofundamento da separação física de Contumil do resto da cidade, através de estruturas para transportes, que Eduardo Silva se refere quando afirma que o Porto lhes virou as costas.

Por outro lado, Contumil está, aparentemente, muito bem servido de transportes públicos. Há comboio com ligação a Campanhã e ao Centro, autocarro e, mais recentemente, metro, o que acaba, sem dúvida, por mitigar o tal «afastamento» em relação ao resto da cidade. No entanto, frisa Eduardo, até aqui se pode inferir uma nota de discriminação: «as linhas vêm todas – quase todas – dar ao Estádio do Dragão. Tens metro a toda a hora. Aqui, que é mesmo ao lado, há uma linha, a que tem o maior intervalo de tempo entre composições. É o que digo: o Porto acaba no Dragão, na VCI». De repente, alguém que ouvia a conversa mas que não quis ficar, lançou, em passo de corrida: «e, à noite, não há transportes. Nem metro, nem comboio, nem autocarro. Só em Costa Cabral ou na Rua de São Roque». Ou seja, apenas do lado de fora das barreiras físicas que cercam Contumil.

> Tal como tem acontecido nos centros urbanos, tudo indica que se tratará apenas de expulsar pobres para alojar uma classe média que vá acompanhando o enriquecimento necessário para se ir mantendo por lá.

A questão do «isolamento» não se põe no dia a dia, no entanto. Ninguém se sente preso entre a linha ferroviária, a Avenida Fernão de Magalhães, a Circunvalação e a VCI. É mais um sentimento difuso de rejeição, não completamente assumido, dum naco da urbe a quem a cidade virou as costas - «um jornalista do Público disse que isto era a zona onde vinha parar apenas quem se perdia», dir-nos-á Luís G., com quem falaremos mais tarde – mas que acredita secretamente que vive no centro do mundo. Um mundo povoado de aves, lagartos, insectos, salamandras, tritões, sapos, joaninhas, ervas, flores, ratos, cobras e frutos silvestres, numa biodiversidade já mutilada mas, ainda assim, seguramente muito maior do que a que se conseguirá com zonas urbanizadas, por muito profusamente ajardinadas que sejam.

Novo fôlego oriental

Algo parece, entretanto, ter mudado. Diz-se que, à boleia da «requalificação» do antigo Matadouro, a Câmara decidiu «iniciar um processo de reabilitação, reconversão e revitalização da zona oriental da cidade», conforme se pode ler na Definição da Operação de Reabilitação Urbana para o território a delimitar como Área de Reabilitação Urbana da Corujeira. Apesar de os objectivos explícitos poderem ser vistos com alguma benevolência («qualificar e tornar mais inclusivo este território», «melhorar as condições de vida e de bem-estar da população»), talvez seja afinal na primeira nota deste documento que se pode inferir ao que realmente se vem: ao explicitar o que é isso da «reabilitação, reconversão e revitalização da zona oriental da cidade», a Câmara escreve: «Inscrita como um dos objectivos do Plano de Acção de Regeneração Urbana (PARU) do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) do Porto, aprovado em 2015. Constitui, no presente, uma estratégia partilhada por várias metrópoles europeias. De facto, à medida que os centros históricos e tradicionais renovam a sua capacidade de atrair novos visitantes, residentes, investimento e actividades económicas – devido aos seus atributos patrimoniais e simbólicos – intensifica-se a necessidade de actuar nas áreas mais afastadas que, frequentemente, permanecem à margem deste dinamismo urbano».

Ou seja, quando se poderia pensar que, finalmente, o Porto se tinha lembrado desta zona, eis que afinal é apenas mais uma novidade, chique até, não fosse ela «partilhada por várias metrópoles europeias», que se pode traduzir, de forma fiel, dizendo que, quando a indústria do turismo e a especulação imobiliária ocupam os centros da cidade, é preciso criar novos simulacros de «centro», de forma a continuar a atrair gente. No documento camarário, chamam-lhe a criação de «um novo pólo funcional». Mas, tal como tem acontecido nos centros urbanos, tudo indica que se tratará apenas de expulsar pobres para alojar uma classe média que vá acompanhando o enriquecimento necessário para se ir mantendo por lá. Para uma noção mais aproximada dos resultados destas Áreas de Reabilitação Urbanas (ARU), veja-se a lista: em 2012 foi aprovada a ARU do Centro Histórico do Porto, em 2015 foram delimitadas e implementadas as dos Aliados, do Bonfim, Cedofeita, Miragaia, Lapa e Santos Pousada. Depois, pense-se quais as zonas da cidade em que mais aumentaram as rendas, por exemplo, ou de que zonas foram expulsas mais pessoas.

Vazios urbanos

ORU, ARU, UT...

A Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para a ARU da Corujeira é constituída por três Unidades Territoriais (UT) «com características diferentes, possuidoras de identidade distintiva»: Corujeira, Cerco do Porto e Contumil. Nesta ARU «verifica-se também a existência de formas de habitação precária – comummente designadas por "ilhas" – decorrentes da necessidade de alojar a população operária que se instalou em Campanhã, a partir do séc. XIX. Estas habitações localizam-se, maioritariamente, na zona circundante ao Monte da Bela, entre a Praça da Corujeira e a rua de Bonjóia, na zona envolvente às ruas de São Roque da Lameira / Cerco do Porto e na zona de Contumil. A operação de reabilitação urbana deverá contribuir para a minimização deste fenómeno», promovendo, entre outras coisas, «uma análise às condições de habitabilidade do edificado».

Isto diz o documento de Definição da ORU. No entanto, as coisas podem ser bastante mais complexas, como nos recorda Luís G., que vive, ele próprio numa casa de «ilha»: «A casa onde vivo é minha, felizmente. Era uma antiga casa de eira. Foi preciso fazer obras. E ficou uma casa confortável. Pequenina, mas confortável. E que me basta. Claro que, se tiver uma inspecção, dizem que não tem condições. O pé direito é demasiado baixo, as divisões não têm as medidas regulamentares, blá, blá, blá. Está a acontecer com o vizinho da frente, que vai ter de deitar a casa abaixo. E vai viver onde? E já aconteceu no antigo barbeiro. Duas miúdas que viviam lá e foram postas fora por

falta de condições». Será isto que quer dizer «garantir as necessárias condições de habitabilidade, em conformidade com a legislação actual», como vem inscrito no documento camarário?

As «formas de habitação precária» são geralmente casas onde se pode adoecer mais rapidamente do que em casas – digamos – normais. Onde o frio entra de Inverno e o calor não desaparece de Verão, onde as pessoas mal cabem e, por isso, passam horas nas soleiras e ruas. Não são o *home sweet home* com que se sonha, mas são o abrigo possível numa cidade consumida pela especulação. As rendas de que nos falaram em Contumil andam abaixo dos 300 euros por uma casa. «Se calhar, há quem não queira viver em casas com estas condições, mas quem ganha 900 paus não tem outra hipótese. E são casas, não são quartos. Sim, há humidade, e, não, não há capoto, nem paredes duplas. Mas há cozinha, casa de banho, quarto, sala. Uma casa», afirma Luís G.

«Se o projecto fosse reabilitar essas casas e manter por lá os seus habitantes, eu desconfiava, mas até aceitaria», diz, por sua vez Eduardo Silva, «mas a questão é outra: é tirar estas pessoas daqui para poder construir para outras».

Exagero? Talvez não. «A análise da exposição solar é relevante para a projecção da implantação do tecido edificado, permitindo, através da orientação das vertentes, estimar a quantidade de radiação solar recebida pelos edifícios e, desta forma, prever o conforto térmico e luminoso das habitações». A frase é apresentada para justificar porque é que a «exposição solar» do território da ARU consta da sua «Caracterização e Diagnóstico», mas acaba por demonstrar que, quando ainda se faz o diagnóstico já se sabe o tratamento: vamos analisar a zona para ver o que é melhor para lá? Não! Vamos analisá-la para ver onde é melhor para construir. E a grande e feliz conclusão é que «mais de metade do território apresenta condições ideais de exposição».

O documento camarário indica claramente que se trata dum território «com carências habitacionais e sociais relevantes», envelhecido e em envelhecimento, com um grande número de pessoas dependentes, com níveis de escolaridade muito baixos quando comparados com os do concelho do Porto, com rendimentos também abaixo da média, com mais núcleos familiares monoparentais do que o resto da cidade, tal como acontece com a prevalência de doenças mentais e de níveis de deficiência e toxicodependência, toxicodependência e um significativo número de desempregados. Isto é, uma «significativa presença de problemas de exclusão social que influenciam a imagem do território e que promovem a estigmatização da população residente». Em suma, um dos terrenos odiados pelos valores vigentes em capitalismo: «Esta conjuntura social tem reflexo nos principais meios de subsistência financeira da população, particularmente ao nível da atribuição de pensões e reformas, de subsídios ou outras prestações sociais, cuja expressão é superior à registada no concelho».

... e Zona de Contumil

Este é o cenário da ARU da Corujeira, que «concentra a maior parte dos bairros municipais da freguesia [de Campanhã]», a que possui «mais fogos de habitação social do concelho». Detenhamo-nos na UT de Contumil e, dentro desta, numa das três zonas em que é subdividida – e que lhe dá o nome: Contumil (as outras são São Roque e Vila Cova), a única área de toda a ARU da Corujeira que fica do lado poente da linha férrea.

Nos seus 24 hectares, 88,2% dos edifícios tem um ou dois pisos e destina-se quase completamente para a habitação (a maior percentagem de toda a ARU), possui um conjunto de «16 núcleos de habitação precária (ilhas)», o que equivale a «87 fogos habitados», e é dotada de «alguns espaços livres e expectantes». Um local com «traços de ruralidade», apesar de «o número de empregados no sector primário [ser] residual». «Há muita agricultura, alguma até de média dimensão, podemos dizer, mas ninguém é "agricultor"... reformados, desempregados, empregados com mais um bocadinho de tempo livre, gente que pega na sachola e cava a terra para comer e ganhar uns trocos extra, é o que é», explica-nos Luís G.

Nessa área, o conjunto de «vazios urbanos» «com potencial de instalação de novas funções e actividades» que a CMP identifica é inteiramente constituído por «terrenos livres de ocupação», ou seja, nas palavras da própria, de áreas que «correspondem a espaços verdes que se encontram sem uma utilização e ocupação humana». Espaços verdes, cuja única função aparente é serem verdes, com pouco toque humano, poderiam pôr os técnicos da Câmara a pensar na sua manutenção, talvez até no seu alargamento, na sua replicação. Ao invés, olham para ervas, árvores, arbustos, e procuram imediatamente «novas funções».

> «Se o projecto fosse reabilitar essas casas e manter por lá os seus habitantes, eu desconfiava, mas até aceitaria».

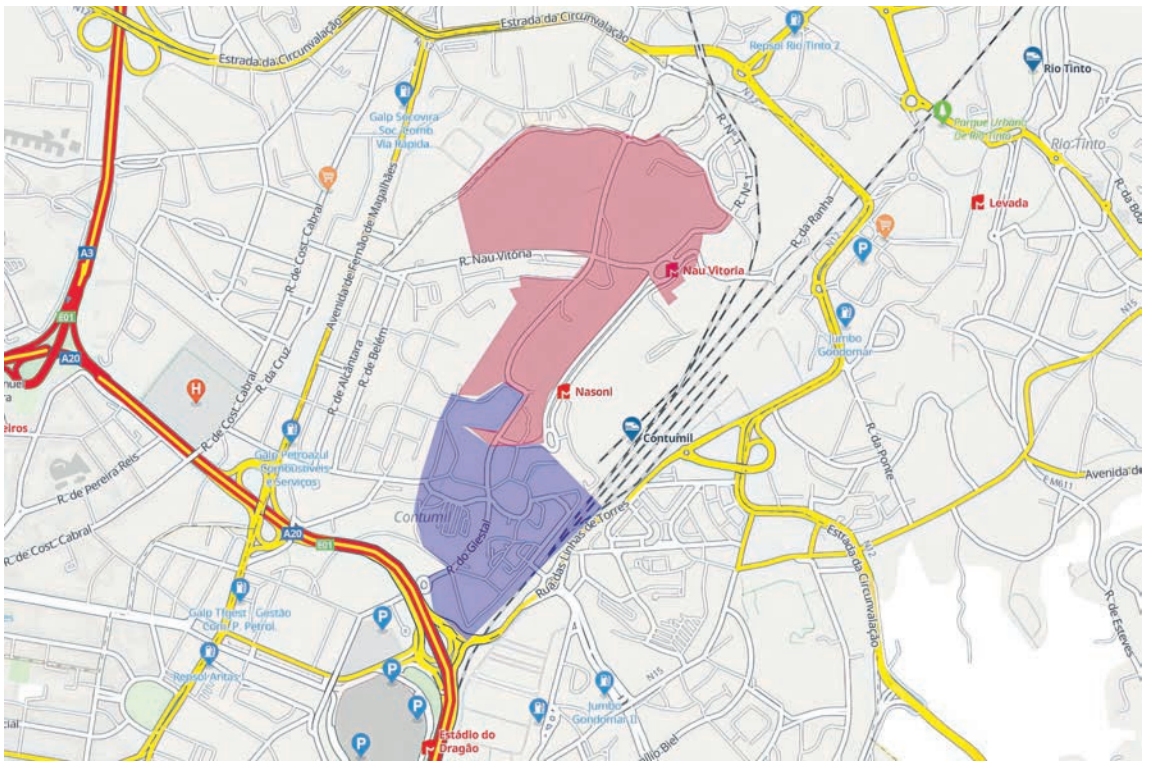
Asfalto, trânsito...

As ruas empedradas, tão presentes no terreno, tidas pela CMP como vias de comunicação «em mau estado de conservação» e caracterizadas pela «ausência de passeios», são vistas como alvo a abater. O «pavimento em asfalto», ligado, por oposição, a um hipotético bom estado de conservação automático, é apresentado como solução. O aumento do espaço para passeios e a manutenção das ruas empedradas é uma hipótese que não entra na equação. A opção é por automóveis a poderem circular com maior velocidade, o que não é, decerto, sinónimo imediato de segurança para os peões e que destoa da retórica da «mobilidade suave» com que os documentos camarários estão inundados. Para além disso, criar uma parcela maior de terreno impermeabilizado não deveria ser uma prioridade nos tempos que correm.

Ainda assim, perante uma zona deprimida, de muita habitação com fracas condições, com uma população pouco escolarizada, pobre, dependente de reformas e subsídios, com problemas de toxicodependência, e tendo em conta os objectivos de «qualificar e tornar mais inclusivo este território», de «melhorar as condições de vida e de bem-estar da população» e até esse tal de «promover a mobilidade suave», a Câmara do Porto responde, para a área que estamos a estudar, com dois «projectos estruturantes» que são... duas novas estradas: o «novo atravessamento da linha férrea» e a «ligação da Rua Professor Bonfim Barreiros à Rua Amorim de Carvalho».

As estradas propostas passarão exactamente onde, actualmente, existem linhas de água a descoberto, tão importantes para a micro-agricultura, ou seja, para as pequenas hortas à beira de casa, e onde se situa também um presumível antigo leito de ribeiro em aqueduto de águas pluviais. Trata-se, aliás de uma zona «sujeita a consulta obrigatória junto de entidade competente pela protecção a recursos naturais», precisamente pelos seus recursos aquíferos. Ainda que com essa aparente salvaguarda, as obras mais recentes na zona, as do metro, deixaram várias queixas quanto

A azul, a «zona de Contumil, da UT de Contumil, da ARU da Corujeira», o território tratado nesta reportagem; a rosa, a UOPG – 17: Contumil, do PDM, da qual nos ocuparemos no próximo número



à gestão desses recursos: de ribeiros cujos cursos foi desviado dos campos agrícolas para a rede de águas pluviais a casas inundadas «a partir de baixo» em dias de chuva intensa.

Duas ideias que fazem parte dum «eixo central estruturante para a mobilidade e para a inclusão, orientador do desenvolvimento das zonas periféricas da cidade» (independentemente do que isso queira dizer) e cuja ideia é ligar «zonas totalmente consolidadas (Costa Cabral e São Roque da Lameira) e zonas que mantêm um grande potencial de desenvolvimento urbanístico (como é o caso da zona de Contumil)». Ou seja, ligar o trânsito de baixo ao trânsito de cima, criando um novo trânsito em sítio onde habitualmente não há muito trânsito e o trânsito que há é um trânsito caótico. Um tipo de trânsito caótico que só é possível onde o trânsito não é muito. Tudo em prol, claro, não do trânsito, mas do desenvolvimento urbanístico, ou seja, da construção civil e da especulação imobiliária, numa zona que apresenta ainda «áreas de dimensão considerável livres de ocupação».

As obras mais recentes na zona, as do metro, resultaram em várias queixas quanto à gestão desses recursos: de ribeiros cujos cursos foi desviado dos campos agrícolas para a rede de águas pluviais a casas inundadas «a partir de baixo» em dias de chuva intensa.

Uma dessas estradas (com início previsto para 2025) passa por cima da linha férrea e também de uma inclinação relvada, um corredor verde apenas na cor, é verdade, que poderia ser um abrigo de biodiversidade se assim o tivesse querido a Metro do Porto quando ali fez obras – ou se o desejasse ainda agora, uma vez que é proprietária daquele terreno. Por aí, espera-se, virão centenas de carros impedir a circulação pacata e suave que existe agora para chegarem mais rapidamente aos engarrafamentos de Fernão de Magalhães. Para isso, é necessário um acrescento, que é a tal segunda estrada asfaltada (com início previsto para 2027) que rasgará o que é agora um espaço verde, ou melhor, um «vazio urbano» onde a CMP vê «potencial de instalação de novas funções e actividades». E, assim, todos esses automóveis desembocarão no Bairro de Contumil, levando uma circulação inusual e perigosa a um local onde não é raro ver crianças a brincar na rua, como em qualquer Bairro.

... e despejos

«A ARU apresenta debilidades ao nível da atracção de novos residentes pela carência de habitação de qualidade» e, apesar de ter como objectivo explícito «promover condições de habitabilidade ou realojamento» para quem vive «em unidades habitacionais precárias ("ilhas")», tal não será o resultado final. Antes de mais, por estarmos a falar num território com séculos de auto-construção, quando se for apurar «a legalidade das construções, os direitos de edificabilidade, os índices de impermeabilização do solo, as condições mínimas de habitabilidade», surgirão enormes problemas. Em muitos casos, a solução será a demolição. Para reconstrução, claro. A preços de mercado. Mesmo que não percam a casa – a Câmara compromete-se com um plano de realojamento para situações semelhantes –, estas pessoas perdem o direito ao lugar. São, numa palavra, expulsas.

Para além disso, conforme Eduardo Silva explica, a Câmara poderá, «com este mecanismo da ARU, obrigar os proprietários a fazerem obras profundas em casas que considerem impróprias. O senhorio faz as obras, sim senhor. Mas depois não mantém a renda. E as pessoas têm de ir embora e não vão ter a quem se queixar. O que interessa é atrair novos residentes… não é dar habitação de qualidade aos residentes de agora».

A própria Câmara prevê que as dinâmicas que estes planos provocarão no terreno poderão «despoletar a especulação imobiliária, fazendo inflaccionar os preços numa área que actualmente é pouco valorizada». Fala-se, então, do costume, desta vez embrulhado na «visão estratégica» de criação de um «novo polo funcional», que visa, como sempre, tirar as pessoas de poucas posses do lugar onde se deseja que floresça uma classe média abastada que conviva com o que restar da classe média nativa e com os habitantes dos bairros camarários que não há forma de expulsar.

As vantagens concretas não são para os habitantes locais. Pelo menos para a imensa maioria, que tem apenas a sua casa, ou nem isso. Aos proprietários, sim, locais ou não, a esses caberá a fatia gorda do bolo: isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos prédios objecto de reabilitação e de Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) nas aquisições de imóveis destinados a reabilitação e/ou na primeira venda subsequente à reabilitação; desconto de 80% nas taxas municipais devidas pelo licenciamento de ocupação do espaço público por motivo de obras directamente relacionadas com construção; desconto de 50% nas taxas devidas pelo licenciamento/ autorização/ admissão de comunicação prévia de obras. «Alavancar investimentos» sempre foi uma forma de financiar a especulação privada com dinheiros públicos.

Depois dos loteamentos, dos arruamentos, das construções e das campanhas de atracção de «novas funções e actividades», para além, claro, de investidores, Contumil dirá adeus a grande parte da sua biodiversidade, às rendas relativamente baixas, às relações de proximidade não institucionalizadas e à economia fora do radar. A agricultura local e os seus esquemas de sobrevivência serão feridos de morte. As zonas ainda semi-selvagens e até as que têm algumas hortas darão lugar a belos jardins domesticados para consumo humano. As rifas serão substituídas por *quizzes* vespertinos no bio-café que tomar o lugar do tasco ou da mercearia. Os biscates serão perseguidos e tudo terá factura nas mais variadas «oficinas» e «clínicas».

«Um jornalista do Público disse que isto era a zona onde vinha parar apenas quem se perdia».

Tudo isto se cruza ainda com o Plano Director Municipal (PDM), mais concretamente com a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) – 17: Contumil. Esta UOPG é a continuação geográfica, para noroeste, UT de Contumil da ORU de tipo sistemático da ARU da Corujeira – o que significa que é a vizinha do lado da área para que estivemos a olhar até agora. Para aí, a Câmara tem previsto um plano de fazer desaparecer uma das grandes manchas de «espaços verdes que se encontram sem uma utilização e ocupação humana» ainda existentes na cidade, retalhá-la em fracções para construção de prédios e arruamentos e afirmar aos sete ventos que está a «reforçar a estrutura ecológica». Articula-se também com o projectado «novo feiródromo», onde irão passar a decorrer, entre outras, a Feira da Vandoma e a do Cerco, e que significará, para além de possíveis consequências que podem ser vistas como especulativas, a certeza da impermeabilização de mais uma naco considerável de terreno que, neste momento, está coberto de vegetação. Mas isso são contas de futuras reportagens, em próximos números do Jornal MAPA.

NOTA

NADA PÁRA O PROGRESSO

Privatizar a lua para reduzir a pobreza na terra

Um excelente grupo de especialistas do Instituto Adam Smith (neoliberal), sediado na Grã-Bretanha, teve aqui há tempos, não sabemos se de manhã, à tarde ou já à noite, uma ideia generosíssima que visa reduzir a imparável pobreza que grassa no planeta Terra. Trata-se, com toda a singeleza dos gestos geniais, de privatizar a Lua. Num relatório intitulado "Invasores do Espaço: Direitos de Propriedade na Lua", este inefável grupo de reflexão defende que a Lua deve ser dividida em parcelas, devendo cada uma delas ser atribuída a um país, que, por sua vez, poderá optar por alugar esses mesmos espaços a empresas de turismo espacial e empresas de exploração (das mais diversas coisas possíveis). Nesta tão profícua visão, o dinheiro dos direitos de propriedade do espaço poderá, assim, impulsionar a economia global e ajudar a reduzir a pobreza mundial – acabar com ela seria um luxo excessivo.

A lógica que subjaz a esta empreendedora iniciativa é muitíssimo compreensiva e deve merecer o nosso mais entusiástico aplauso. De facto, estando o planeta Terra num estádio avançado de necrocolonização terminal, é conveniente pensar em alternativas geográfico-espaciais, ou seja, magicar no necessário expansionismo económico que decorre de tais circunstâncias. E estando a Lua a dois passos da Terra (uns meros 384.400 km), ela constitui um território que está mesmo a pedi-las – e, prioritariamente, por esta actividade maravilhosa que é o Turismo. Coisa de que poderão resultar lucros desde já imagináveis e sobejamente perturbadores. Veja-se só este fascinante exemplo da empresa baptizada Virgin Galactic (californiana, é claro): nas viagens ao espaço, uma viagem de 90 minutos terá o custo de 450 mil dólares.

Amar a corrupção

Encarada durante algum tempo com maus olhos, devido a preconceitos morais, a Corrupção adquiriu entretanto um elevado estatuto político-filosófico, perfilando-se na vida nacional como um pilar da maior importância nos diversos sectores essenciais da Economia, da Política, do Desporto (que abrange as duas anteriores entidades) ou da Religião. A Corrupção, com maiúscula, faz parte dos trâmites normais e anormais daquilo a que se chama, com ênfase imaginativa, Desenvolvimento, sendo este encarado como intocável e absolutamente imprescindível. É neste sentido que se impõe não só compreender e admitir a Corrupção, mas, mais profundamente, *amá-la*. Porque não há Desenvolvimento sem Corrupção.

Inteligência natural descartável

O constante incremento desta coisa chamada Inteligência Artificial, levando a super-extraordinária maravilha industrial a ser injectada ou incorporada nos mais diversos aparelhos, instrumentos, objectos ou circunstâncias operativas da vida de milhões de habitantes, trouxe para os desempenhos da existência comum uma dimensão de conforto espiritual, directamente decorrente da noção canónica de Progresso, que tem vindo a estabelecer novos e radiantes padrões civilizatórios. De tal modo que a inteligência natural, ou inteligência humana comum, está em vias de se tornar desnecessária ou perfeitamente prescindível. Este novel contexto alça-nos, assim, à compreensão, necessariamente beatificada e toda ela inundada de Progresso, de que os seres humanos não precisam de ter inteligência própria. Para quê? Os arautos da IA declaram, nos seus ínvios modos oraculares, que se trata de um resultado necessário.

Do nosso correspondente em Bardinhos de Baixo, J.H.

Águas Revoltosas da Ilha da Madeira

Para compreendermos o verdadeiro significado das levadas para as gentes da Madeira é necessário conhecer o processo de colonização que se operou neste território. Assume especial relevância a História da Levada do Moinho. A «Revolta das Águas», como ficou conhecida, é o retrato de uma vivência de união e solidariedade entre um povo que nunca desistiu de «guardar a sua água», enfrentando corajosamente o Estado numa luta que levou até à detenção de dezenas de pessoas e ao assassinato de uma jovem às mãos da polícia que nunca foi condenada.
Apesar das várias tentativas de usurpação deste bem comum, atualmente, a água da Levada do Moinho permanece em regime de gestão comunitária, num funcionamento mais flexível do sistema de irrigação das terras e numa proximidade entre os habitantes já pouco vivida nos dias que correm.

Os maqueiros transportando os mais ricos pelas levadas (Facebook Madeira Quase Esquecida)

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

Todos os anos as levadas da Madeira são percorridas por milhares de turistas em busca de aventura, de paisagens bucólicas, de uma efémera fuga à selva urbana. Apoiando-se no argumento de que não é justo os contribuintes pagarem para a manutenção de tais percursos, o presidente da região autónoma decide proceder à cobrança de entradas[1]. Numa notícia sobre a primeira mercantilização de um percurso pedestre na Madeira, Miguel Albuquerque é citado a dizer que «se entendermos a ilha como um corpo, as levadas, desde a colonização da Madeira, no século XV, são no fundo as veias desse corpo»[2]. Nisso o discípulo de Alberto João Jardim (presidente da Madeira durante 37 anos) terá razão: estes canais construídos ao longo de toda a ilha com suor e sangue dos seus habitantes menos abastados constituem *veias abertas* do nosso passado colonial[3]. Em consonância com esta perspectiva está Gabriela Relva, presidente da Associação de Regantes da Levada do Moinho da Lombada e Lugar de Baixo, afirmando que para compreendermos o significado das levadas para o povo madeirense é imperativo conhecer o processo de colonização deste arquipélago. E no que respeita à Levada do Moinho, que a nossa interlocutora representa e que desencadeou uma célebre revolta popular em pleno Estado Novo, essa história é marcada com «lágrimas de sangue».

Aquando da colonização da ilha da Madeira, iniciada por volta de 1425, o território terá sido dividido entre a capitania de Machico, que incluiria todo o norte da ilha e seria concedida a Tristão Vaz Teixeira, e a capitania do Funchal, que se estenderia até ao extremo sul da ilha, sob o comando de João Gonçalves Zarco. Os terrenos correspondentes ao Sítio da Lombada, onde se localiza a Levada do Moinho, terão sido doados a Rui Gonçalves da Câmara, segundo filho varão do capitão-donatário do Funchal. Prova inequívoca de uma linhagem fértil em talento governativo, Rui Gonçalves da Câmara seria, por sua vez, nomeado (terceiro) capitão-donatário da ilha de São Miguel, em 1474. Razão pela qual a imensa propriedade que incluía tais terrenos terá sido concedida, em regime de sesmaria[4], ao flamengo Jeanin Esmeraut – re-batizado pelos habitantes locais como «João Esmeraldo» – para a produção de cana-de-açúcar, a principal cultura da Madeira antes de se ter tornado mais barato importar açúcar do outro lado do Atlântico do que produzi-lo localmente. O título de «Morgado» terá sido atribuído a Esmeraut, em 1522, por D. Manuel I, e terá sido na condição de Morgadio que a Levada do Moinho fora construída. Esta propriedade ter-se-á mantido sob regime de morgadio até ao século XIX, com a falência do seu último herdeiro,

> Os colonos... não tinham outra opção além de submeter-se a trabalhar (e a pernoitar) nas terras dos senhorios, a quem era normalmente concedido o direito a metade da produção.

conhecido localmente como Conde Carvalhal, que, de tanto ostentar o seu nobre título em luxuosas festas e banquetes, ter-se-á visto obrigado a vender as suas terras em hasta pública para cobrir as aristocráticas dívidas por si contraídas.

A nova detentora das terras da Lombada seria, então, a empresa britânica Giorgi & C.ª, dedicada à produção vinícola. Mudavam-se as nacionalidades, mas a relação laboral entre agricultores sem-terra (os «colonos») e proprietários mantinha-se muito próxima de um regime de escravatura. Os colonos, desprovidos de meios de produção (e de habitação) próprios, não tinham outra opção além de submeter-se a trabalhar (e a pernoitar) nas terras dos senhorios, a quem era normalmente concedido o direito a metade da produção. E ainda que fossem os agricultores a entregar a cana-de-açúcar nos engenhos de refinação, o pagamento era exclusivamente reservado aos senhorios.

Nos inícios do século XX, a Giorgi & C.ª decide propor a venda de parcelas de terreno aos colonos que as quisessem/pudessem comprar. A aspiração de adquirir a sua própria propriedade terá impulsionado um crescente fluxo de emigração que tivera como principal alvo a ilha de Curaçau, nas Antilhas (ainda hoje colónia do Reino dos Países Baixos), onde imperava um cultivo de cana-de-açúcar semelhante ao da ilha da Madeira. Segundo Gabriela Relva que, ao longo dos anos como presidente da associação de regantes, tem estudado em detalhe a história da Levada do Moinho, o dinheiro pago pelos colonos à Giorgi & C.ª seria encaminhado para os Estados Unidos da América. Portanto, motivada pelo advento da Grande Depressão, a empresa terá decidido desistir da venda dos terrenos, deixando os colonos sem direito de posse, visto que as escrituras ainda não tinham sido efectuadas. Para evitar o agravamento do conflito entre habitantes locais e uma poderosa empresa do Reino Unido - esse histórico «aliado» de Portugal -, Salazar, então Ministro das Finanças, terá proposto a compra dessas terras. Passará então a ser o Estado Novo quem, em 1936-37, desenvolve um processo de venda das respectivas parcelas de terreno aos populares, que, durante um período de 20 anos, passam a pagar prestações anuais ao Estado. Segundo Gabriela Relva, algumas dessas prestações ultrapassariam os

Rocheiros, os construtores de lavadas (Facebook Madeira Quase Esquecida)

1000 escudos, o que nesse tempo corresponderia a um valor exorbitante, sobretudo tendo em conta as condições económicas dos habitantes. Para os acontecimentos que se seguem é essencial destacar que, juntamente com o terreno, os ex-colonos compravam o direito a água de rega, neste caso à água que corria pela Levada do Moinho, na freguesia da Ponta do Sol.

Na sequência do 25 de Abril, a comissão de regantes passaria a exigir que a água fosse gerida pelos próprios... segundo os antigos usos e costumes.

Em meados do século xx, o Estado Novo desenvolve um grande projecto hidroeléctrico na ilha da Madeira, período esse que coincidiria com o final das últimas prestações que os habitantes da Lombada teriam de pagar pelas suas terras. É nesse contexto que é iniciada a construção da central hidroeléctrica da Serra de Água, para a qual o governo tencionava desviar a água que corria pela Levada do Moinho e irrigava as terras da Lombada. Para esse fim, o Estado inicia em 1958 a construção da chamada «Levada Nova» da Lombada. Como é natural, os regantes rapidamente terão receado ficar desprovidos de água para irrigar as suas terras: água pela qual tinham pago tão caro! No dia 6 de Maio de 1962, após a conclusão da Levada Nova, o então presidente da Câmara terá convocada uma reunião no adro da Igreja da Lombada, em que apelava aos munícipes para não se oporem ao projecto, sob o risco de serem derramadas «lágrimas de sangue». Rejeitando o conselho do autarca, várias pessoas dirigem-se ao «Cabo da Levada», onde uma porção da água da Ribeira da Ponta do Sol era desviada para a Levada do Moinho, de forma a impedir que os levadeiros do Estado a canalizassem para a Levada Nova. A partir desse dia, os populares terão marcado presença constante no local para «guardar a sua água», num episódio que ficou conhecido como «A Revolta das Águas». Durante os três meses que se seguiram, os revoltosos terão resistido a repetidas intimidações e ataques policiais, o que terá inclusive resultado em penas de prisão.

Gabriela Relva destaca a união e a solidariedade que se fariam sentir entre os habitantes e as estratégias de comunicação desenvolvidas: quando se apercebiam da chegada de jipes do Estado, enviavam informantes para o Cabo da Levada ou tocavam búzios a partir das zonas mais altas para alertar os seus conterrâneos. Terá sido justamente isso que terão feito no dia 21 de Agosto, por volta das cinco da manhã, ao aperceberem-se da chegada de vários autocarros repletos de homens fardados, acompanhados de jipes do Estado. A polícia terá bloqueado as vias de acesso e cercado o local, atacando e prendendo quem apanhasse pelo caminho. Nesse dia terão sido detidas cerca de 70 pessoas, permanecendo na prisão de Agosto a Novembro sem direito a julgamento. No Cabo da Levada, segundo nos conta Gabriela, após os polícias cercarem os revoltosos, o comandante terá disparado para o ar e dito através de um megafone: «Têm cinco minutos para se retirarem!». Como táctica defensiva, as mulheres e crianças terão formado uma barreira frontal, partindo do princípio que as autoridades não as atacariam. Porém, perante a insubordinação dos presentes, a polícia terá começado a disparar em todas as direções e a espancar quem conseguisse capturar. Sãozinha, irmã de Gabriela, que teria 17 anos na altura e terá sido das últimas pessoas a chegar ao local, ofegante de tanto correr, terá levado a mão ao ombro de uma vizinha dizendo: «perdi um sapato, mas graças a deus cheguei» e, sofrendo um tiro na fronte, cai morta no colo da vizinha. O assassinato da Sãozinha nunca teve direito a julgamento, tendo o caso sido encerrado num despacho do Ministério do Interior que atribuía razão à polícia.

O sangue que derramaste
nas águas livres correu.
Ó Sãozinha, tu tombaste
mas o teu povo venceu.

Quadra popular em memória da menina assassinada pelo Estado Novo durante a Revolta das Águas (1962)

Depois desse evento, o Estado terá colocado os seus próprios levadeiros a gerir as levadas e imposto novas normas de utilização, que incluíam a rega nocturna e um limite de tempo para cada turno. Alguns utilizadores rejeitariam as novas regras, recusando-se a regar durante a noite e continuando a fazê-lo de dia em coordenação com os vizinhos. Gabriela evoca uma senhora que, após ter sido presa três vezes, terá levado a luta pela auto-gestão da Levada do Moinho para julgamento. O juiz (que curiosamente poucos meses depois de ditar a sentença terá sido mobilizado para Angola) terá atribuído razão aos regantes da Lombada, concedendo-lhes o direito a manter os seus usos e costumes a respeito da gestão da sua água. Após este julgamento, ter-se-á criado uma comissão de regantes que, além de nomear advogados que a representassem judicialmente, contrataria os seus próprios levadeiros.

Na sequência do 25 de Abril, a comissão de regantes passaria a exigir que a água fosse gerida pelos próprios – ao contrário do que sucede com a maioria das levadas madeirenses, que são controladas pelo Estado - segundo os antigos usos e costumes, sem rega nocturna nem limite de tempo, e que apenas o excedente da Levada do Moinho corresse na Levada Nova. Em 2006, a comissão de regantes foi registada legalmente como Associação de Regantes da Levada do Moinho da Lombada e Lugar de Baixo, com estatutos e órgãos sociais próprios, procurando na lei uma protecção às tentativas de usurpação pelo Governo Regional. Cada membro da associação paga uma quota cujo valor depende do tamanho da área irrigada; este é calculado em «canas», uma medida antiga que equivale sensivelmente a 30 metros quadrados. Esta quota permite garantir salário e seguro de trabalho ao levadeiro, assim como a manutenção e melhoramento da levada. O regime de gestão comunitária da levada possibilita um funcionamento mais flexível do sistema de irrigação, além de promover a proximidade entre regantes, que têm de organizar entre si os turnos de rega.

O assassinato da Sãozinha nunca teve direito a julgamento, tendo o caso sido encerrado com um despacho do Ministério do Interior que atribuía razão à polícia.

Gabriela observa que actualmente os regantes utilizam água das levadas durante quase todo o ano, visto que a chuva tem sido cada vez mais escassa - embora noutras levadas esta seja normalmente distribuída apenas entre Maio e Outubro -, o que torna cada vez mais necessária a retenção da água em poços e tanques. Também me é explicado que a recolha de água da chuva não é desejável para fins de irrigação por não ser tão fértil como a água que corre pela levada, recolhendo imensos minerais e nutrientes ao longo do seu percurso desde a nascente até aos terrenos agrícolas.

Não obstante a importância da vitória histórica dos regantes da Lombada, este bem comum nunca está isento de ameaças de usurpação. Exemplo disso é o Governo Regional ter entretanto construído a Levada das Rabaças a montante em relação à Levada do Moinho, que, segundo Gabriela, transporta cada vez mais água comum directamente para a central hidroeléctrica da Serra de Água, fazendo diminuir o caudal da Levada do Moinho, o que representa uma ameaça para os regantes, sobretudo perante as mudanças climáticas e a previsão de um futuro cada vez menos chuvoso.

NOTAS

1 «Cobrança de acessos a espaços turísticos da Madeira deve avançar já este ano», Diário de Notícias, 5 de Maio de 2022,

2 «Percurso da Ponta de São Lourenço será pago», Diário de Notícias, 1 de Março de 2023

3 Alusão ao livro *Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, que aborda a história colonial dessa imensa região.

4 Sistema de concessão de terras sob a obrigatoriedade de cultivá-las.

Novos Contos das Montanhas Barrosãs: usurpações, intimidações, e resistências

No Barroso, a empresa Savannah Resources tenta esventrar as terras mas vê-se confrontada com a resistência diária da população, numa movimentação quase teatral de defesa dos montes.

MARIANA RIQUITO & JOÃO DA MONTANHA

A luz do sol despede-se dos montes. As nuvens suspendem-se num céu tingido de tons rosa e púrpura. Os pássaros voam em bando, retornando às suas árvores. Também nós regressamos a casa, após mais uma tarde passada nas serras baldias. Desde meados de novembro que estas terras são vigiadas quase em permanência pelas populações, face às tentativas da empresa *Savannah Resources* de avançar com os trabalhos de prospeção mineira. Este plano de trabalhos vem no seguimento da obtenção de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) Favorável Condicionada, a 31 de maio de 2023. Desde então, a empresa tem demonstrado uma atitude mais agressiva e uma presença mais assídua nas terras barrosãs.

APRESENTAÇÃO

A(s) reentrada(s) em cena

Com uma DIA condicionada em mãos, a empresa tem agora um ano para apresentar o Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE), um documento elaborado pela própria, no qual tem de demonstrar o cumprimento das condições impostas pela DIA. No início de outubro, as máquinas começaram a laborar todos os dias, incluindo aos fins-de-semana, dentro da área de concessão da Mina do Barroso[1]. Ao mesmo tempo, uma patrulha da GNR foi destacada para vigiar Covas do Barroso, agora considerada uma «zona de conflito». Paralelamente, entra em cena uma equipa de psicólogos sociais da *Community Insights Group*, contratada pela *Savannah* para realizar um Estudo de Avaliação e Impacto Social.

Assim, às máquinas que continuamente abrem feridas nas entranhas da terra somam-se agora as estruturas de policiamento de um Estado conivente com o avançar da tentativa de destruição socioecológica e ainda os mecanismos privados de engenharia social. Acelerando este processo gradual de transformação profunda do território, nos primeiros dias da grande reentrada, trabalhadores subcontratados pela *Savannah* são informados pela população local de que estavam a cortar árvores numa área que não pertence à empresa. Ignorando a situação legal e os avisos da população, a empresa, passadas umas semanas, avança com uma máquina para esse mesmo terreno.

Com este cenário montado, entrarão em cena vários atores, que, ao longo de diferentes atos, compõem aquilo a que chamamos os «*Novos Contos das Montanhas Barrosãs*». *«Novos»* porque representam um novo capítulo na vida destas gentes que, há já mais de cinco anos, resistem arduamente aos planos de expansão mineira projetados para esta região. *«Contos»*, que não o são verdadeiramente, pois aqui se narra a realidade (ou a perspetiva da realidade compartilhada por um conjunto de pessoas). *«Montanhas Barrosãs»* pois são elas as verdadeiras protagonistas destas histórias. «*Novos Contos das Montanhas Barrosãs»* porque quisemos, sem pretensões algumas de semelhança literária, relembrar o legado do poeta e escritor transmontano Miguel Torga e a beleza da sua escrita sobre a Terra.

ATO I

Cena I. A queda

A manhã ia já tardia e, apesar do frio, o sol de Outono raiava e iluminava os carvalhais, onde tranquilamente enchíamos a cesta com cogumelos silvestres. Foi-nos, contudo, impossível ignorar os incessantes toques telefónicos que nos obrigaram a interromper a nossa caminhada matinal e nos retiraram momentaneamente da vida do bosque. No ecrã, um rol de mensagens eufóricas anunciava que um escândalo de corrupção tinha eclodido e abalado o governo: a PSP tinha nessa manhã efetuado buscas no gabinete do primeiro-ministro, no âmbito de um processo que procurava desvendar a alegada teia de negócios que liga o lítio ao hidrogénio e a um centro de dados.

> Uma patrulha da GNR foi destacada para vigiar Covas do Barroso, agora considerada uma «zona de conflito».

«Obviamente, apresentei a minha demissão», declarou António Costa, poucas horas depois da chamada *Operação Influencer* eclodir. A queda do governo foi recebida em Covas do Barroso com grande alvoroço: «Já viste? Uma aldeia tão pequenina como a nossa fez tombar o governo!». No dia seguinte, realizou-se uma conferência de imprensa na Casa do Povo, à qual dezenas de pessoas se juntaram num ambiente de entusiasmo. À televisão, as populações declararam que o sucedido vinha confirmar aquilo que há muito criticavam nestes projetos — o conluio entre interesses estatais e privados, a falta de transparência no desenrolar destes processos, e o desprezo dirigido às vozes e vontades das populações. As associações e movimentos anti-mineração aproveitaram igualmente este *momentum* para exigir o cancelamento imediato de todos os projetos de mineração de lítio em Portugal.

Contudo, e como também o relembraram as populações, importa não ficar reféns de espetáculos mediáticos, pois o grave problema socioecológico que estas minas representam é o principal motivo da oposição a estes projetos. A defesa da vida, a proteção de um ecossistema saudável e a preservação de culturas humanas em harmonia com o seu entorno são os principais impulsos desta luta, que tem vindo a contrariar a narrativa hegemónica da transição energética e da descarbonização. Paralelamente à transição energética, a União Europeia (UE) tem vindo igualmente a desenvolver a sua «transição digital». As duas transições — energética e digital — estão intimamente ligadas e, por isso, não é de surpreender que se juntem no escândalo da *Operação Influencer*. A transição energética é, em si mesma, uma transição digital, e vice-versa: a UE e os governos dos seus Estados-membros projetam a criação de um «mercado de energia europeu digitalizado», por um lado, e toda a digitalização da economia e da sociedade requer uma quantidade massiva de produção e consumo energéticos, por outro. Ora, tanto a descarbonização como a digitalização são políticas centralizadas, que não tomam em consideração as realidades e vontades locais. São políticas extrativistas, que necessitam da contínua expansão de recursos minerais e da destruição de ecossistemas, e são políticas redutoras, pois justificam-se com análises reducionistas dos problemas ecológicos e das necessidades sociais. Com efeito, a ideia de uma sociedade descarbonizada e digitalizada é alimentada pelo mito do progresso tecnológico, pelo dogma do crescimento económico infinito e pela crença na superioridade humana de controlar o mundo mais-que-humano. Estes mitos têm-nos deixados desprovido/as da capacidade de *«sentir»* os danos que causamos: como se os sentidos já nada nos dissessem, deixámo-nos coletivamente enfeitiçar por ecrãs, dominar por máquinas e ignorar as feridas que vamos criando no corpo da Terra.

Cena II. A máquina

Tínhamos mesmo acabado de almoçar, quando ouvimos alguém bater à porta. Abrimos, e, do outro lado, ouvimos uma voz firme:

— *«A máquina mexeu-se.»*

O momento chegou, por fim: os avisos da população foram mesmo ignorados, e a empresa avançou com uma máquina para uma parcela de terreno que os locais afirmam ser baldia. Vestimos os casacos, metemos o café num frasco e subimos à *pick-up* de um vizinho. Chegados ao monte, este estava já populado por dezenas de populares que rapidamente

impediram a máquina de continuar a laborar. Esta tinha já cortado várias árvores e terraplanado o solo, abrindo caminho para o que seria uma «plataforma de prospeção».

— «Com estas máquinas pensam que podem tudo, não pensam?»
— «Quem é que pensa que pode tudo?»
— «A máquina, a engenheira, a empresa.»

Com apenas uma máquina, e em muito pouco tempo, destroem-se anos de interações complexas num ecossistema: uma quantidade incrível de vegetação que demorou anos a crescer e a florescer desaparece, quilómetros de redes de micélio dos fungos são destruídos, e o solo pisado e pressionado pelas lagartas da máquina fica severamente compactado. A máquina assim utilizada é ao mesmo tempo uma ferramenta e um símbolo da omnipotência e da prepotência humana sobre a natureza. A máquina, com as suas lagartas que tudo esmagam, é um símbolo desta vontade de tudo controlar e dizimar em nome de um progresso, que vem agora pintado de verde.

APARTE: — *«Mas, espera aí! Não entendo: o governo cai por causa do lítio, mas a pressão no terreno aumenta, alguém pode explicar isto?!»*
— «Espera, espera, a história ainda nem começou…!»

Cena III. A vigia

O dia em que a máquina se mexeu — 16 de novembro de 2023 — marcou o início de um processo de vigia quasi-permanente do território: desde então, as populações organizam-se por turnos, garantindo que há sempre pessoas de manhã e de tarde, todos os dias, dispostas a não deixar a máquina da empresa trabalhar.

A parcela de terreno que tem vindo a ser defendida quotidianamente corresponde a uma área que já se encontra em tribunal: o processo de litígio visa decidir a quem pertence a propriedade — se aos baldios se à empresa. A empresa alega que o terreno é dela, pois comprou-o a um particular. Os compartes e o Conselho Diretivo dos Baldios, por seu turno, argumentam que, muito embora a empresa tenha adquirido algumas propriedades a particulares, esta tem feito um uso abusivo do BUPi. «BUPi» significa «Balcão Único do Prédio» e é uma ferramenta digital recente, dirigida a proprietários de prédios rústicos e mistos, na qual estes podem mapear as suas propriedades de forma simplificada. «*Simplificada*» porque a georeferenciação das propriedades pode ser efetuada pelos interessados, *online*. No caso de Covas do Barroso, a empresa tem comprado terrenos a particulares e, depois, ao fazer a georeferenciação *online* dos mesmos, aumenta-lhes a área: 3 hectares transformam-se, num clique, em 6, e por aí em diante. Por fim, vem a última jogada: a empresa, ao invés de usar a área marcada na certidão/registo predial, alega ter direito a usar a área marcada no BUPi para o propósito da realização dos trabalhos de prospecção.

— «Vocês têm de perceber: nós só estamos a seguir o nosso plano de trabalhos», afirma tranquilamente um dos geólogos responsáveis.

Desde então, as populações organizam-se por turnos, garantindo que há sempre pessoas de manhã e de tarde, todos os dias, dispostas a não deixar a máquina da empresa trabalhar.

— «Muito bem, e nós estamos a seguir o nosso plano de defesa!», responde, sem pestanejar, um local.

A defesa desta pequena parcela de terreno tornou-se, assim, um símbolo desta luta para os populares. Este plano de defesa tem contado com o apoio de muitas outras pessoas solidárias com o território barrosão: logo nos primeiros dias, fez-se um apelo à mobilização a Covas, que foi recebido entusiasticamente; realizou-se uma caravana anti-mineração, que passou pelas diferentes aldeias barrosãs ameaçadas pela mineração, culminando em Covas, que juntou duas centenas de carros e pessoas. A forte solidariedade entre todos os montes e além-montes tem ajudado a consolidar o processo de vigia, não deixando que as populações se sintam sozinhas e isoladas, como a empresa e o Estado pretendem pintar.

INDICAÇÃO DE CENA: A vigia tem-se tornado rotineira: todos os dias, às 7h30 da manhã, uma pessoa sobe ao monte; o maquinista entretanto chega e a senhora engenheira chama a polícia; os populares vão-se multiplicando; quando a polícia chega, toma conta da ocorrência; após a pausa para almoço, a cena repete-se, até que, ao fim do dia de trabalho, todos regressamos a casa. Criou-se, de facto, uma movimentação quase teatral no ato de defender os montes.

ATO II

Cena I. A patrulha

— «Agora temos uma patrulha da GNR destacada 24h para Covas. Ordens vindas de cima.»

Na primeira semana de outubro, correu a notícia de que uma patrulha da GNR tinha sido destacada para Covas do Barroso. Desde então, não se passou um dia sem que os *jeeps* da GNR tenham sido avistados por algum aldeão ou aldeã. Localmente, estas ordens foram recebidas e interpretadas como uma ofensa: «*Uma patrulha destacada para nós?! Então mas somos nós os criminosos agora? Nós, que nunca fizemos nada?!*». Numa aldeia historicamente isolada, onde vivem menos de 200 pessoas, a larga maioria das quais numa idade acima dos 60 anos, a presença permanente da GNR é, de facto, insultuosa.

A presença inicial da GNR, embora assídua e constante, em nada se assemelhou à atitude que adotaram uma vez começada a «vigia». Com efeito, face à persistência das pessoas em defender aquela simbólica parcela de terra, a GNR começou a revelar-se igualmente persistente e mais agressiva. Nos primeiros dias da vigia, o assédio foi constante: qualquer justificação servia para multar, ameaçar ou intimidar quem se deslocava para defender os montes. Uma pessoa idosa teve o seu carro revistado, quase ao anoitecer; outras receberam multas pela falta de utilização do cinto de segurança em estradões de montanha; foi pedida a documentação de cães que passeavam livremente no monte. A estratégia de intimidação policial era clara. Passados uns dias, quando a vigia virou rotina, a agressividade desapareceu momentaneamente. O que não desapareceu foi a firmeza da população, que em momento algum cedeu a estes amedrontamentos intimatórios nem largou a defesa do seu território.

Cena II. A empresa

A empresa é a *Savannah Resources*, da qual, por esta altura, já quase toda a gente ouviu falar. É uma empresa de mineração sem experiência em mineração e tem sede em Londres, capital do «antigo» Império Britânico. A empresa tem dois centros de «informação», um em Boticas e outro em Covas do Barroso. Dizem que em ambos nem as moscas entram.

Não há dúvidas que a empresa, ou pelo menos algumas pessoas da empresa, até tinham boas intenções: minerar e extrair para ajudar na transição energética, transitar o complexo industrial e tecnológico para as chamadas energias verdes, e ainda lucrar com isso.

— «Tinham, mas já não têm?»

Talvez alguns dos funcionários da empresa ainda tenham a ilusão de estar a projetar algo com um impacto positivo mas, depois de largos anos de elucidação por diferentes pessoas e entidades sobre o dano e a destruição que o seu projeto acarreta e depois de anos a ignorarem as expressões de rejeição claras e contundentes vindas das populações diretamente afetadas pelo projeto, torna-se evidente que só com um enorme custo de integridade pessoal essas ilusões podem ser mantidas. O cultivar de uma certa capacidade de não querer ver, não querer ouvir, não querer saber. O cultivar de uma negligência propositada.

—«Não querer ver? Então e as câmaras de vigilância no centro de "informação"?! As únicas câmaras da aldeia?»

A *Savannah* muda os corpos diretivos como quem troca de roupa: procura incessantemente quem terá a melhor técnica de manipulação para poder convencer a população. A *Savannah* parece não ter lido bem os manuais. Tanto oferece um bolo rei como faz uma ameaça, ou isto vem nos manuais?

Em 2022, antes das suas últimas mudanças de imagem e de corpo diretivo, na sua *magazin*e de «informação» — ou revista de propaganda, dependendo da perspetiva — chamada *Lítio do Barroso*, a empresa brindou-nos com um artigo intitulado "Portugal — Reino Unido: uma aliança com 650 anos". Neste conteúdo informativo, a empresa caracteriza as relações políticas e económicas entre

Portugal e o Reino Unido como «políticas de amizade», afirmando que o projeto mineiro que pretende desenvolver em Portugal é «assente no conjunto de valores que se foram construindo ao longo de vários séculos» e «será uma manifestação tangível da profundidade da relação e dos benefícios que traz para a população de Portugal e do Reino Unido». Ou seja, leia-se: o projeto reproduzirá as relações de dependência e de subalternidade, e trará benefícios para as grandes potências, deixando o país periférico esburacado e sacrificado, agora em nome de uma transição dita «verde». Este é apenas um dos exemplos das tentativas desesperadas de conquistar as pessoas através de uma propaganda pouco rebuscada, quase patética.

A *Savannah* muda a sua estratégia de comunicação: se a propaganda bacoca não funciona, troca-se para a propaganda tecnicamente ilegível. Alguém ficará impressionado. A *Savannah* tem altos cargos que declaram diretamente às populações que nada será feito contra a vontade das mesmas, como teve outros altos cargos a declarar que não terão pudor em expropriar os locais para levar o projeto avante. Tem geólogos a falar dos problemas ambientais que admitem que, de florestas, nada percebem. A *Savannah* também tem espontaneidade, a *Savannah* gosta da contradição.

A *Savannah* é devota, fala com o padre. Será para se confessar? [Sim, leram bem: a *Savannah* recorre a estratégias da Idade Média para conquistar os corações e as mentes das pessoas, que categoricamente rejeitam o projeto há 6 anos. Foi-se encontrar com os padres da região, pedindo-lhes para rezarem a favor do seu projeto durante as missas]. A *Savannah* já não vai usar diretamente a água do rio. A *Savannah* passará a captar água da chuva; caso não chova, fará a *Savannah* chover?

A *Savannah* amua quando as suas tentativas de usurpação são chamadas de… tentativas de usurpação! A *Savannah* tenta derrubar os líderes e representantes locais. Tudo serve para abater estes alvos — desde chantagem e manipulação a ameaças e intimidações.
A *Savannah* quer ser aceite: sorri forçosamente para que gostem dela, mas zanga-se porque não o é, e ameaça quem não se verga.

A *Savannah* quer ter uma imagem que não corresponde à sua interação com o mundo real: *online*, retrata-se como uma empresa com ótimas relações de vizinhança; o*nline*, a *Savannah* não amua nem ameaça nem se contradiz; *online*, a *Savannah* sorri. A *Savannah e* os seus funcionários são produto e agentes numa mega-estrutura que se move para alimentar e reproduzir os mitos do crescimento económico, do desenvolvimento, do progresso tecnológico e da separação. A *Savannah* não é inerentemente boa nem má, a *Savannah* é mais uma das faces de uma ontologia que destrói e que convence cada vez menos gente. A *Savannah* pode, assim, ser mais um dos pontos de partida e de *«abertura»* para outros mitos, outras perspetivas, outras ontologias.

APARTE: A sueca

— *«A Senhora Engenheira está baralhada… eu baralho, o maquinista parte e tu dás, mais uma e fazemos um pente!»*

«Eu na verdade só estou a cumprir ordens, sabe?». Covas do Barroso poderia ser o novo palco da Experiência Milgram.

«Dedicação. Fernando Queiroga», lê-se nas gordas letras laranja das cartas que vão sendo distribuídas, rapidamente, sob uma mesa baixinha de plástico, à beira de um fogo, aceso num barril improvisado. Assim começa mais uma partida do tradicional jogo da sueca no monte. A sueca, esse grande desporto nacional, tornou-se já parte da rotina daqueles que ao monte sobem todos os dias. Nos dias de chuva, joga-se debaixo de uma tenda. Nos dias de sol, joga-se onde calha: numa mesa de campismo, no chão, nas lagartas da máquina.

ATO III
Cena I. A empresa e a patrulha intensificam-se

— *«São ordens vindas de cima.»*

Ouvimos esta frase até à exaustão. É a famosa máxima: obedecer à autoridade. «*Eu na verdade só estou a cumprir ordens, sabe?*». Covas do Barroso poderia ser o novo palco da Experiência Milgram: até onde estão as pessoas dispostas a obedecer a ordens vindas de cima, mesmo que estas lhes pareçam ridículas?

A partir de meados de dezembro, o cerco começou a endurecer: a empresa alargou a sua área de operações, movimentando agora várias máquinas, simultaneamente, em diferentes pontos das montanhas; o aparato policial começou a orquestrar manobras de «dividir para reinar», tentando separar «os locais» dos «não locais»; os cargos dirigentes da empresa começaram a ter uma presença cada vez mais assídua na região, tentando encontrar-se com influentes pessoas locais.

Cena II. A montanha defende-se e reinventa-se

— «*Nós precisamos do baldio porque vivemos da agricultura. É um bem essencial para quem é pobre na área de montanha. E não dá para ter baldios e mina ao mesmo tempo*», afirma, categoricamente, uma pessoa local.

A grande maioria do projeto de exploração mineira seria localizado em terrenos baldios. Estas terras comunitárias são, assim, um dos principais patrimónios a defender. Para além do simbólico terreno que tem vindo a ser defendido desde meados de novembro, há vários outros terrenos baldios que se encontram em litígio. Estes processos litigiosos podem, contudo, demorar anos a serem resolvidos. É por isso que a empresa tem tentado avançar, alegando que, caso o tribunal dê razão aos compartes, esta pagar-lhes-á uma indemnização *a posteriori* e reporá a paisagem destruída. Ora, as populações contestam vivamente a forma como a empresa entende o território, de forma quantificável e substituível, transformando organismos vivos em números inertes. Para as populações, não faz *«sentido»* atribuir um valor económico ao baldio nem falar da reposição de árvores: o baldio representa uma riqueza e um património que vão muito além da sua quantificação monetária, e as árvores, uma vez cortadas, não podem simplesmente ser «repostas» por novas:

— «*Isto pode repor-se como?! Isto nunca mais vai ser o mesmo!*», barafusta uma local.

Nos últimos tempos, tem-se tornado cada vez mais visível a forma como o território barrosão é feito, desfeito e refeito por múltiplos atores que o conceptualizam e experienciam de forma radicalmente diferente. A riqueza, para os povos serranos, é preservar a sua floresta, da qual retiram mato para a cama dos animais e lenha para se aquecerem nos longos meses frios do inverno. Do outro lado, para a empresa e a sua máquina, símbolo da capacidade de dominação humana sobre a natureza, riqueza será extrair das entranhas da terra este «novo ouro branco».

— «*Todo o dia sem trabalhar é prejuízo*», atira o geólogo.
— *«E a destruição à terra e à cultura que estão a fazer, não é prejuízo?»*, pergunta-lhe um local.
— *«Mas que terra é que aqui se perdeu?», retorque ele, com desdém.*
— *«O pinhal, que é uma riqueza!», responde rapidamente outro serrano.*
— *«O que é que dá o oxigénio?», aponta outro conterrâneo.*
— *«Quero ver que batatas vais comer desta terra!», acrescenta o primeiro.*

Estas montanhas, sagradas e preciosas para muitos, defendem-se e amam-se, reinventando-se. Para elas se imaginam projetos experimentais e criativos, como projetos de agrofloresta, agricultura regenerativa, nidificação, educação ambiental e outros. Nelas, se criam pontes, tecem laços e abrem-se portas a forasteiros.

Quando há abertura para estar verdadeiramente presente na montanha, com todos os sentidos imersos nela, a ouvir os seus sons e os seus silêncios, a ver os seus tons, as suas formas, as suas espécies; quando nos permitimos sentir os seus solos; quando saciamos a sede nas suas águas ou comemos dos seus frutos; quando sentimos na nossa pele o calor da sua lenha ou a brisa dos seus sopros; quando nos faz sentir medo ou alegria; voltamos a entender que a montanha está viva, que a montanha faz parte de nós e nós fazemos parte da montanha.

«… Renascer ao pé de cada rebento, correr a par de cada ribeiro, voar ao lado de cada ave»,
Miguel Torga, Criação do Mundo (1937).

Quando amamos a montanha jamais a deixaremos destruir.

NOTAS

1 O contrato de exploração denominado «Mina do Barroso» foi assinado entre o Estado e a empresa SAIBRAIS, em 2006, e contempla uma área de 120 hectares, para exploração de quartzo e feldspato. Em 2016, o Estado assinou uma adenda a este contrato, alargando a área de exploração para 548 hectares e adicionando o mineral lítio. Nesse mesmo ano, a Savannah Resources comprou este contrato que, na altura, estava já nas mãos da empresa IMERYS, detentora do mesmo desde 2011. Em 2021, a Savannah Resources apresenta um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) para a Ampliação da Mina do Barroso, que prevê o alargamento da área de concessão até 593 hectares. Após várias reformulações, o EIA da Savannah recebeu, em maio de 2023, uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicional. Isto para dizer que, quando falamos da área de concessão da Mina do Barroso, referimo-nos ao primeiro e único contrato com licença de exploração efetiva. Para este efeito, a empresa tem arrendados 16 hectares ao Conselho Diretivo dos Baldios de Covas do Barroso.

«O que nos impelia era a vontade de filmar»

Solveig Nordlund, cineasta sueca naturalizada portuguesa, com uma carreira e uma obra que ultrapassam em muito o momento revolucionário, é um nome fundamental da filmografia de Abril. Depois de ser assistente de João César Monteiro, José Fonseca e Costa e Alfredo Tropa, e depois de participar nas montagens em filmes de Manoel de Oliveira, João Botelho, Alberto Seixas Santos e Thomas Harlan, a assinatura de Solveig enquanto realizadora (ou co-realizadora) aparece exactamente na altura das ocupações de terras e da criação de cooperativas que o 25 de Abril despoletara. Solveig Nordlund é uma pessoa de uma enorme simpatia, mas de muito poucas palavras. A 50 anos de distância, sentimos que nos trouxe uma visão sem dramas nem saudosismos do que foi viver o sonho e o seu descalabro. Ela, que acabou por ir embora em 1980 (antes de regressar... e andar «sempre para cá e para lá, entre Portugal e a Suécia»), juntamente com alguns dos seus amigos mais próximos «porque a revolução não tinha correspondido ao que queríamos. Mas eu já nem me lembro do que é que queríamos», deixando-nos a questão: «E, hoje em dia, qual é a revolução desejável, que se aguente no mundo?»

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

O teu percurso académico tem uma espécie de início relacionado com História da Arte e das Línguas. Como é que, no teu percurso profissional, acabou por se impor o cinema?

Naquela altura, não havia escola de cinema na Suécia. Quase todos os meus amigos queriam ir para cinema. E eu também. Com a minha melhor amiga, lá na Suécia, ia a muitas sessões e depois, no caminho para casa, repetíamos as cenas. É preciso lembrar que aquilo foi a época em que o cinema era a coisa mais popular. A única hipótese de aprender era com a prática. Eu, por exemplo, trabalhei em filmes que outras pessoas fizeram – até havia uma pintora que fez um filme numa floresta e andávamos lá a ajudar. Também havia cineclubes, *matinés* e coisas assim, mas não havia ensino duma forma organizada.

Por via do casamento com Alberto Seixas Santos, naturalizas-te portuguesa ainda nos anos 1960. Que imagem tinhas desse Portugal fascista?

Conheci o Alberto Seixas Santos quando acabei o liceu. Nessa altura, fui a Paris e conheci lá um grupo de portugueses que estudavam cinema: o António Pedro Vasconcelos, o Alberto e outros. Depois, o Alberto foi visitar-me à Suécia e acabámos por ficar um casal e fomos para Londres estudar cinema. Portanto, eu aproveitei um bocadinho a boleia dos portugueses. Quando conheci o Alberto, na verdade, nem sabia que havia um país chamado Portugal. Entretanto, em 1966, o Bruno [filho] já nasceu cá. Na altura, houve um tratado alfandegário [European Free Trade Association – EFTA] que permitiu às empresas suecas virem cá coser as suas roupas. E eu trabalhei numa das várias fábricas que existiam em Alhos Vedros. Inicialmente como tradutora e, depois, até ia ao norte comprar tecidos e tal. Acho que era chefe de compras.

Quanto ao fascismo, o Alberto queria fazer cinema e o primeiro filme que ele ia fazer era o *Brandos Costumes*. Começámos a filmar em 1972 e, nesse filme, já havia revolução. E nós não sabíamos que iria haver 25 de Abril. Também na fábrica, eu já tinha percebido que o fascismo estava um bocadinho fraquito. Houve greves e o patrão decidiu chamar a PIDE para vir acabar com a greve, que era o habitual. Mas eles vieram e não acabaram com a greve. As costureiras ganhavam uma miséria e a própria PIDE é que acabou por perguntar se não seria melhor subir-lhes um bocadinho os ordenados. Portanto, já estavam a entrar na negociação.

A seguir ao 25 de Abril, o vazio de poder que se instalou foi ocupado por um movimento popular que tinha tanto de ingénuo como de emancipador, tanto de impreparação como de poder de invenção. Como é que foi esse tempo para uma pessoa nascida (e crescida) fora de Portugal?

O *Brandos Costumes* já anunciava o que nós sabíamos… Por exemplo, tínhamos amigos que estavam em Angola, na guerra, e, para nós, não havia dúvida de que ia acontecer qualquer coisa. Ironicamente, o Alberto teve de ir fazer uma operação ao coração exactamente no 25 de Abril. Portanto, nós estávamos na Suécia quando aconteceu o 25 de Abril em Portugal e só viemos depois, em Maio. E logo no aeroporto era tudo diferente. Já nem carimbavam os documentos. E, claro, tínhamos tido notícias pelo telefone que eram realmente emocionantes. Mas, na verdade, a vontade e até a prática de transformação já vinham de trás. Nós achávamos que já vinha de trás. E acho mesmo que vinha: as pessoas já sabiam. Não apenas nós. Toda a gente sabia que aquilo ia acabar.

> Nós estávamos na Suécia quando aconteceu o 25 de Abril em Portugal e só viemos depois, em Maio. E logo no aeroporto era tudo diferente.

Ainda antes do 25 de Abril, participaste na montagem do *Brandos Costumes* (do Alberto Seixas Santos) – que acabou por estrear após o 25 de Abril, em 1975. Uma espécie de 25 de Abril filmado antes do tempo, mas estreado já em pleno PREC. Partindo do princípio de que tinha passado no crivo da censura – o que é muito dúbio – achas que o timing de exibição foi o melhor? Ou terias preferido que tivesse sido exibido ainda em ditadura?

O *Brandos Costumes* não acabou antes do 25 de Abril. Acabámos as cenas da família em casa, com a tal revolução lá. Mas, depois, eram precisas outras coisas. Sabíamos que era preciso material de arquivo, tanto do fascismo como da guerra colonial, e até fomos a França comprar. E filmámos também uma cena dum enterro dum soldado português, que está lá no filme. E podíamos ter montado e estreado. Mas sabíamos que, aí sim, haveria problemas, com certeza. Para além disso, o próprio Alberto achava que o filme não estava pronto. Queria fazer umas outras cenas, cenas escritas, um bocadinho poéticas, entre as diferentes pessoas, que ele escreveu já depois do 25 de Abril. Na altura, até cheguei a achar que era uma desculpa para adiar a estreia, mas, se calhar, não era. E, na verdade, eu acho que o filme sem essas cenas também não é bem o filme.

Imediatamente a seguir ao 25 de Abril, és uma das fundadoras do Grupo Zero[1], onde co-realizas os teus primeiros filmes, que são, afinal, documentários engajados, de intervenção política, filmados em pleno período revolucionário. O que te (vos) impelia a fazer isto? A necessidade de documentar? A vontade de partilhar as experiências locais com outras pessoas? Alguma expectativa de serem capazes de influenciar o curso das coisas? Uma espécie de serviço (também ele) de alfabetização prestado à revolução?

Nessa altura, toda a gente formou cooperativas. Havia a Cinequipa, a Cinequanon e o Grupo Zero. Nós até nos atrasámos na formação do Grupo Zero. Era um bocado o Alberto que dizia o que íamos fazer. Ele copiava um bocadinho a revolução russa e então nós íamos para o campo. Eu acho que o Alberto tinha razão. Ele nunca tinha vivido no campo, mas era realmente ali que se via a mudança. E o que nos impelia era a vontade de filmar. Não se pensava nisso do porquê. Uma das ideias que o Alberto tirou dos estudos – e isso eram coisas que nós não sabíamos – foi que se devia mostrar o material às pessoas que foram filmadas antes de se acabar o filme. E isso nós fazíamos.

***A Luta do Povo – Alfabetização em Santa Catarina* é de 1976, *Assim Começa uma Cooperativa* é de 1976 e *A Lei da Terra* é de 1977. Visto de fora, estes três filmes documentais parecem ter um percurso pré-definido: em primeiro lugar, falar da alfabetização como condição essencial para as mudanças sociais que se queriam; depois uma introdução à Reforma Agrária, com o historiar da construção de uma cooperativa em Barcouço, perto de Coimbra; e, finalmente, o *A Lei da Terra*, onde se parte do particular para o geral, conjugando dados históricos, políticos, sociais e económicos que tentavam enquadrar a Reforma Agrária. Foi assim?**

Não, não foi assim. Não há razão para essa ordem. Nem pensamento prévio. Umas coisas encaixam nas outras, mas foi um bocadinho mais a realidade que nos ia chamando. Há, no entanto, uma questão interessante: na RTP, havia uma parte chamada «educação permanente» e as curtas, que são o início do *A Lei da Terra*, são pagas pela «educação permanente». Ou seja, foi quase feito para a RTP e aquilo passava muitas vezes na televisão.

O Grupo Zero assinava os filmes colectivamente. Era uma opção ideológica ou o resultado natural do processo de realização e filmagem?

Não sei como é que fizeram nas outras cooperativas, mas acho que naquela altura era uma coisa geral. Aliás, está certo, não é? Nem toda a gente tem a mesma

importância, claro, mas é sempre colectivo. O filme *A Lei da Terra,* por exemplo, é um filme colectivo, mas, como disse, aquilo era quase tudo ideia do Alberto. Eu apareço lá como co-realizadora, e, em certa medida, é verdade, mas as ideias iniciais eram do Alberto.

Por muito que a revolução tivesse momentos verdadeiramente entusiasmantes, havia uma parte das relações sociais que mudava mais lentamente do que outras: os papeis de género. Uma espécie de ímpeto de «acabar com a exploração do homem pelo homem» que se detinha quando se tratava de acabar com a exploração (ou menorização) da mulher. Como foi viver isso enquanto mulher? Sentiste que havia diferença por seres ao mesmo tempo mulher e estrangeira? Na sociedade e no cinema?

Pessoalmente, não senti isso. Mas acho que tive algum privilégio por ser estrangeira. Mesmo ao nível dos meus colegas nunca senti isso. Por exemplo, comparando-me com a mulher do Fernando Lopes: tinha três filhos para tomar conta. Ela também queria fazer cinema, mas não tinha hipóteses e o Fernando, com certeza, nem pensava nisso. Ou seja, havia uma diferença. Eu não senti isso e creio que foi pela nacionalidade.

Na verdade, nem sabia que havia um país chamado Portugal.

No *Dina e Django* – para além de colocares, no título, o nome dela antes do nome dele – a condição da mulher é uma questão fundamental em pleno momento revolucionário, com a denúncia da exploração que sofrem, da violência constante que experimentam, dos ciúmes, da agressão sexual que inclui bocas e assédio. No *Aparelho Voador a Baixa Altitude* transformaste o ponto de vista do texto de J. G. Ballard do homem para a mulher, deste destaque à maternidade enquanto acto de resistência e a personagens femininas – o que contraria um pouco o texto inicial. No *A Filha*, fala-se sobre misoginia, violência familiar, masculinidade tóxica, assédio, violação. Temas e visões do mundo que fazem parte do que habitualmente se chama o olhar feminino – ou feminista. As questões de género são-te importantes? Foram uma reacção a uma certa cultura machista em Portugal?

No *Dina e Django,* o nome na mulher vir em primeiro lugar é perfeitamente aleatório. Troquei o foco no texto do Ballard, isso é verdade, mas a maternidade enquanto resistência tem a ver com aquela história em particular. Naquela história, sim, é um acto de resistência. Mas as questões de género não estavam de todo nas minhas preocupações. Muitas vezes até fico irritada… Fui-me embora em 1980 e, quando cheguei à Suécia, havia lá um festival de cinema feminino e estava por lá o *Dina e Django*, que até ganhou um prémio. Quem organizou isso, ou seja, as mulheres que eram as fundadoras desse festival na Suécia, eram as actrizes do Bergman. Isso já foi há mais de 40 anos. Até havia lá uma filósofa dinamarquesa que tinha umas ideias sobre a criatividade feminina e tal, mas que não tinha nada a ver com o lado social, digamos. Portanto, quando agora aparecem aqui festivais femininos, eu acho que se anda um bocadinho atrasado. É claro que, na Suécia, homens e mulheres recebem o mesmo salário para o mesmo serviço. Aqui, em Portugal, ainda nem isso temos. Portanto, aqui, provavelmente há mais razões para isso dos festivais femininos. Mas o meu cinema não foi nenhuma reacção a qualquer cultura machista portuguesa. O Alberto Seixas Santos, naquela altura, não era nada o género machista. E eu nem sequer achava que havia machismo português.

A ligação do Grupo Zero (e tua, especialmente) à Cornucópia[2] – que é anterior ao Grupo Zero – tem apenas a ver com amizades, com a proximidade geográfica, a partilha da sede, por exemplo, ou terá talvez a ver com essa ideia de «novo» que, para além do Grupo Zero, também inspirava a Cornucópia? Um «cinema novo» que dava o braço a um «teatro novo»?

Era tudo na mesma altura e tudo mais ou menos a mesma gente. O Jorge Silva Melo já era assistente no *Brandos Costumes*. Nós éramos amigos e, quando eles conseguiram o local para o teatro, nós ficámos com espaço de escritório. E houve uma colaboração intensa até o Luis Miguel Cintra e o Jorge Silva Melo romperem, em 1980. O Jorge foi para Berlim, a Cristina Reis também e eu fui para a Suécia.

Entretanto, a partir da década de 80, os teus filmes passam a ser assinados individualmente (inicialmente ainda sob bandeira do Grupo Zero) e, apesar de continuar a poder detectar-se a sensibilidade social de quem realiza, os teus filmes vão paulatinamente perdendo foco político clássico, ou seja, carácter de militância. Em *Nem Pássaro nem Peixe*, surge a desilusão com o rumo dos acontecimentos em Portugal a seguir ao 25 de Novembro de 1975. Em *Dina e Django*, a revolução já é quase apenas um pano de fundo que aparece quase em antítese com o desenrolar da história pessoal deste casal, como que a antever que, depois da festa, toda a gente voltaria à sua vida e deixaria a construção colectiva para mãos alheias. E, depois, o teu cinema vai-se afastando de ilusões (ou desilusões) revolucionárias com *Até Amanhã, Mário, Comédia Infantil*, tentando, por outro lado, aprofundar o gosto pelos temas que (ainda) não estão na moda (o filme *Até Amanhã, Mário*, por exemplo, é anterior ao escândalo da Casa Pia), pela análise social dura, honesta e não simplista, levada até à possibilidade da distopia em *Aparelho Voador a Baixa Altitude*. Aceitas esta análise de que a tua filmografia é um retrato possível do descalabro do sonho? Ou achas que acerta completamente ao lado?

Não se pode dizer que foi a partir da década de 80 que os filmes passaram a ser assinados individualmente. Nessa altura já tinha acabado o Grupo Zero – que acabou quando eu fui para a Suécia. O *Nem Pássaro nem Peixe*, sim, é do Grupo Zero e foi assinado individualmente, mas é anterior a isso.

Nós – eu, o Jorge Silva Melo e outros – fomos embora em 1980 porque a revolução não tinha correspondido ao que queríamos. Mas eu já nem me lembro do que é que queríamos. Entretanto, passaram 50 anos, não é? Que sorte que Portugal teve. Foi uma sorte o Salazar ter morrido em 1970. Senão, aquilo podia ter durado mais. E, depois, houve tantas hipóteses de pequeninas reviravoltas, que acabou por ser fantástico as coisas acontecerem como aconteceram. E, hoje em dia, qual é a revolução desejável, que se aguente no mundo?

A questão anterior também poderia ser colocada doutra forma: o 25 de Novembro parece ter feito todo um país deixar de acreditar num sonho de fraternidade e igualdade… ou seja, posto de uma forma simplista, se o 25 de Novembro não tivesse acontecido, terias mantido o foco militante do teu cinema ou achas que o teu percurso não teria mudado assim tanto?

Acho que uma coisa não tem a ver com a outra. Eu nunca fui aquilo a que habitualmente se chama uma pessoa muito politicamente empenhada.

Tive sorte em ter vivido o 25 de Abril e depois também tive sorte em ter-me ido embora de novo, em 1980. Quando cheguei à Suécia, arranjei emprego na televisão. Mas a televisão já tinha empregado demasiadas pessoas. Então, só podia ficar lá quem aceitasse ser despedida ao fim de dois anos. Eu aceitei, claro. A mim até me calhava bem. Depois, criei a minha própria produtora [Torromfilm] e, a partir daí, nunca mais fui dependente de ninguém. Uma produtora em nome individual que a própria televisão sueca me ajudou a criar para podermos continuar a colaborar. Aliás, as *Conversas no Cabeleireiro*[3] foram feitas com um acordo semelhante ao que eu tinha na Suécia para fazer produção externa através duma outra produtora que criei para Portugal, juntamente com a realizadora Margarida Gil, a Ambar Filmes. E tenho andado sempre para cá e para lá, entre Portugal e a Suécia.

A independência, no cinema, é muito importante para ti…

Tive, talvez, o cuidado de ficar com as minhas coisas nas minhas mãos. Por exemplo, o *Aparelho Voador a Baixa Altitude* é uma co-produção entre mim e a Maria João Mayer. Como eu era co-produtora, e como tinha angariado bastantes fundos na Suécia, quando ela faliu – ainda antes de terminarmos o filme –, eu pude continuar. E, com essa independência, uma pessoa não tem de se vender directamente. Por falar nesse filme, recebi uma informação da Cinemateca a dizerem que têm uma nova cópia, que foi retocada, e que vai passar num festival em Roterdão. Enfim, desde que consiga, uma pessoa não deve colocar-se em posição de inferioridade. A independência é isso. É como entre homem e mulher, não é?

Dina e Django

Lei da Terra

NOTAS

1 Juntamente com nomes ilustres como Acácio de Almeida, Alberto Seixas Santos, Fernando Belo, Joaquim Furtado, Jorge Silva Melo, José Luís Carvalhosa, Leonel Efe, Lia Gama, Paola Porru, Serras Gago, Teresa Caldas ou Ricardo Costa.

2 O Teatro da Cornucópia partilhava a sede com o Grupo Zero (no Teatro do Bairro Alto) e, da colaboração a que se alude na questão, traduziu-se em quatro filmes realizados por Solveig Nordlund, a partir de encenações de peças teatrais por aquela companhia.

3 Série documental de 2013 sobre a vida de cinco mulheres: Sofia Areal, Purificação Araújo, Leonor Keil, Isabel do Carmo e Ana Bacalhau. Ainda disponível no RTP Play.

DO BARRACÃO VIU-SE A «R

Vale dos Vencidos, de José Smith Vargas, é um livro de banda-desenhada lançado em outubro d
no bairro da Mouraria sem se privar de ser uma ficção mordaz, por vezes surreal, sobre o absurd
albergou o colectivo Da Barbuda, uma espécie de confraria libertária, como das histórias de fad

ZONA-DE-ATENÇÃO-ESPECIAL-NAQUELE-MOMENTO

DIANA DIONÍSIO, SANDRA FAUSTINO

Como se ocupam os territórios. Os territoriozinhos, aliás. Uma esquina, uma garagem, a sala duma associação, o gabinete do assessor da câmara, a mesa em que ele almoça ou assina os protocolos, o bar ao lado, a rua e os seus *outdoors*. Quem manda aqui, afinal? Em cada canteiro, em cada balcão, em cada garrafa, em cada pedra, em cada ruído? Em cada metro quadrado. São vários poderes. Vários poderzinhos, aliás.

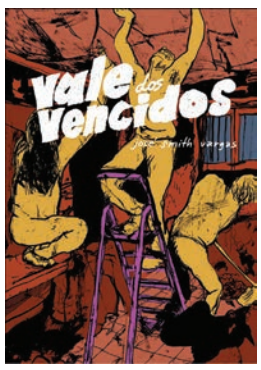
Podia ser noutro lugar. Mouraria 2010 e as suas renovações. Passados 10 anos, já não é uma história, é um sonho. Uma cara, uma silhueta de um prédio, um fumo, um verso do meio de uma canção... Saltas abruptamente alguns letreiros de explicações e esqueces-te de nos querer contar os vários minutos de caminho para ir de um lugar, no sopé barbudo da colina, para o outro, no grupo desportivo do alto, para ir da companhia do lambe-botas camarário, ao bar alternativo mais *in* do momento. O retrato de uma zona-de-atenção-especial-naquele-momento, a que chamaram Mouraria (também naquele momento), é um sonho pintado que rasga os limites das páginas com o absurdo da realidade. Fica contada uma história. As notas finais piscam-nos o olho documental de quem se preocupa por não deixar ficar escrita (ou desenhada) apenas a história dos vencedores.

É nas histórias dos vencidos que encontramos o azedume lúcido e realista da «renovação», que tanto pertence à Mouraria como parece servir como uma luva a qualquer outro bairro a caminho da gentrificação. Foi por isso que o Jornal MAPA pediu a José Smith Vargas que lançasse algumas palavras sobre alguns dos personagens vencidos que nos fizeram fantasiar.

OS VENCIDOS

JOSÉ SMITH VARGAS

Apesar de os principais protagonistas desta história serem uma cidade, um par de ruas e um largo, vamos falar de alguns personagens que deambulam nesses espaços. Pobres heróis com ambições estelares, surgem sempre associados a uma tragédia pessoal, num rodopio que anda à volta da semântica de – Vencido.



VALE DOS VENCIDOS
José Smith Vargas
Chili Com Carne, 2024
350 pp.

SHIFAT / MOHAMAD ASHRAFI, O KABI (POETA)

Shifat Rahman é um personagem que ficou incompleto. Sabemos que pertence a uma família muçulmana ligada ao Partido Nacionalista do Bangladesh e que, por razões desconhecidas, não pode voltar ao seu país. O pai quer que ele se desvincule e teme que continue a sua ação política no estrangeiro. A sua irmã ficou no Bangladesh. Shifat é um muçulmano desleixado. Está em Merídia [Mouraria], onde tem um tio e primos, depois de um périplo por outras bandas, Sudão e Emirados, e quer chegar ao norte da Europa e obter um convite para estudar e uma bolsa para fazer vida académica. Mas uma pequena máfia ficou-lhe com o passaporte e todo o processo está enquinado. Quer registar as suas aventuras em poemas, divulgados em grupos de *chat* da diáspora bangla, para organizar a problemática dos restos de uma vida caótica em trânsito. Na mesquita que o seu tio frequenta conhece Mohamad Ashrafi, o Kabi. Um poeta português ligado ao movimento surrealista de Merídia, que chegou a ser *beatnik* de ideias políticas reacionárias. Eventualmente, converteu-se ao Islão. Segue um percurso editorial estável, publicando constantemente pequenas tiragens de sumas poéticas, que não considera literatura, mas sim artefactos. Normalmente frequenta uma mesquita de guineenses, mas aquando de uma visita ao centro islâmico do Bangladesh conhece Shifat e, após insistência deste, aceita ser seu professor de português e mentor poético. Os resultados são desastrosos. Envolvido directamente pelo presidente da câmara na campanha de reabilitação, tem como missão assegurar a influência do partido junto dos munícipes eleitores da freguesia. Triste por ver o Vale ser morada de tanta gente estranha que não vive como os portugueses – ao menos os europeus e os norte-americanos ainda vêm às noites de canção vencida, os asiáticos e os africanos não, não querem saber de nada – Mário Cobretti saberá devolver a glória e o amor próprio ao Vale.

ENOVAÇÃO» DA MOURARIA

e 2023 pela Chili com Carne. Este volume documenta cerca de uma década de transformações do da gentrificação, visto por dentro – através da história de um barracão, que em tempos istas e taberneiros, imigrantes e gunas, artistas e empreendedores.

DANIELA

Licenciada por Bolonha num curso relacionado às artes ou performance, Daniela é empregada de comércio e vive com a típica ansiedade do acesso aos circuitos artísticos e das corridas aos financiamentos na área da cultura. Sente-se impelida a vaguear por outros meandros. Por fazer parte de uma geração viajada (através de programas de estágios académicos promovidos pela união europeia), teve acesso a realidades globais, assaltos do capitalismo e construção improvisada da liberdade. Isto também lhe dá latitude para procurar como cúmplices, mais do que determinadas vicissitudes ideológicas, alianças temporárias que constituem um orgão aglutinador. No barracão do largo que aluga com alguns companheiros, pensa que poderá criar o seu pequeno teatro de variedades para públicos improváveis. A fuga para o Vale, como com tantas pessoas da sua condição, dá-se sob a expectativa de aí encontrar mais liberdade. Na informalidade, no remedeio, no *bas-fond*. Que isso será sinónimo de chama e de resistência. Mas a herança da ordem fascista sobrevive nestes bairros, com morfologias que se confundem com a vida castiça. Deus, padres, nação, família, mafiosos, ordem e programas de tv da manhã.

VENCESLAU

João Venceslau Teles, descendente de socialistas católicos de oposição ao antigo regime, é um jovem herdeiro da elite da esquerda progressista da capital que nasceu para ter um futuro brilhante. Com *phds* feitos em universidades dos Estados Unidos e ligações à pastoral da cultura, sulcou o seu caminho entre a academia, o empreendedorismo social e colunas em jornais económicos (que o ajudaram a furar o perímetro de influência no Partido Socialista). Este ambicioso gestor e profissional do empreendedorismo social, cujo programa é a consciencialização ética, social e ecológica do capitalismo, lidera o gabinete camarário responsável pela reabilitação social do Vale. Na sua construção enquanto político-estrela em ascensão, Venceslau manipula todos os agentes no tabuleiro, que compõem a sua massa crítica, seguro na sua habilidade de seduzir. Desdobra-se em papéis: o organizador, o parceiro, o facilitador, o amigo… Exerce uma liderança de charme, com um discurso de liceu pontuado por citações de autores dos muitos livros da sua biblioteca. Mas será que nesta corrida para a alta esfera da governação, enquanto estágio do seu percurso quixotesco, Venceslau pode deitar tudo a perder?

MÁRIO COBRETTI

Um orgulhoso filho do Vale. Empresário da canção vencida e figura da noite, benemérito e admirado por todos, excepto pelos invejosos. A sua mãe, expulsa de uma família burguesa por se ter apaixonado por um trapeiro do Vale, viveu e criou com muita dificuldade os irmãos Cobretti. Desde muito cedo, dependem da caridade do Clube Desportivo do Vale que, a propósito das visitas do Governador Civil e do Presidente da República do antigo regime, distribuem sacos de géneros e roupa pelos pobres em troca de palco para propaganda fascista. Fez de tudo um pouco desde engraxador, vendedor de discos na rua até motorista do monarca da canção vencida, com quem teve a oportunidade de privar.

Através da organização de eventos de caridade começa a agenciar e programar espectáculos da canção vencida. Liga-se ao partido socialista e à concelhia de Merídia, onde obteve alguns conhecimentos. Envolvido directamente pelo presidente da câmara na campanha de reabilitação, tem como missão assegurar a influência do partido junto dos munícipes eleitores da freguesia. Triste por ver o Vale ser morada de tanta gente estranha que não vive como os portugueses – ao menos os europeus e os norte-americanos ainda vêm às noites de canção vencida, os asiáticos e os africanos não, não querem saber de nada – Mário Cobretti saberá devolver a glória e o amor próprio ao Vale.

Romper o silêncio Queer na Revolução Curda

Conversa com uma militante trans não binária, actualmente em Rojava e no seio de um partido marxista-leninista, sobre a visibilidade das pessoas queer e a contradição que existe dentro do movimento curdo.

PLATAFORMA DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DO CURDISTÃO
@PLATAFORMASOLI_CURDISTAO

TKP-ML KKB

Poucos são os que abordam a questão queer na luta pela autodeterminação dos curdos. Mas apesar desse voto de silêncio, a questão continua lá. O movimento de solidariedade com o Curdistão, a nível internacional, é construído por muitas pessoas queer. Em particular, no que toca à promoção da jineoloji, a ciência das mulheres, muito do seu apoio internacional vem de mulheres queer e trans, cuja militância as aproxima da solidariedade curda. Mas, no que toca à questão queer, o movimento curdo mostra-se consistentemente «hesitante», se não «retrógrado». Dentro das regiões libertadas do Curdistão, onde a emancipação das mulheres é prioritária, as pessoas queer mantêm-se tão reprimidas como sempre.

A justificação «revolucionária» dada para esta contradição é a de que há assuntos mais urgentes para se tratar, numa situação de ataques constantes e de embargos económicos, e de que esta é uma questão muito delicada, devido ao conservadorismo da população. Uma justificação fraca e idêntica à que foi dada, durante décadas, para não se trabalhar na questão da libertação da mulher, uma atitude hoje identificada como tendo sido extremamente contra-produtiva e injusta. Tal como a emancipação da mulher ajudou a libertar um grande potencial criativo e revolucionário dentro do Curdistão, o mesmo aconteceria se a libertação queer fosse trabalhada com tal vigor.

Z., chamemos-lhe assim por não poder revelar o seu nome, é militante da União das Mulheres Comunistas do Partido Comunista Turco – Marxista-Leninista (TKP-ML), fundado em 1994 na fusão de anteriores organizações comunistas de tendência albanesa, ou seja, de cariz altamente conservador na defesa do estalinismo e contra qualquer reformismo comunista. Razões de sobra para nos surpreender que aqui encontremos um interlocutor com quem discutir a questão queer em Rojava.

«Se és queer, tens de mudar»

Z. apresenta-se: «nasci no Curdistão Turco, no seio de uma família alevi de classe trabalhadora». O alevismo é uma tradição islâmica heterodoxa que existe entre curdos e turcos na Anatólia. Na cultura alevi, as mulheres têm geralmente um maior papel na prática religiosa e na liderança familiar, embora continuem a sofrer, tradicionalmente, da forte violência patriarcal que é comum a toda a sociedade. Nesse contexto, Z. recorda o processo de descoberta da sua identidade. «Nas minhas primeiras experiências com a sexualidade, compreendi que era "diferente", mas estava a tentar convencer-me de que tinha de ser "normal". Na minha família, os papéis do trabalho doméstico e do trabalho externo são muito mais democráticos do que na maior parte da Turquia e do Curdistão. Mas continuam a existir papéis masculinos e femininos bem definidos. A minha autoaceitação e a minha politização foram, na realidade, paralelas. Embora o local onde comecei a luta organizada fosse bastante LGBTI+fóbico, as ideias revolucionárias, a luta pela liberdade e a aprendizagem sobre o marxismo ajudaram-me a aceitar a minha identidade sexual. Quando olho para os meus amigos, que se assumiram na mesma altura que eu mas que vieram de círculos que não eram políticos ou organizados, vejo que as nossas posições sobre a luta LGBTI+ divergem muito. Apesar de, nos primeiros anos, termos tido as nossas primeiras experiências juntes, enquanto eu escolhi a luta social, eles escolheram áreas mais individuais e mais restritas. Eu, por outro lado, partindo de um homem gay, tornei-me uma pessoa trans não binária que se foi libertando à medida que se politizava e se ia conhecendo cada vez mais».

Assumir a sua identidade trouxe riscos. Z. fala-nos de Ahmet Yıldız, estudante curdo de Física em Istambul, com 26 anos, assassinado pelo seu pai a 15 de julho de 2008, naquele que é conhecido como o primeiro «crime de honra» contra um homem gay na Turquia. «Ter-me assumido perante a minha família foi um pouco contra a minha vontade. O Ahmet Yıldız tinha sido assassinado pelo seu pai. Estávamos a ouvir muitas notícias semelhantes. A minha família também teve problemas, porque eu era politicamente ative. Por isso, embora uma parte de mim quisesse assumir-se, a outra parte tinha medo, e o medo prevaleceu. Mesmo que soubessem ou sentissem que eu era queer desde pequene, este assunto não era falado abertamente. Era implicitamente enfatizado que eu não devia ser assim, que os que eram assim morriam de doença ou eram mortos por alguém, que eram pessoas não fiáveis, mas nada era dito diretamente sobre o facto de eu ser queer. Diziam-me, "se és queer, tens de mudar", de uma forma subtil. A minha saída do armário não foi consciente e voluntária. Descobriram-no por acaso. Os primeiros anos foram muito dolorosos. Andámos de um lado para o outro entre psicólogos e psiquiatras. Eu tive sorte. Encontrei médicos que não eram maus. Os médicos disseram à minha mãe a verdade e não o que ela queria ouvir. "A sua criança é normal. Ela não está doente. Você tem de mudar de atitude". Quando olho para o meu passado, quero dizer isto às pessoas que menosprezam a luta LGBTI+: as lutas reformistas não nos vão trazer liberdade, mas irão facilitar a vida de crianças queer como eu. Não podemos ignorar este facto. Estes médicos, mais jovens e mais conscientes, foram o resultado do ativismo LGBTI+ em organizações como a CETAD», uma associação fundada em 1998 por psiquiatras e psicólogos para o desenvolvimento da saúde sexual.

«A minha família demorou algum tempo a mudar. No final, embora a minha mãe não aprovasse a minha entrada na luta armada, quando conheceu os meus camaradas disse: «estão a lutar por pessoas oprimidas como eles. Estou orgulhosa da minha criança». O meu pai teve poucas conversas comigo durante estes 10 anos. Não se envolveu diretamente nos meus problemas, neste ou em qualquer outro assunto, exceto para me apoiar economicamente. O fardo estava nos ombros da minha mãe e o facto de ela ter feito essa afirmação fez com que fosse mais fácil para o meu pai aceitar a situação. Passados 10 anos, foi assim que a minha família aceitou a minha identidade sexual».

Lubunyas do Curdistão

«O Curdistão turco, tal como o resto do mundo, está cheio de diversidade sexual. Mas esta diversidade sexual é oprimida pela dominação patriarcal heterossexual. É o que acontece mesmo entre revolucionários. Trata-se, portanto, de uma geografia onde tudo é vivido em segredo. Por um lado, o secretismo garantia a nossa segurança, mas por outro também nos empurrava para contextos perigosos. E tudo era muito mais difícil no triângulo Estado-Polícia-Máfia em que vivíamos. Claro que a vida das pessoas LGBTI+ no resto da Turquia também é difícil, mas o Curdistão é uma geografia muito mais desafiante neste sentido. Especialmente enquanto eu crescia, as coisas eram diferentes. Atualmente, graças à luta pela liberdade das pessoas LGBTI+, algumas coisas foram superadas. Especialmente graças aos Lubunyas [termo turco para pessoas queer, hoje usado pela comunidade LGBTI+] do Curdistão que, apesar de tudo, desafiam tanto o Estado fascista turco como os revolucionários que não aceitam as pessoas LGBTI+, dizendo: "o Curdistão existe, as pessoas LGBTI+ existem!". Sempre estive em ambientes políticos. Especialmente entre as pessoas LGBTI+ curdas, existe uma grande solidariedade. De facto, a espinha dorsal do movimento LGBTI+ na Turquia é composta por pessoas de movimentos socialistas, comunistas ou anarquistas, tal como em muitas partes do mundo. Isto significa, naturalmente, um número muito reduzido de Lubunya. A maioria das pessoas LGBTI+ não é assim tão política. A maior parte delas nunca se assume. Mas o facto de não se assumirem não significa que não existam».

«Numa cidade do Curdistão, por exemplo, havia mulheres trans que nós conhecíamos. Nunca vinham aos nossos eventos políticos, mas vinham às nossas festas em casa. Viviam em aldeias diferentes. À noite, uma delas, que tinha carro, ia a outras aldeias e fazia sinal com uma lanterna, e a mulher trans que recebia esse sinal levantava-se calmamente da cama

e ia ter ao carro. Assim, juntavam-se algures e divertiam-se e, antes do amanhecer, voltavam novamente para as suas casas. Isto explicava porque é que elas nunca vinham às nossas festas antes das 10 horas, nem iam às festas a seguir».

Dentro das regiões libertadas do Curdistão, onde a emancipação das mulheres é prioritária, as pessoas queer mantêm-se tão reprimidas como sempre.

Do ativismo LGBTI+ à vida revolucionária

«Nasci no seio de uma família democrática e progressista. Embora o sistema educativo turco nos tenha educado como inimigos dos revolucionários, eu não estava assim tão longe deles. Mas, devido a este sistema educativo, continuei sob a influência intensa do kemalismo». Esta é a ideologia oficial do Estado Turco, que deve o seu nome a Mustafa Kemal Ataturk, primeiro Presidente da Turquia. Um nacionalismo acérrimo em combate com os curdos desde o início da República Turca.

«O meu percurso do kemalismo a ideias mais revolucionárias é, na verdade, uma história trans. Entrei na luta organizada durante os meus anos de secundário. Comecei a participar em protestos, a distribuir jornais e panfletos sobre as reivindicações democráticas da juventude estudantil, a luta da classe trabalhadora, as reivindicações democráticas dos curdos e dos alevitas. Era uma organização reformista e LGBTI+fóbica, mas só posso afirmar isso hoje. Na altura, era a única e verdadeira organização revolucionária para mim. Passado algum tempo, fui sorrateiramente expulso deste grupo por causa das minhas opiniões diferentes e sob o pretexto da minha identidade sexual. Neste processo, fiz amigos muito valiosos. Nunca me deixaram sozinhe durante o processo em que revelei a minha identidade sexual à minha família, e também depois».

Z. participará no ativismo LGBTI+ e trans+, mas «os limites do reformismo eram demasiado estreitos. Assim, comecei a dar um passo de uma vida política ao nível do ativismo para me tornar um sujeite na vida revolucionária». O contacto com o TKP-ML surgiu ao acompanhar outro «crime de honra». A 2 de julho de 2012, Roşin Çiçek, jovem gay de 17 anos, «foi brutalmente assassinado pelo seu pai e tios em Amed. Como pessoas LGBTI+ do Curdistão, seguimos este caso. Havia muito poucas pessoas connosco. Uma grande parte eram jovens militantes de Amed», cidade histórica no conflito curdo com a Turquia e assumida por muitos curdos como a capital de facto do Curdistão.

Em Amed, os militantes do TKP-ML «eram muito ignorantes em relação às questões LGBTI+, mas também estavam muito interessados em aprender». Z. toma conhecimento de Ibrahim Kaypakkaya, «o líder imortal dos militantes», o fundador do TKP-ML, executado na prisão em 1973, com 24 anos. «Simpatizei facilmente com o camarada Ibrahim por causa da sua resistência. Também vi sinceridade nos *partisans* de Amed, uma abordagem honesta. Essa simpatia transformou-se em interesse. Sempre que lá ia por causa do caso de Roşin Çiçek, encontrava-me com mulheres militantes, ficava em casa delas. Nas conversas que tive com elas, aprendi muito sobre o camarada İbrahim. Tudo isto se passava em grande segredo. Na Turquia, as casas dos militantes estão sob vigilância. No Curdistão turco, isso é ainda mais rigoroso. Mas, mesmo assim, continuámos a ter discussões calorosas. Também comecei a visitar militantes durante as minhas visitas a Istambul e Ancara por causa do ativismo LGBTI+.»

«Não é possível falar de um ambiente de liberdade para as pessoas LGBTI+ antes e depois da revolução. Mas os ganhos da Revolução de Rojava para as mulheres existem.»

Um batalhão Queer posa para a fotografia

«Quando a revolução começou, eu não estava organizade no meu partido. Estava a tentar fazer ativismo LGBTI+ no Curdistão. O Movimento Nacional de Libertação do Curdistão ainda hoje se encontra numa posição muito atrasada em termos do movimento LGBTI+, e era ainda mais atrasado quando esta revolução começou, à exceção de algumas deputadas curdas progressistas. Apesar do meu interesse pela revolução e pelos revolucionários, nunca pude fazer parte deste movimento por esta razão, mas isso não significa que não apoiasse a revolução em Rojava. A partir de 2011, participei em todas as manifestações de apoio a Rojava. Estive presente nos funerais dos guerrilheiros. Havia pessoas da minha cidade e da minha escola que se juntaram à guerrilha, foram para Rojava e foram martirizadas. Eu queria muito juntar-me à guerrilha, mas também tinha dezenas de amigos de Amed e Dersim que se juntaram à guerrilha e foram mandados de volta por serem homossexuais ou trans... Apesar da atitude LGBTI+fóbica do Movimento de Libertação Curdo, achei que era necessário apoiar um desenvolvimento progressivo criado por este movimento».

«Apesar daqueles que declaravam que a era das revoluções tinha terminado, estava em curso uma revolução no Médio Oriente, apesar das suas deficiências e do seu carácter ignorante em certos aspectos. Estava a acontecer, apesar dos ataques de uma organização terrorista como o DAESH, um assassino de pessoas LGBTI+ e de mulheres, e apesar do embargo». Quando Ivana Hoffman, uma internacionalista afro-alemã queer na guerra contra o DAESH perdeu a vida em Rojava, em março de 2015, «um amigo meu do MLKP [Partido Comunista Marxista-Leninista] disse, «não nos deixaram dizer que ela era homossexual», e chorou. O Movimento de Libertação Curdo estava a discutir a questão LGBTI+ de uma forma em Istambul e de outra em Rojava. De facto, a essência das discussões era a mesma, mas um discurso abertamente LGBTI+fóbico em Istambul era contra os seus interesses políticos. Em Rojava, esse discurso existia. Fiquei muito ofendide. Estávamos a dar mártires LGBTI+. Apesar de termos sido martirizados contra o Estado fascista turco e os seus gangues, não nos deixavam expressar a nossa identidade sexual. Por esta razão, no mesmo ano, entoámos slogans como «Ivana Hoffman é a nossa honra! Ivana Hoffman vive

no nosso amor» em muitos locais, especialmente nas Marchas do Orgulho».

O episódio de uma fotografia tirada em 2017 em Raqqa por um autoproclamado batalhão queer, que rapidamente se tornou famosa (e infame), exemplificou a dificuldade de uma relação queer na imagem da revolução. «Embora algumas pessoas tenham interpretado negativamente o facto de esta fotografia ter sido tirada e publicada, tratou-se obviamente de uma ação de *flash mob*. Naturalmente, incomodou algumas pessoas. E as pessoas que fizeram a ação foram vistas como as culpadas. Este é o resultado da lacuna que existe na luta contra o heterossexismo. Só pode ser uma fonte de honra para aqueles que defendem a liberdade LGBTI+ que os combatentes queer que alcançaram a vitória em Raqqa, a capital dos bandos do ISIS que assassinaram brutalmente milhares de pessoas LGBTI+ na Síria e em Orlando [EUA], tirem e partilhem uma foto destas. Mas estamos a falar de uma visão que critica os camaradas que tiraram esta fotografia em vez de criticar a exibição de uma atitude LGBTI+fóbica, escondendo-se atrás de desculpas como as tribos, a religião e a estrutura patriarcal». A fotografia teve um efeito em Z. - «tenho de fazer parte desta revolução apesar de tudo, tenho de desistir desta vida que consiste apenas em mim próprio».

Raqqa, 2017

«Eu queria muito juntar-me à guerrilha, mas também tinha dezenas de amigos de Amed e Dersim que se juntaram à guerrilha e foram mandados de volta por serem homossexuais ou trans...»

Um passo atrás, um salto em frente?

Z. passa assim à condição de militante curde em Rojava. «Foi uma decisão difícil, vir para Rojava. Sabia que estava a deixar tudo para trás, a minha família, os meus amigos, os amantes que tive ao longo dos anos... Mas também sabia que tinha de participar neste processo revolucionário. Não se tratava apenas de Rojava. Não poderia construir a liberdade sozinhe. Ou estava dentro do círculo, ou fora. Quanto tempo poderia me manter no meio? Seria moldade de acordo com as políticas do nosso partido ou preferiria o meu conforto e bem-estar pessoal? O bem-estar pessoal é possível? Porque é que eu deveria ter ficado no sistema enquanto pessoas LGBTI+ morriam em Rojava, enquanto dezenas de pessoas LGBTI+ de Rojava tentavam migrar de barco todos os dias e, ainda por cima, enquanto o TIKKO [o braço armado do TKP-ML] lutava aqui? Vim sabendo das dificuldades. Tive dificuldades, continuo a ter dificuldades. Mas o meu entusiasmo em 2011 deu lugar a uma consciência revolucionária. Talvez não conseguisse fazê-lo só com entusiasmo, mas com a consciência que recebi da União das Mulheres Comunistas e do TKP-ML, esse entusiasmo transformou-se em vontade. Talvez seja esta a resposta para o facto de eu ter aderido muito mais tarde e não em 2011: uma consciência organizada também me permitiu ultrapassar os meus medos e ansiedades».

Z. é acolhido na União de Mulheres Comunistas, «uma organização de mulheres de todas as orientações sexuais e identidades de género e pessoas queer, organizada sob a direção do TKP-ML e com autonomia organizativa. Embora o nosso partido tenha lutado durante mais de 50 anos, foi só muito mais tarde que as mulheres e as pessoas queer conseguiram chegar a ter uma organização tão autónoma. Isto baseia-se certamente no facto de a luta contra o patriarcado e o heterossexismo não ser apenas externa, mas também interna». Z. observa que no partido «permanecem diferentes posições e uma delas é o entendimento que, de uma forma rudimentar, reconhece as pessoas LGBTI+ como identidades doentes ou degeneradas. Hoje estamos a lutar para mandar esta forma de pensar para o caixote do lixo da História». Defendendo «uma posição que vê a luta contra o heterossexismo como parte da luta de classes», refere que o TKP-ML «não nega a luta por reformas, que luta pela ampliação dos direitos democráticos, mas subordina a luta por direitos à luta pelo poder». E reafirmando a subordinação ao poder do «caminho iluminado da ciência do MLM ["maoísmo leninismo marxismo"]» que caracteriza a proposta política desse partido, um das partes da galáxia do Movimento de Libertação do Curdistão.

«Após a minha participação direta na revolução, também experimentei mudanças intelectuais. Fiz uma transformação, construí-me a mim próprie, mas tive de renunciar a muitas coisas no meu caminho até aqui. O meu cabelo, a minha roupa, a minha maquilhagem, as pessoas que amo muito, o meu estilo de vida... Senti o peso disso por muito tempo, mas a certa altura percebi que ser queer não é apenas uma performance física. Quando aprendi a interpretar o queer de uma perspetiva MLM ["maoísta leninista marxista"], percebi que não me devia limitar fisicamente. Não podemos mudar este sistema apenas construindo os nossos próprios corpos, as nossas próprias vidas, numa performance queer. Podemos aumentar a consciencialização. Mas não se pode mudar um sistema que tem as suas origens nas relações de produção através da consciencialização. Neste sentido, penso que algumas mudanças que fisicamente parecem um passo atrás são, na verdade, um passo atrás para dar um salto maior. Porque graças à determinação da minha organização sobre esta questão, tive a oportunidade de discutir as questões LGBTI+ e o heterossexismo com outras organizações revolucionárias e militantes locais aqui. Estas discussões também contribuem para mudanças a longo prazo. É claro que as nossas discussões nem sempre encontram respostas progressistas. Mas continuamos a colocar na ordem do dia uma questão não falada, apesar de todos os riscos. Porque conhecemos as raízes de classe do heterossexismo e do patriarcado, e levamos a cabo a nossa luta com esta consciência».

Sobre a sua própria sexualidade, Z. afirma-a «condicionada pelo funcionamento organizacional». «Tendo em conta que somos discriminades, criminalizades e sujeites a violência quando representamos a nossa sexualidade, penso que esta questão não é uma questão trivial. Fala-se da felicidade dos "indivíduos" que vivem a sua sexualidade de uma forma saudável e não violenta. No entanto, a sexualidade nunca é encarada a nível social. O sistema reduz a sexualidade ao indivíduo, como faz com tudo o resto. De facto, é impossível falar de uma sexualidade saudável em geral, quando apenas uma pequena parte da sociedade está suficientemente sensibilizada para esta questão. A luta em que estou envolvide, em que participo, é de facto a luta pela construção de uma sociedade que seja mais saudável, que pense nos seus parceiros, que não aja apenas em função das suas próprias necessidades e que possa ter uma sexualidade saudável. Dentro da guerra revolucionária, é claro que há discussões com avanços e recuos sobre essa questão. No entanto, organizar a sexualidade através de intervenções externas ou de cima para baixo terá consequências pouco saudáveis. Por esta razão, só através de discussões organizadas e de baixo para cima é que lutamos contra os danos do patriarcado e do heterossexismo, incluindo na sexualidade.» Z. fala-nos de «debates especiais entre as pessoas queer locais sobre o conhecimento de si próprias e dos seus direitos, e sobre o aprofundamento da luta. No entanto, estes debates são muito limitados e tentamos organizá-los de forma semi-clandestina.»

Em suma, «esta é uma questão complicada que levará tempo. Especialmente se tivermos em conta a forma como a sexualidade é tratada no Médio Oriente. No âmbito desta luta, a minha sexualidade pessoal é condicionada pelo funcionamento organizacional. Isto é difícil de compreender para aqueles que dão prioridade ao indivíduo em detrimento da sociedade. Mas se ser militante revolucionárie nesta vida significa sacrificar muitas coisas, também significa sacrificar a vida sexual quando necessário. Então é uma questão de prioridades: as minhas necessidades individuais ou as exigências da luta?».

Que futuro (queer)?

Sobre a vida das pessoas queer nas zonas do Curdistão, para lá das militâncias, «sabemos que as pessoas queer criam espaços clandestinos onde podem respirar e isto acontece em todos os períodos da história e em todas as geografias». Porém, diz-nos Z., «na nossa posição e no quadro das leis e práticas actuais, é quase impossível comunicar com esse público».

Vive-se no segredo e no risco. «Existem condições diferentes nas quatro partes do Curdistão. É claro que estas condições não são independentes das políticas de anexação e ocupação. O Curdistão turco, em especial, é muito diferente devido à influência tanto do capitalismo de consumo, como do movimento LGBTI+. No Curdistão iraniano, as práticas são diferentes para as pessoas trans que querem fazer a transição e para quem não quer fazer a transição, a quem são aplicados diferentes níveis de tortura. Há apenas um ou dois anos, ativistas LGBTI+ foram detidos e torturados no Curdistão iraquiano e as filmagens foram publicadas».

«Em Rojava, a constituição provisional não inclui qualquer menção à orientação sexual e à identidade de género. Por vezes, são tomadas decisões mais moderadas, de acordo com a iniciativa do juiz. O fator de haver um inimigo tem de estar sempre na nossa agenda. Mas, como sabemos muito bem, na experiência palestiniana, o fator «inimigo» é frequentemente utilizado como uma máscara para a LGBTI+fobia. Além disso, o poder contra o qual estamos a lutar não é um poder como o Estado de Israel, onde a democracia burguesa se desenvolveu ao ponto de poder implementar políticas de Pinkwashing. O Daesh, outros grupos filiados ao Exército Sírio Livre, o Hashd al-Shaabi [o Hezbollah na Síria] ou o Estado Turco e o regime Sírio pensam mais ou menos a mesma coisa em relação às pessoas LGBTI+. Apenas as práticas são ligeiramente diferentes».

Para Z., ainda que recorde as pessoas LGBTI+ que saíram à rua na Síria durante a primavera árabe, «não é possível falar de um ambiente de liberdade para as pessoas LGBTI+ antes e depois da revolução. Mas os ganhos da Revolução de Rojava para as mulheres existem. Em certa medida, a libertação das mulheres e a mudança revolucionária tiveram um impacto nas vidas de, pelo menos, mulheres não heterossexuais».

«Se esta revolução não sobreviver, se houver um grande retrocesso, os direitos que foram conquistados até agora desaparecerão. Isto significa que o processo de desenvolvimento será interrompido. Para isso, temos de fazer todo o tipo de sacrifícios que construam a revolução». Por outro lado, «para preparar o caminho para o progresso na vida das pessoas queer que vivem aqui, é importante organizar as pessoas queer de Rojava que vivem no estrangeiro. Elas conhecem melhor a região e as suas condições do que alguém que não é de Rojava. Apoiar esta luta significa produzir políticas LGBTI+ mais corajosas e destemidas nas nossas áreas. Por isso, é necessário desenvolver um estilo que intervenha no problema de forma clara e revolucionária, em vez de um estilo pouco transparente, que serpenteia por caminhos sinuosos e que gira em torno do problema. Ao mesmo tempo, não devemos cair numa intervenção de exterior, de cima, sem compreender e conhecer as condições da região. Desde que consigamos fazer estas duas coisas em conjunto, asseguraremos também que as massas LGBTI+ de Rojava se juntem. Não sacrificaremos a revolução de Rojava ao inimigo».

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

Olá :)
Como estás?
Espero que estejas bem dentro dos possíveis.
Amiga estou-te a escrever porque 2 guardas camaras fui para ir para escola e a guarda não me deixou passar e me pos a mão na minha cara e me ameaçou e disse que eu tinha batido na J. S, que é a maior chiba no EP. E eu nunca lhe toquei porque a M. S. também anda na escola e elas guardas são racistas com ciganas brasileiras e xenofobia e chamam as brasileiras de putas faveladas barequeiras são burras e as ciganas vão pelo mesmo caminho dizem que elas brasileiras são oferecidas percetuadas e a mim amiga hoje estou mesmo mal por favor façam alguma coisa por favor hoje estou farta de chorar ameaçaram-me que eu iria para o Porto. Amiga sabes que eu vou embora daqui a 8 meses e já me estou a passar com isto por favor. Gostava que vocês viessem fazer uma manifestação por favor o comer já sabes como é se nós todas falarmos todas ou telefone colocam as nossas vozes e dizerem os nossos nomes por favor amiga eu já estou a ficar mal psicologicamente façam isso nos ligamos para vocês todas e gravam tudo o que nós falamos.

Amiga por favor amiga ajuda-me.

Te peço por tudo que nos ajude as reclusas todas amiga

Manda as cartas que as guardas batem não dão as encomendas

Não as brasileiras nem nós portuguesas e há pessoas que quer ajudar e não deixam jogam o comer fora na nossa frente amiga ajuda!

Só tu e as meninas nós podem ajudar com tudo isto amiga por favor te peço por tudo

Amiga sabes que deram as encomendas depois de 2 meses e o comer estava tudo estragado.

Há guardas que só fazem coisas as cridas somos seleccionadas

Amiga tenho uma ideia marca o advogado do nosso grupo e chama cada reclusa e ele grava as nossas conversas é boa a ideia?

Agora escreve uma carta para a diretora por mim a dizer que as guardas só implicam comigo. Diz que eu estou numa cela tranquila mesmo assim estas duas guardas estão me a perseguir até às meninas todas só as crilas dezas é que não entendes amiga ajuda-me por favor eu preciso mesmo antes que elas façam algo contra mim

Sabes as queixas que fizemos a diretora sobre o que se passa comigo com aquela guarda graças a deus já nem esta no pavilhão obrigada.

Amiga vou-te dizer uma coisa que tambem é importante fazermos um pedido para entrar a encomenda mas quando é autorizado já passou do prazo amiga depois só dão as encomendas na primeira semana de cada mês achas normal.

Amiga vou-te mandar os preços da cantina que são um absurdo nós que não temos trabalho nem de ninguém morremos com fome sem produtos de higiene só podemos comer 1 pão por pessoa

Deram 250 kites de higiene que são da iorce sem rolones champos sabonete pensos mascara do cabelo gel intimo escova dentes pasta dentes champo amaciador de cabelo que são de marca elvive palmolive dove trizemp etc e os quites [kits] que dão é uma barra de sabão com criolina silete escova dentes e pensos

Para tu ires ao médico é 6 meses, há espera para irmos ao médico há amiga sabes que eu tinha consulta de rotina por causa do problema que tenho e não me levaram.

No bar não vendem maquilhagem nem há produtos de higiene…

E não deixam entrar.

Temos tanta queixa para fazermos nem uma meira carta que vai explicar tudo

Amiga nós ajuda por favor obrigada

Muitos beijos

Te amo muito

Coração partido mummy

Pela manhã 17.06.2023

Minha filha, amor da minha vida, levo desde 26 de Setembro 2020 sem poder dar-te um abraço minha pequenina bonequinha, tenho tantas saudades de abraçar-te, de acariciar-te, dizer-te o muito que eu te amo, e sempre estás no meu coração. Dia trás dia, sempre estás nos meus pensamentos. Já não tenho lágrimas, de tanto chorar, por que extranho a tua ausência, como tu a minha… Amor da minha vida aguanta o poquito mais, que deus dê vitórias para ofrecer-nos, e novamente vamos a estar juntas.

Perdoa-me, mas eu queria que estiveses bem, perdoa-me pelas noites, que não tive ao pé de ti, por não levar-te ao médico, se algum dia tives-te doente. Perdoa-me, por as vezes que não te levei à escolinha, como sempre o fazia, perdoa-me pelas vezes que não fui a espera tua a saida da tua escola. Perdoa-me pelas vezes que chamas-te por mim e eu estava ausente, de trás de umas grades. Errei mas sempre estás no meu coração noite e dia, sabes que eu sempre te dei tudo quanto tinha amor do meu coração.

Tanho saudades de aqueles dias que iamos ao parque, de aquelas brincadeiras, do teu sorriso, da tua alegria, quando eu ia a espera tua a saída da escolinha, tenho saudades da tua voz quando me chamavas mama, dá-me um abraço e besitos mama, te amo muito, quando me dizias, eres a minha vida mama, eu quero estar contigo sempre.

E vais a estar filha, poco a poquito minha santinha, amor meu.

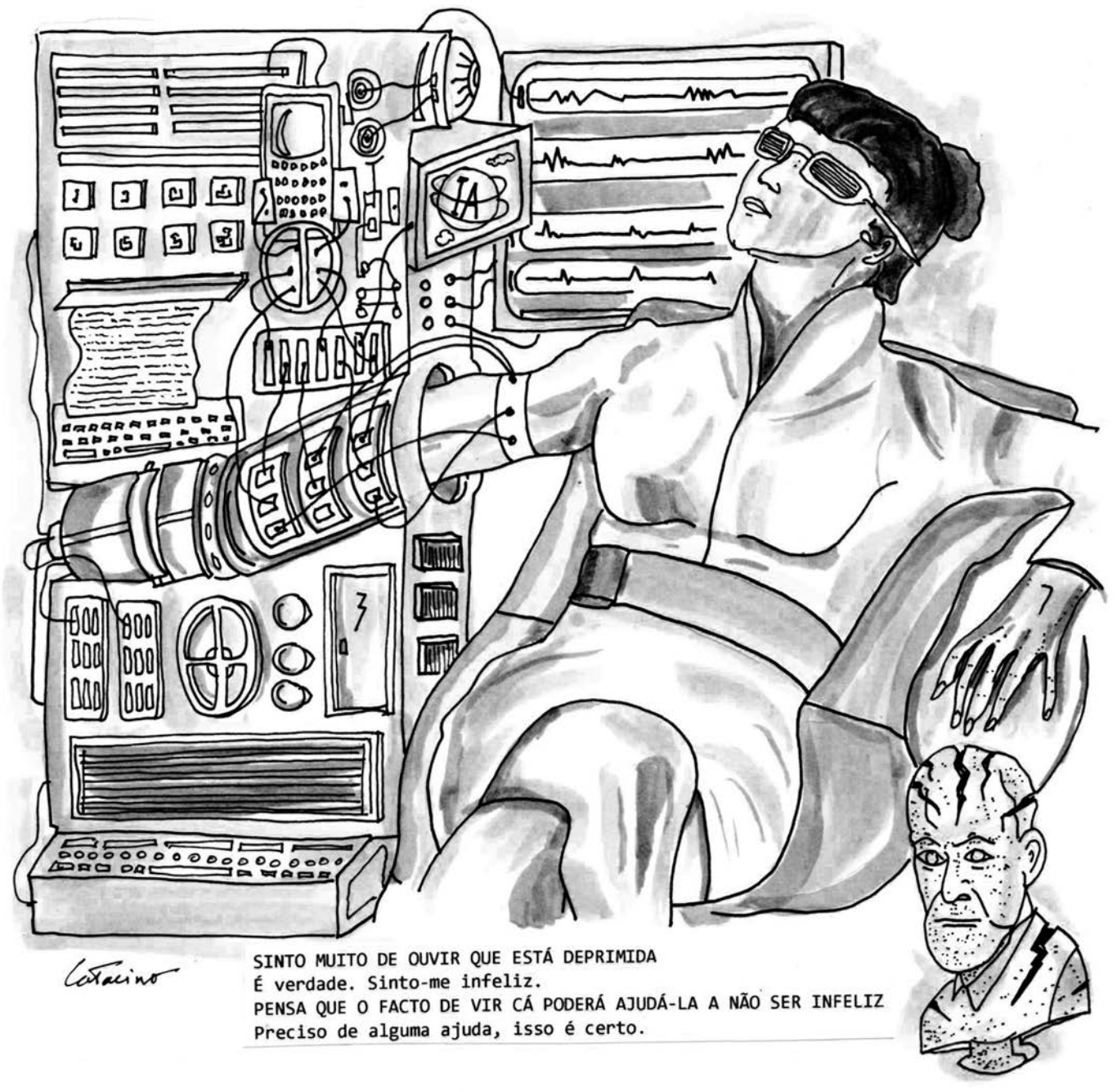
Tanho o coração parado, até que os meus olhos possam ver-te, minha filha do meu coração. Tenho o coração partido.

So quero que onde queres que estes, estas bem. Que te dem carinho, amor, como eu sempre te dei minha filha meu amor, nunca nunca, jamais te esqueço nem tu a mim que sempre fuimos unidas, ate chegar a estas grades que nos separam, tu foste para um lado e eu pra outro, sem um abraço sem um beijinho. Sem eu dar o consentimento de nada, te adotaram, brincaram com nos, nos magoaram filha mas a mama, vai lutar por ti sempre para que tes ao meu lado como sempre tivemos as duas.

Amo-te amor da mamã.

Contra o imperialismo da razão instrumental

LUÍS FAZENDEIRO
ILUSTRAÇÕES **ANTÓNIO CATARINO**


SINTO MUITO DE OUVIR QUE ESTÁ DEPRIMIDA
É verdade. Sinto-me infeliz.
PENSA QUE O FACTO DE VIR CÁ PODERÁ AJUDÁ-LA A NÃO SER INFELIZ
Preciso de alguma ajuda, isso é certo.

Joseph Weizenbaum nasceu em 1923 na Alemanha, no seio de uma família de origem judaica. Em 1936, a família emigrou para os Estados Unidos, procurando fugir dos piores terrores do nazismo, experiência que marcaria o futuro cientista para o resto dos seus dias. Tendo começado por estudar matemática, Weizenbaum viria a tornar-se um dos pioneiros do então emergente ramo da computação, trabalhando com alguns dos primeiros computadores digitais. Existe, inclusive, um prémio com o seu nome, atribuído a indivíduos que tenham realizado uma «contribuição significativa no campo da ética da informação e computação».

O acontecimento que o veio a tornar mais conhecido foi a elaboração, em 1966, de um programa de análise de linguagem denominado ELIZA (o mesmo nome da heroína da peça de Bernard Shaw, *Pigmalião*, imortalizada por Audrey Hepburn no musical *My Fair Lady*), escrito numa linguagem de programação por ele criada, quando era professor no MIT, em Boston[1]. Este programa tornou-se num dos mais famosos marcos no desenvolvimento da inteligência artificial (IA), ao responder com um conjunto simples de respostas ou comentários às questões colocadas por um operador humano, simulando em parte uma consulta de psicoterapia, e podendo ser visto como precursor dos ubíquos *chatbots* dos nossos dias. Uma interação típica seria:

«Os homens são todos iguais.

DE QUE FORMA

Estão sempre a chatear-nos com uma coisa ou outra.

CONSEGUE PENSAR NUM EXEMPLO ESPECÍFICO

Bem, o meu namorado fez-me vir aqui.

O SEU NAMORADO FEZ COM QUE VIESSE AQUI

Ele diz que estou deprimida a maior parte do tempo.

SINTO MUITO DE OUVIR QUE ESTÁ DEPRIMIDA

É verdade. Sinto-me infeliz.

PENSA QUE O FACTO DE VIR CÁ PODERÁ AJUDÁ-LA A NÃO SER INFELIZ

Preciso de alguma ajuda, isso é certo.

QUE SIGNIFICARIA PARA SI TER ALGUMA AJUDA»

– etc., com as respostas do programa dadas em maiúsculas [2].

Como o exemplo demonstra, as respostas fornecidas são bastante simples, se comparadas com a complexidade que muitos programas actuais exibem, como o famoso ChatGPT. O algoritmo está programado para fazer uma análise relativamente rudimentar do texto introduzido e responder com base nisso e num conjunto de estratégias pré-preparadas. Ora, qual não foi o choque de Weizenbaum ao ver que vários psiquiatras de renome vieram a público defender o uso do programa para fins terapêuticos, alegando que dessa forma muitos mais pacientes poderiam ser ajudados em simultâneo. Outra surpresa ocorreu quando Weizenbaum se apercebeu do impacto que a interação com aquele programa tinha sobre várias pessoas suas conhecidas. Um dos exemplos foi a sua própria secretária começar a experimentar o programa e, após algumas interações, pedir ao cientista para que deixasse a sala, de modo a ficar sozinha com a máquina.

> Um aviso não só sobre os eventuais limites da IA e o que esta poderá ou não vir a fazer, mas, de forma muito mais importante, sobre que funções devemos, enquanto sociedade, permitir que sejam delegadas aos algoritmos

O Poder do Computador e a Razão Humana

Estas e outras reações convenceram Weizenbaum de que algo estava seriamente errado e conduziram-no num caminho de reflexão crítica que levou à publicação do seu livro clássico de 1976, traduzido em Portugal em 1992 pelas Edições 70 como *O Poder do Computador e a Razão Humana*. Nele o cientista expõe não só os rudimentos da ciência da computação, como as suas profundas apreensões em relação ao rumo que vê o incipiente ramo da inteligência artificial tomar.

O livro resistiu perfeitamente ao teste do tempo e hoje, passados quase 50 anos após a sua publicação, é em muitos aspectos mais actual do que nunca. O seu esquema é relativamente simples, mas prossegue de forma inexorável na construção de um argumento que é sobretudo um aviso: não só sobre os eventuais limites da IA e o que esta poderá ou não vir a fazer, mas, de forma muito mais importante, sobre que funções devemos, enquanto sociedade, permitir que sejam delegadas aos algoritmos e postas em larga medida fora do controle das instituições democráticas.

Weizenbaum começa por fazer uma breve análise da forma como o desenvolvimento de variados tipos de ferramenta foi alterando não só as possibilidades de organização social, como a própria forma de ver e conceber o mundo, desde os instrumentos de caça no Paleolítico às armas de fogo e à imprensa. Um exemplo concreto é o da invenção do relógio mecânico: «Onde o relógio era usado para contar o tempo, a regulação do homem [sic] da sua vida quotidiana já não se baseava exclusivamente, digamos, na posição do sol sobre certas rochas ou no canto de um galo, mas era agora baseado no estado autónomo de um modelo que reflectia um fenómeno natural. Aos vários estados deste modelo foram dados nomes e dessa forma reificados. E todo o seu conjunto foi sobreposto ao mundo existente e mudou-o, tanto quanto um rearranjo cataclísmico da sua geografia

ou clima poderia ter feito. (…) O relógio criou, literalmente, uma nova realidade.» Com esta progressiva instrumentalização da experiência humana, poderá ocorrer um ganho considerável em termos de eficiência e de aproveitamento de recursos (naturais e humanos), mas há também, paralelamente, um progressivo empobrecimento e uma uniformização da forma de ver e sentir o mundo, sobre os quais urge reflectir e extrair lições para o momento presente.

> Não só o digital tem um consumo de energia astronómico (e um dos que mais rapidamente tem crescido em todo o mundo), como cada sensor, chip e bateria tem uma pegada material não-desprezível.

A esta discussão seguem-se vários capítulos sobre os conceitos básicos da programação e do que constitui um algoritmo. Neles o autor procura demonstrar de que forma o poder de manipulação de informação das novas máquinas digitais veio abrir avenidas de controle – económico, social, político – que são absolutamente inéditas na história da civilização humana. Mas também um outro ponto bastante original: que a forma como este desenvolvimento se processou não estava absolutamente determinada à partida. Mais concretamente: existe uma determinada visão do progresso tecnológico que afirma ter o computador digital chegado mesmo na «altura certa» para lidar com um aumento exponencial no volume e na complexidade de dados produzidos pelas sociedades modernas. Contra este argumento, Weizenbaum contrapõe que: «A crença na indispensabilidade do computador não é completamente errada. O computador torna-se um componente indispensável de qualquer estrutura, a partir do momento em que esteja tão completamente integrado com a mesma, tão enredado nas suas várias subestruturas vitais, que não pode mais ser excluído sem prejudicar fatalmente toda a estrutura. Isto é praticamente uma tautologia. A utilidade desta tautologia é que ela pode despertar-nos novamente para a possibilidade de que algumas ações humanas, por exemplo, a introdução de computadores em algumas atividades humanas complexas, podem constituir um compromisso irreversível. Não é verdade que o sistema bancário americano ou os mercados de ações e bens e as grandes empresas teriam entrado em colapso se o computador não tivesse aparecido "na hora certa". É verdade que a *forma específica* como esses sistemas se desenvolveram e continuam a desenvolver nas últimas duas décadas teria sido impossível sem o computador.» (itálico nosso). Outras formas de trabalho se teriam, seguramente, desenvolvido, provavelmente recorrendo a maior quantidade de mão de obra e a relações de trabalho mais colaborativas.

Limites da IA e do digital

Neste contexto, não deixa de ser relevante referir brevemente alguns dos aspectos mais preocupantes da enorme transição digital em curso, que tem o apoio unívoco de praticamente todos os governos e maiores instituições mundiais. Em primeiro lugar, a associação que se faz hoje entre digitalização e descarbonização, de forma quase automática e praticamente sem reflexão, tem de ser desmontada e analisada de forma crítica. Não só o digital tem um consumo de energia astronómico (e um dos que mais rapidamente tem crescido em todo o mundo), como cada sensor, *chip* e bateria tem uma pegada material não-desprezível[3]. O que deveria inviabilizar quase de imediato algumas das propostas mais delirantes a que temos assistido neste campo, como a da «*internet* dos objectos». A famosa «nuvem» de armazenamento global de dados não é uma entidade imaterial a vogar num qualquer éter, mas, sim, um conjunto de enormes centros de dados, ocupando vastas áreas com os seus milhares de processadores e unidades de refrigeração, e consumindo mais eletricidade do que muitos países.

Depois coloca-se a questão de quem controla todos estes fluxos de informação. Ou nas palavras da autora norte-americana Shoshana Zuboff, que popularizou o termo «capitalismo de vigilância»: «Quem sabe? Quem decide? E quem decide quem decide?» É cada vez mais claro que permitir que um reduzido número de pessoas (quase todos homens e multimilionários) controle toda a infraestrutura de informação mundial, com pouco ou nenhum escrutínio, só poderá conduzir ao desastre.

O terceiro factor, e talvez o mais difícil de avaliar, prende-se com o enorme impacto que a imersão diária nestas novas tecnologias por parte de uma fracção considerável da população mundial poderá ter sobre as formas como socializamos e comunicamos, sobre a visão que a humanidade tem do mundo e de si própria. Não é difícil extrapolar que quanto mais tempo passarmos a interagir com estas máquinas e seus algoritmos mais provável é que a nossa forma de pensar se torne mais mecanizada e instrumental, quer ao nível individual, quer colectivo.

Outro dos aspectos que o trabalho de Weizenbaum também aborda, de forma presciente, prende-se com o conceito de compreensão da linguagem e de como um algoritmo pode executar operações complexas de manipulação de símbolos verbais – sem que tenha necessariamente nada parecido com uma compreensão *verdadeira* do que estes significam ou dos variados impactos que possam ter no mundo real. Segundo ele, ainda que determinadas tarefas sejam «passíveis de ser automatizadas», o ónus da decisão deverá sempre recair sobre o ser humano (e daí o subtítulo do livro: *From judgement to calculation*) [do julgamento ao cálculo]. Na altura em que ele escrevia o livro, cada vez mais decisões delicadas começavam a ser relegadas para as máquinas, com destaque para as campanhas norte-americanas de bombardeamento no Vietname, que recorriam já a uma série de algoritmos para seleccionar os seus alvos.

O imperialismo da razão instrumental

Na mira do criticismo de Weizenbaum destacavam-se os primeiros proponentes da inteligência artificial, como Marvin Minsky, e a quem ele apelidava de «*intelligentzia* artificial», que defendiam que tudo o que se passava no interior de um cérebro humano era passível de ser reproduzido num computador digital, um ponto de vista que ainda hoje recolhe bastantes apoiantes. Ora, se tal poderá fazer sentido no que diz respeito a operações algébricas elementares, importa interrogarmo-nos se todas as formas de pensar poderão *realmente* ser reduzidas a esse aspecto.

Para desmontar estes pressupostos facilitistas, Weizenbaum recorreu ao seu conhecimento da psicanálise e do poder do subconsciente humano, bem como à sua experiência de vida, experiência essa que cada um de nós vai acumulando ao longo dos anos e que vai construindo, de maneira indelével e única, a pessoa que somos. Neste contexto, existe todo um sem-número de acontecimentos sensoriais – eminentemente materiais – que representam outras tantas formas de viver/sentir a realidade. Assim, um cientista poderá concentrar-se durante meses a fio num determinado problema, para ver por fim a chave da sua resolução a ser-lhe revelada num sonho, ou no decurso de uma caminhada, quando estava a pensar em algo completamente diferente. A mesma coisa sucede com a criação artística ou com a tomada de decisões difíceis na nossa vida pessoal.

A sedução desta «razão instrumental» é que ela é de muito fácil implementação, altamente escalável – através dos variados meios computacionais que se multiplicam a uma velocidade estonteante por todo o mundo – e tem sido utilizada, sobretudo, para aprofundar a concentração de poder e riqueza nas mãos das classes mais ricas; bem como para cobrir uma certa visão da realidade e do ser humano com um manto de inevitabilidade e de progresso tecnológico, deixando, assim, de parte considerações éticas, estéticas, espirituais, religiosas e ecológicas, entre muitas outras. Para citar de novo o autor: «Quando a razão instrumental é o único guia para a ação, os atos que ela justifica são privados dos seus significados inerentes e existem, portanto, num vácuo ético.»

Num planeta com mais de oito mil milhões de habitantes, com enormes crises ambientais e escassez de recursos, o uso desta forma de razão vai ser crucial para a nossa sobrevivência enquanto espécie, nas próximas décadas e séculos. Mas é igualmente da maior urgência desmascarar a actual dependência excessiva da mesma, e termos a capacidade de a ver pelo que é: uma das muitas formas possíveis de pensar e de ser, um auxiliar útil para determinadas decisões, mas nunca a forma de decidir por excelência – que deverá ser sempre integralmente humana e ética, aberta à diferença e à diversidade do mundo e da experiência humana, como Weizenbaum tão bem expôs e defendeu!

NOTAS

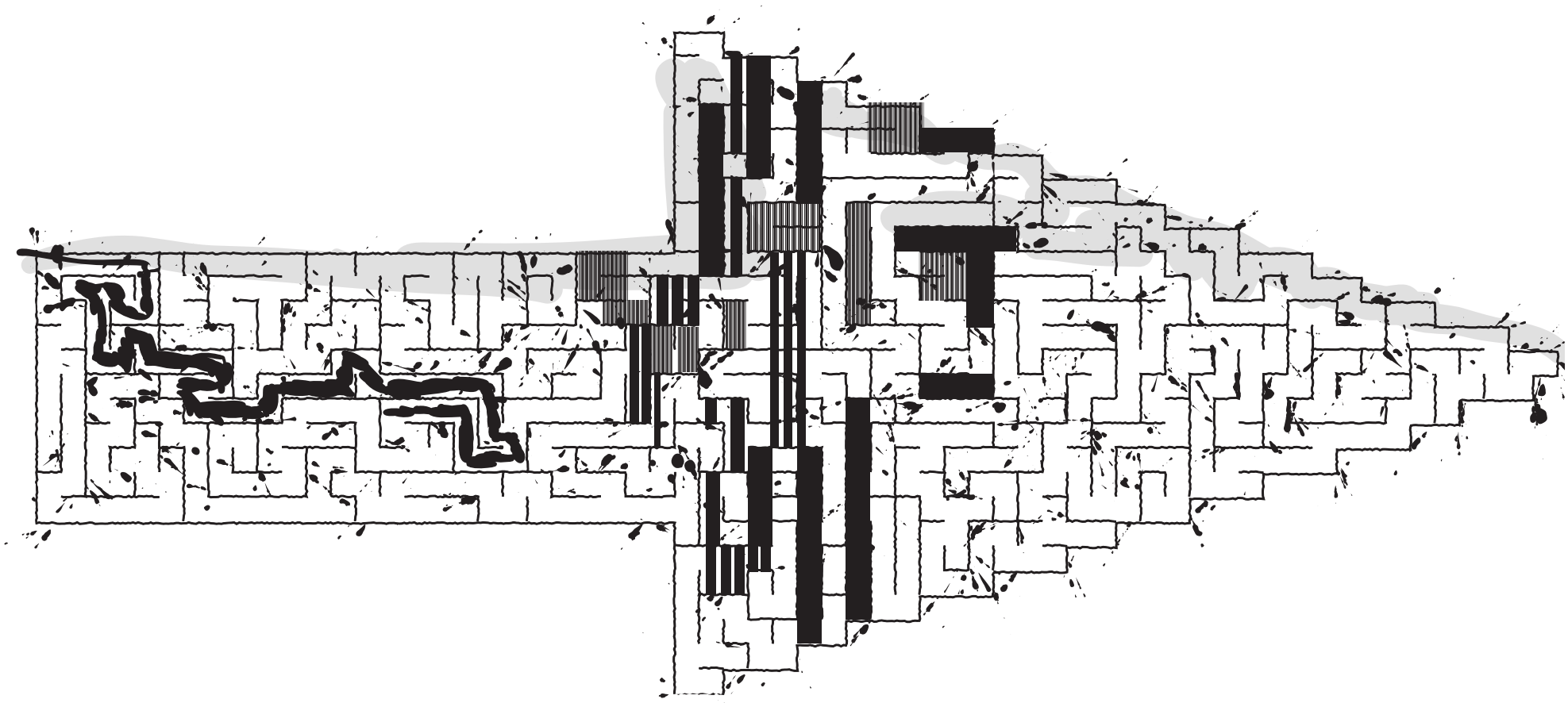
1 Guardian, 25/7/2023. URL: http://tinyurl.com/5553yyny.

2 Todas as citações retiradas de *Computer Power and Human Reason*, Joseph Weizenbaum, W. H. Freeman and Company, 1976. Tradução do autor.

3 Luís Fazendeiro, "A Floresta Digital", Le Monde diplomatique – edição portuguesa, Junho de 2023.

Os centros de triagem são centros de detenção

Será a presidência belga a tomar em mãos a continuação da implementação do Pacto sobre Migrações e Asilo, nomeadamente o regulamento relativo ao rastreio de migrantes, que irá normalizar a perseguição, por todo o território europeu, de comunidades racializadas.



TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO **ANA FARIAS**

Em Maio de 2023, as Organizações não Governamentais (ONG) Médicos Sem Fronteiras, BXLRefugees, Caritas Internationalis, CIRÉ, Hub Humanitaire, Médicos do Mundo e Vluchtelingenwerk Vlaanderen publicaram um relatório sobre a situação crítica no acolhimento de requerentes de protecção internacional na Bélgica. Aí, indicavam que, desde Outubro de 2021, o governo belga não estava a cumprir a Directiva sobre Condições de Acolhimento, que estipula que os requerentes de asilo têm direito a alojamento, uma vez que, por essa altura, cerca de 2 100 requerentes de asilo não o tinham. Até Maio de 2023, os tribunais belgas tinham proferido 6 761 decisões que condenavam o facto de a Bélgica não conceder alojamento aos requerentes de asilo. Em simultâneo, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ordenou 1 656 medidas provisórias a este respeito. É esta Bélgica que ignora direitos humanos, directivas europeias e decisões judiciais que está na presidência da União Europeia (UE) desde 1 de Janeiro de 2024 e que pretende apressar uma possível reforma das políticas de asilo a nível europeu.

Tudo isto se passa numa Europa onde a própria Comissão Europeia (CE) afirma que o contrabando de migrantes nunca foi tão lucrativo nem tão mortífero, apesar de uma década de políticas oficialmente orientadas para o combater. «Nunca antes o negócio do contrabando foi tão lucrativo e tão mortífero», afirmou a presidente da CE, Ursula Von der Leyen, no dia 28 de Novembro. Dias antes, a Finlândia, em resposta a uma alegada «ameaça híbrida» (1) decidira que os requerentes de asilo que chegassem a território finlandês por via terrestre, vindos da Rússia, teriam de apresentar os seus pedidos a cerca de 300 quilómetros a norte do Círculo Polar Ártico - no remoto posto fronteiriço de Raja-Jooseppi. «Estamos no inverno finlandês», disse Annu Lehtinen, directora executiva do Conselho Finlandês para os Refugiados, em declarações ao EUobserver na quinta-feira, 23 de Novembro. Ainda de acordo com Annu Lehtinen, o encerramento dos pontos de passagem da fronteira terrestre entre a Finlândia e a Rússia «não está em conformidade com os acordos internacionais ou com o direito internacional e da UE».

> O assédio policial arbitrário a comunidades racializadas será vertido em letra de lei, instigado e normalizado.

Regulamento para o rastreio

Não será, pois, necessário esperar pela segunda metade de 2024, quando a Hungria assumir a presidência da UE, para que o Pacto sobre Migração e Asilo, que a UE anda a cozinhar há quase quatro anos, aprofunde a lógica militar de gestão de fronteiras e a normalização da discriminação racial. Nos termos do regulamento relativo ao rastreio - um dos principais *dossiers* do pacto - todos os recém-chegados serão submetidos a um processo de triagem para eliminar os que se considere terem pedidos infundados. Esse processo decorrerá nos chamados Centros Fechados de Acesso Controlado, financiados pela UE, que são tipos de instalações já experimentadas na Grécia com um registo lamentável de repressão e violação de direitos e dignidade.

De acordo com o artigo 5.º deste regulamento, a polícia e as autoridades fronteiriças poderão obrigar as pessoas que não consigam provar uma entrada regular a submeterem-se a um controlo, não só na fronteira, mas em qualquer ponto de um país da UE. Na prática, isto significa a definição maciça de perfis étnicos de pessoas não brancas, e o encorajamento de rusgas e detenções ilegais baseadas numa aleatoriedade policial que faça mira a qualquer pessoa que, nas suas cabeças, «se pareça com um migrante».

Com um sistema deste tipo já implementado, a Grécia é um exemplo perfeito para se perceber o que são, na prática, os procedimentos de controlo no território. Os requerentes de asilo que não possam provar a sua identidade e nacionalidade são levados para Centro de Receção e Identificação, onde podem ficar detidos até 25 dias. Uma investigação recente, publicada em 16 de Novembro pela Mobile Info Team e pela Refugee Legal Support revela detenções ilegais *de facto*, falta de apoio médico e de avaliações adequadas para os casos mais vulneráveis, bem como atrasos crónicos no tratamento dos pedidos. A lei europeia (a Directiva relativa às condições de acolhimento) afirma que uma pessoa não pode ser detida pelo simples facto de procurar asilo; o Conselho e a Comissão afirmam continuamente que a triagem não equivale à detenção; mas a Grécia demonstra cabalmente que os centros de triagem são centros de detenção onde se vai parar com base na cor da pele. O assédio policial arbitrário a comunidades racializadas, já tão comum, será, desta forma, vertido em letra de lei, e, como tal, instigado e normalizado. Não apenas nas fronteiras, mas em qualquer lugar de qualquer território que seja parte da UE.

> Na prática, isto significa a definição maciça de perfis étnicos de pessoas não brancas.

Novos e vastos poderes policiais escondidos por trás de propostas da UE sobre o tráfico de migrantes

Tradução de texto da Statewatch sobre o alargamento dos poderes da Europol à boleia do «combate contra a imigração irregular».

STATEWATCH.ORG

No final de Novembro, a Comissão Europeia anunciou duas novas leis para combater o tráfico de migrantes. Uma visa tornar o quadro jurídico mais punitivo. A outra tem como objectivo «reforçar o papel da Europol na luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos», mas, na realidade, alarga os poderes da Europol em relação a todos os crimes da sua competência, ao permitir que a agência conduza «medidas de investigação não coercivas» durante operações conjuntas com forças policiais nacionais. Actualmente, o seu pessoal está proibido de conduzir qualquer tipo de medida de investigação.

Chris Jones, da Statewatch, comenta: «É interessante que a Comissão tenha optado por utilizar uma proposta ostensivamente sobre o tráfico de migrantes para fazer o seu próprio contrabando - nomeadamente, escondendo novos poderes alargados para a Europol por trás de uma retórica de pânico sobre os métodos indesejáveis que as pessoas são forçadas a utilizar para atravessar as fronteiras e procurar segurança. Escondendo-se atrás da velha alegação de urgência, o executivo da UE não ofereceu qualquer justificação para a necessidade ou proporcionalidade destas novas medidas. Os parlamentares e as organizações da sociedade civil não se devem deixar enganar por este esforço injustificado e mal disfarçado de dar ainda mais poderes à Europol, apenas 18 meses depois da última alteração da base jurídica da agência."

Novas funções e competências

A proposta relativa à Europol, a par de uma outra que visa endurecer as penas para a introdução clandestina de migrantes, atribui ao Centro Europeu de Luta contra o Tráfico de Migrantes da Europol uma base jurídica e novas funções, com o objetivo de aumentar a coordenação e a cooperação de alto nível entre a Europol, outras agências da UE, as autoridades dos Estados-Membros e as forças policiais de países terceiros. Ambas as propostas foram lançadas na Conferência Internacional sobre uma Aliança Global para Combater o Tráfico de Migrantes, organizada pela Comissão.

A proposta da Europol inclui a obrigação de os Estados-Membros «designarem serviços especializados para combater a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos», fornecerem formação adequada e garantirem a partilha de informações com a Europol. A proposta da Europol prevê igualmente que os Estados-Membros assegurem que os «instrumentos de investigação especiais, como os que são utilizados na luta contra a criminalidade organizada ou noutros casos de criminalidade grave», possam ser utilizados nas investigações sobre a introdução clandestina de migrantes.

O comunicado de imprensa da Comissão refere também «um maior apoio da Europol através do destacamento de pessoal», enquanto a proposta refere que «o apoio da Europol à prevenção e combate à introdução clandestina de migrantes e ao tráfico de seres humanos» será reforçado «através de grupos de trabalho operacionais e do destacamento de pessoal da Europol para apoio operacional».

Para além da introdução clandestina e do tráfico de seres humanos

O leitor casual pode ser perdoado por pensar que estas novas *task forces* e «destacamentos» seriam incumbidos apenas de combater o contrabando de migrantes e o tráfico de seres humanos - mas, na realidade, se as propostas na sua forma actual fossem convertidas em lei, dariam à Europol novos poderes em relação a todos os crimes para os quais é competente. As razões para tal não são explicadas na proposta e não há qualquer consideração sobre o seu potencial impacto.

«A proposta não é apoiada por uma avaliação de impacto, considerando que a Comissão tinha pouca ou nenhuma escolha disponível, nomeadamente devido às

Se as propostas na sua forma actual fossem convertidas em lei, dariam à Europol novos poderes em relação a todos os crimes para os quais é competente.

necessidades operacionais urgentes para melhorar o apoio da Europol aos Estados-Membros na luta contra o tráfico de migrantes», diz o documento. Dada a ausência de uma avaliação de impacto, não existe uma explicação pormenorizada sobre o que são estas «necessidades operacionais urgentes».

A proposta define uma «*task force* operacional» como «um mecanismo de coordenação criado pelos Estados-Membros entre as suas autoridades competentes, com o apoio da Europol, para conduzir actividades de informação criminal e investigações conjuntas, coordenadas e prioritárias sobre um crime abrangido pelos objectivos da Europol que exija uma ação coordenada e concertada».

Por seu turno, os «destacamentos da Europol para apoio operacional» são definidos como «o destacamento de funcionários da Europol ou de peritos nacionais destacados no território de um Estado-Membro, a pedido desse Estado-Membro, para prestar apoio analítico, operacional, técnico e forense, em ligação e de acordo com as autoridades competentes desse Estado-Membro».

Estes destacamentos devem ter lugar em «investigações complexas e em grande escala», para reforçar «as verificações nas bases de dados relevantes para reforçar os controlos nas fronteiras externas da União», como parte de «equipas de apoio à gestão da migração» ou durante «grandes eventos internacionais». Alguns destes objectivos coincidem de perto com os dos planos de migração da UE, que prevêem a proliferação de locais de detenção nas fronteiras para efeitos de «rastreio» nas bases de dados e de rápida deportação.

Tanto os grupos de trabalho como os destacamentos podem ser propostos pelo diretor executivo da Europol, se este considerar que «representam um valor acrescentado para a prevenção ou a luta contra uma infração abrangida pelos objectivos da Europol».

«Medidas de investigação não coercivas»

A proposta prevê também que a Europol possa aplicar «medidas de investigação não coercivas» durante as operações conjuntas com as autoridades nacionais. A lei que rege a Europol - que foi alterada no ano passado - diz actualmente que, embora o pessoal da Europol possa prestar «apoio forense e técnico» enquanto as autoridades nacionais executam medidas de investigação, o pessoal da agência «não tem, ele próprio, poderes para executar medidas de investigação».

Esta frase seria suprimida da lei pela nova proposta e seria acrescentada uma nova disposição:

«Os funcionários da Europol têm competência para executar eles próprios medidas de investigação não coercivas, desde que a Europol tenha sido solicitada a fazê-lo por um Estado-Membro em conformidade com a sua legislação nacional e o director executivo tenha autorizado os funcionários da Europol a executar as medidas de investigação não coercivas solicitadas.»

Estas medidas «dizem respeito ao tratamento de dados», diz a proposta, mas não oferece mais explicações.

Com a proposta, a Comissão pretende conceder à cada vez mais poderosa agência policial da UE novos e amplos poderes operacionais e de investigação para lidar com todas as formas de crime para as quais é competente, e não apenas com o contrabando de migrantes e o tráfico de seres humanos, como afirma o seu material de relações públicas. O que não se sabe é por que razão a Comissão não foi capaz de admitir abertamente a sua ambição.

Memórias para a construção política da Agroecologia (parte II)

Nesta segunda parte revisitamos a luta pela terra na Andaluzia, num percurso histórico que também nos leva às origens da Agroecologia. Evocamos memórias e lutas vigentes, ouvindo Diego Cañamero e Óscar Reina, do Sindicato de Obreros del Campo.

Ocupação de uma propriedade em Cádiz (1978). Fonte: «Archivo de la Transición.»

ROSEIRAS BRAVAS
ROSEIRABRAVA@DISROOT.ORG

«Não há causas perdidas, há causas difíceis. Mas como são tão justas, algum dia as ganharemos.»
Diamantino García[1]

O movimento «jornalero» andaluz por «tierra y libertad»

Andaluzia e Alentejo partilham uma história similar de estruturação fundiária – e respetiva estruturação socioeconómica: o latifúndio. A concentração da propriedade foi passando de mãos em mãos. Após a «reconquista cristã», as terras foram distribuídas pelo clero, ordens militares e nobreza. Séculos mais tarde, com as reformas liberais em ambos os países, deram-se as desamortizações, cujo fito era tanto a passagem da propriedade dessas classes sociais para a nascente burguesia como continuar o processo histórico de espoliar o campesinato das suas terras, incluindo as comunais. A história do latifúndio está intimamente ligada à transformação do campesinato – desapossado de terra – em proletariado agrícola, onde cedo o capitalismo penetrou. Desde o século XIX até ao final do século XX, na Andaluzia, os/as trabalhadores/as agrícolas representavam cerca de 80%[2] do setor e, como no Alentejo, trabalhavam até 12 horas seguidas por um salário de miséria. Um regime social desta natureza gera e ancora-se numa violência e conflitualidade estruturantes. De um lado, os proprietários que detinham a terra, controlavam as condições laborais e o poder político local, sendo muitas vezes absentistas (vivendo distantes da propriedade). Do outro, uma grande massa humana cuja única opção era (e continua a ser) vender a sua força de trabalho (passando por grandes períodos de desemprego), por não ter terra, sem no entanto deixar de resistir e de por ela lutar!

Na Andaluzia, as mobilizações pelo acesso à terra ressurgem após a ditadura franquista, em 1976, na forma de expressão sindical, com o Sindicato de Obreros del Campo (SOC). O contexto era o de recessão mundial com a crise do petróleo, que veio afetar sobretudo as regiões do país onde o número de trabalhadores/as agrícolas era maior, como a Estremadura e, especialmente, a Andaluzia devido ao regresso da migração andaluza das regiões do norte do Estado espanhol e da Europa. A situação de desemprego agrava-se, estando na base de novas mobilizações por trabalho e melhores condições laborais, e na reativação da luta pela terra. Como refere Diego, «havia uma situação de pobreza e desemprego alarmante na Andaluzia que incitava a que a terra passasse para as mãos dos "jornaleros". Era uma luta inevitável, era necessária». Diego participou muito jovem nos inícios do SOC, antes do seu processo constituinte em 1976, em Antequera (Málaga). Com Gonzalo Sánchez, Francisco Casero, Pepi Conde, Sánchez Gordillo, Diamantino García, entre outras pessoas, esteve comprometido nas «comissões de jornaleros» criadas em 1974, que foram a génese do SOC. Estas comissões funcionaram como espaços de organização e articulação das primeiras manifestações nas aldeias e comarcas territoriais andaluzas. Eram espaços sindicais próprios, criados no seio do movimento operário e articulados a nível estatal com outras organizações sindicais ligadas ao Partido del Trabajo de España dentro da Confederación de Sindicatos Unitarios de Trabajadores. Alianças sindicais-políticas que tiveram o seu papel nos primeiros passos organizativos do movimento «jornalero» mas, diz Diego, o SOC «nunca foi correia de transmissão de nenhum partido político, tinha vida própria»; «a ideia era formar um sindicato agrário na Andaluzia, porque a terra estava concentrada, e continua concentrada, nas mãos dos grandes proprietários». Em 8 milhões de hectares de terra, 50% desta está nas mãos de apenas 2% dos proprietários, sublinha.

Nas origens do SOC há que destacar a ação social desenvolvida por um grupo de padres da Serra Sul de Sevilha, em especial Diamantino García, de ideias progressistas e influenciado pela teoria da libertação, que possibilitou um trabalho comunitário de consciencialização e de organização popular, defendendo os interesses da classe «jornalera». Tal como foi analisado por Javier García em «Tierra y Libertad»[3], o SOC enraizou-se na Andaluzia pela plena identificação social-identitária sentida pela população, com dirigentes «jornaleros», e referências sociais da classe trabalhadora e das comunidades rurais, ao mesmo tempo que recolheu a tradição secular daas agitações camponesas no anseio pela terra. As bases ideológicas e políticas na construção da identidade do SOC são diversas (partindo do comunismo-maoísmo e marxismo às influências do anarquismo e do nacionalismo andaluz de esquerda), conformando um sindicato único nas suas ideias e formas organizativas, também com uma visão própria da terra, que incluía: uma dimensão histórica da aspiração da distribuição da propriedade; uma conceção cristã de base, segundo a qual a terra é um bem natural não mercantilizável ou de enriquecimento privado, mas sim de uso e fruição da comunidade que a habita e nela trabalha – «La tierra no es de nadie. La tierra es del pueblo»; e uma reivindicação do marxismo agrário, da terra como bem público, onde os recursos e forças de produção estivessem à disposição do povo. Para o SOC, a Reforma Agrária (RA) deveria basear-se não só na redistribuição da propriedade da terra, e sobretudo no usufruto da mesma, como também na transformação dos meios de produção e canais de distribuição e comercialização.

> «Ser jornalero na Andaluzia era um insulto. Demos-lhe nome, enchemos de dignidade esse nome.»

A luta do SOC pela Reforma Agrária

As primeiras lutas do SOC reivindicavam, fundamentalmente, trabalho, condições de trabalho e um salário justo. Conta-nos Diego que os protestos giravam em torno das campanhas de colheita (como no «verdeo»[4] da azeitona, do girassol, da beterraba ou do algodão) e das convenções coletivas de trabalho, procurando-se distribuir as pessoas desempregadas pelos «cortijos»[5] dos «señoritos» (latifundiários). «Obrigávamo-los [a distribuírem as pessoas porque] senão havia greves e estes tinham de aceitar», e também as mulheres, a quem os "señoritos" recusavam dar trabalho». Foram várias as formas de luta: greves de fome, marchas, ocupação de edifícios públicos, bloqueios de estradas, paralisação do aeroporto e comboios, e as conhecidas ocupações de terras, que retumbaram a nível nacional, despertando a sociedade para a situação do campo andaluz e levando a debate público a questão da RA. As primeiras aconteceram em 1978, em Cádiz e Sevilha. Primeiro, eram ocupações simbólicas, de denúncia – «não podemos estar numa terra com milhares e milhares de desempregados e desempregadas, e um meio rural que morre, que têm de emigrar para conseguir um pedaço de pão fora da nossa terra, havendo tanta possibilidade de riqueza, havendo tanta terra abandonada». A estas seguiram-se as permanentes, «já ocupávamos para lá ficarmos». Na

decisão das terras a ocupar «procurávamos propriedades que não tivessem um impacto contrário para nós, um impacto contrário à opinião pública; propriedades abandonadas e propriedades públicas que não estavam bem lavradas». O contexto político era bastante distinto do que se vivera em Portugal, onde as ocupações tiveram o apoio do MFA, no quadro do PREC. No Estado espanhol, não houve rutura com a ditadura, mas sim a chamada «transição política». Todas as ocupações acabavam em despejos e novas ocupações, ao mesmo tempo que as práticas de resistência pacífica pelo SOC iam dando a volta ao mundo.

O clima de emergente agitação social pelo movimento «jornalero» acabou por pressionar o Governo andaluz, com a chegada do PSOE à «Junta de Andalucía», a promulgar em 1984 a Lei Andaluza da Reforma Agrária (LARA). Para o SOC, que tinha vindo a trabalhar na sua própria proposta de RA, a LARA foi uma deceção, tornando-se um instrumento de desativação do movimento «jornalero» e das suas reivindicações históricas. Como diz Diego: «Se não queres fazer a reforma agrária então o que tens que fazer é agarrar no [seu] nome, esvaziá-la de conteúdo e enganar toda a gente.» Esta lei não visava, de facto, a redistribuição da terra pelos/as trabalhadores/as rurais e aquilo que chamava de expropriação de terras não desmantelava a estrutura latifundiária, antes tinha como fito principal viabilizar a agricultura de grande escala[6]. Para esse fim, o Governo andaluz expropriava temporariamente partes do latifúndio (terras improdutivas, geralmente as de pior qualidade) e efetuava melhoramentos: acessos, infraestruturas e sobretudo instalação de regadios. Findo o período de expropriação (12 anos), as terras eram devolvidas ao proprietário, mediante pagamento do investimento público realizado para as tornar produtivas, o que em grande parte dos casos era feito com as próprias terras (pois ao grande latifundiário nunca interessou o trabalho da terra...). Da propriedade tornada pública através deste mecanismo, apenas uma parte passou para o uso coletivo dos/das «jornaleros/as». Mas isso nunca teria sido conseguido sem a pressão das ocupações de terra pelo SOC. Marinaleda é a experiência mais conhecida, referência de luta pela terra com a ocupação de «El Humoso» – 1200 hectares, resgatados aos 5000 ha tornados públicos pela expropriação do Duque do Infantado (possuidor de 17 000 ha!).

Sindicalismo agrário e ecologismo popular

É interessante olhar para outras mobilizações do SOC que ampliavam a sua ação na defesa das comunidades rurais, em sinergia com outros movimentos sociais, como o movimento ecologista. Nos anos 80 dá-se um processo de convergência entre ambos, inicialmente à volta da recuperação das áreas florestais e do monte público[8], e da sua relação com a população rural, cortada durante a ditadura e as políticas florestais produtivistas. Aos valores conservacionistas do movimento ambientalista alia-se a defesa destas áreas como fonte de sustento e de trabalho, podendo reativar modos de vida no meio rural. Mobilizações sob o lema «Monte: vida e trabalho» procuravam reivindicar medidas de geração de trabalho, através da reflorestação, pastorícia ou aproveitamento de recursos florestais. Desde o Pacto Andaluz pela Natureza (1986), onde convergem estes movimentos, à fundação do Comité de Agricultura Ecológica (1991) vão-se tecendo ligações que influenciaram o pensamento do SOC.

Na relação com a ecologia, dá-se ainda uma significativa aliança. No seio das ocupações, e posterior desenvolvimento de experiências cooperativas de produção, por vezes em terras de má qualidade, de sequeiro, ou que não tinham sido lavradas durante décadas, apresentava-se o desafio da produção. Fazê-lo de uma forma mais sustentável, e que gerasse emprego, era uma preocupação. Para algumas cooperativas primava, de facto, a geração de emprego. Procuravam-se «cultivos sociais» que garantissem mão de obra, refere Diego. É o caso de Marinaleda, de gestão mais vinculada a uma conceção operária do movimento «jornalero», dando prioridade à criação de trabalho em relação ao modelo de produção agrícola[3]. Outras cooperativas procuravam modelos produtivos que conferissem maior sustentabilidade ecológica, surgindo a necessidade de orientação técnica na implementação de outras práticas. Aqui, o papel do Instituto Social de Estudios Campesinos (ISEC) foi fundamental.

> A história do latifúndio está intimamente ligada à transformação do campesinato - desapossado de terra - em proletariado agrícola, onde cedo o capitalismo penetrou.

ISEC, investigação militante e a Agroecologia emergente

Fundado em 1978, em Córdoba, por Eduardo Sevilla Guzmán, o ISEC surge no âmbito da nova corrente de estudos camponeses na Europa e da necessidade de evidenciar o papel do campesinato no contexto internacional da segunda metade do século XX. Orientou-se para o estudo histórico e social das transformações no mundo rural, especialmente da estrutura agrária, e para a análise dos processos de resistência camponesa face ao desenvolvimento do capitalismo. Foi um ponto de convergência interdisciplinar no meio académico, de reflexão e construção teórica de uma via «campesinista», paralelamente a uma *praxis* militante, apoiando e cooperando com outros movimentos sociais na Andaluzia e com movimentos camponeses na América Latina.

Na colaboração com o SOC, além de o apoiar e participar ativamente nas suas ações de protesto e ocupação, houve uma estreita interação em algumas das terras ocupadas e assentamentos. «O que me chamou mais a atenção foi que, começando a conversar com eles, ao começarmos a ser amigos, eles definiam-se como "camponeses sem terra" e diziam que eram camponeses sem terra porque aquela terra era dos seus avós, dos seus antepassados, e eles sabiam-no e estavam a tentar recuperá-la porque lhes tinha sido tirada»[9]. Gerou-se um processo de aprendizagem, reflexão e intercâmbio entre investigadores/as do ISEC e as pessoas «jornaleras» de diferentes cooperativas, sendo definidas no V Congresso do SOC (1993) as bases do modelo de cooperativismo que perseguiam. A sustentabilidade ecológica, social e económica das cooperativas fica refletida neste momento, destacando-se como objetivos: a procura de formas de produção alternativas; o poder viver do trabalho, viver da terra; serem rentáveis mas não lucrativistas; assegurar o autoconsumo; gerar reciprocidade; praticar a venda direta; praticar uma vida comunitária, com base no apoio mútuo, na solidariedade, no assemblearismo[10].

Neste processo coletivo, no que toca ao desenvolvimento do modelo produtivo pelas cooperativas, era requerido ao ISEC um assessoramento em agricultura de base ecológica, que estivesse vinculada à sua identidade. Aquilo que Eduardo SG chamou, mais tarde, primeiras experiências agroecológicas do ISEC e jornaleros/as partiu da consciência destes sobre a perda de conhecimento local e a expressão da necessidade de reapropriação de recursos dos lugares que ocupavam. Por exemplo, a vontade de usar sementes tradicionais levou à pesquisa e ao encontro com «las personas mayores». O conhecimento dos agroecossistemas andaluzes torna-se uma força motriz das experiências cooperativas. Abordagem que nos parece relevante ressaltar como matriz diferenciadora do que questionamos estar ausente em Portugal. Primeiro, porque não se tratou de uma abordagem de cima para baixo, em que «técnicos/as» ou «especialistas» da academia (e não só) impõem os seus modelos, e sim um processo «sentipensado» pelas pessoas que dele fizeram parte, decidindo sobre a sua maneira de trabalhar a terra. Segundo, porque não foi uma abordagem exógena, trazendo um modelo de maneio ecológico de qualquer outro lugar do mundo, ou descontextualizado da realidade socioeconómica e cultural andaluza. Foi procurar o conhecimento local, as práticas pré-industriais, sobretudo pré-Revolução Verde, vendo nessas raízes e nas lutas do campesinato (com e sem terra) o caminho da luta contra o sistema agroalimentar capitalista. A esta abordagem podemos chamar Agroecologia!

O apoio do ISEC deu lugar a processos de investigação-ação-participativa, em que se procurava redesenhar o sistema produtivo, através de práticas ecológicas de maneio e do desenvolvimento de mercados alternativos. «Tierra y Libertad» foi a primeira cooperativa a ser criada, em Cádiz, e a implementar este processo participativo. Seguiu-se a cooperativa «La Verde», em Villamartín, numa propriedade ocupada por um grupo de jovens do SOC, um espaço pioneiro de produção ecológica, envolvendo a recuperação de tecnologias e saberes tradicionais. E ainda as cooperativas «El Romeral», «El Indiano» e «Esperanza Verde», com as quais o ISEC também colaborou, numa abordagem metodológica multidimensional. Desde o redesenho do agroecossistema e a recuperação

Assembleia numa propriedade ocupada em Osuna, Sevilha (1978). Fonte: «Archivo de la Transición.»

«Não à mecanização do campo». Manifestação em Bornos (Cádiz) contra o desemprego. Fonte: «Archivo de la Transición.»

do conhecimento tradicional ao desenvolvimento de redes alternativas de distribuição e comercialização, com a criação de associações de consumidores nas cidades próximas. É o caso da experiência de «Almocafre» em Córdoba ou de «La Breva» em Málaga, articuladas hoje com outros grupos e associações na Federación Andaluza de Consumidores y Productores Ecológicos. Segundo Eduardo SG, da *praxis* sociopolítica à volta do maneio ecológico participativo que se deu nestas cooperativas resultou a «agroecologia andaluza».

Paralelamente ao apoio das cooperativas do SOC, desde o final dos anos 80, o ISEC tinha vindo a trabalhar na construção da sua própria proposta teórica – da Agroecologia – no campo das ciências sociais (e sociologia rural em particular), integrando aspetos ecológicos e sócio-económicos da atividade agrária. Combinando diferentes contribuições do pensamento social agrário e do estudo das formas de agricultura camponesa no maneio dos recursos naturais, surge uma nova abordagem de sustentabilidade agrária, dotando a Agroecologia de uma forte componente social e política, como ilustram M. González de Molina e Gloria Guzmán sobre as suas origens[11]. A partir da discussão engajada e da construção coletiva no âmbito académico, desde a Andaluzia à América Latina, o corpo teórico da Agroecologia foi sendo conformado, assim como enriquecidas as suas bases epistemológicas. Marcava-se o início da sua disseminação no Estado espanhol, e também na América Latina, fruto de diferentes programas e colaborações com continuidade até hoje.

O que ficou da Reforma Agrária?

Retomando o fio cronológico das lutas do SOC, eis alguns acontecimentos que nos permitem entender qual foi a continuidade da LARA de 1984, e como se foi adaptando o SOC e reconfigurando a sua agenda de luta, numa conjuntura política, social e económica em mudança. Em 1986, Espanha (como Portugal) entra na então CEE, ficando as políticas agrárias estatais submetidas à Política Agrícola Comum, ao mesmo tempo que se consolida o processo de industrialização da agricultura andaluza, iniciado nos anos 50. Por sua vez, e no âmbito da LARA, o governo do PSOE implementa, em 1984, um sistema de subsídio agrário, acompanhado de um Plano de Emprego Rural (PER). «Sabiam perfeitamente que [com] a luta pela terra estávamos a tocar diretamente na propriedade privada dos meios de produção, e então eles preferiam dar-nos esmola do que a propriedade». Este sistema de subsídio, vigente atualmente, aumentou a dependência económica das e dos trabalhadoras/es agrícolas, sujeitos muitas vezes às redes clientelares dos empresários, e diminuiu as mobilizações «jornaleras» pelo acesso à terra. Contudo, para Diego, se não fosse a luta do SOC não teriam conseguido as convenções coletivas de trabalho que passaram a ser assinadas, nem teriam sido possíveis apoios como o PER, e «se nem [os subsídios] existissem, hoje Andaluzia estaria como Castilla y León, haveria aldeias desertas, teríamos ido embora, não poderíamos viver...». Diego assume a contradição em que o SOC teve que se mover, destacando a importância dos apoios, «queremos a luta pela terra [mas] as pessoas tinham que comer todos os dias; a terra é a longo prazo mas amanhã o que é que eu como?». Sobre o que fica, acrescenta ainda: «Ser "jornalero" na Andaluzia era um insulto. Demos-lhe nome, enchemos de dignidade esse nome. Com a nossa luta, fizemos com que a gente se sentisse digna de trabalhar no campo, que as nossas mãos e o nosso esforço fossem reconhecidos.»

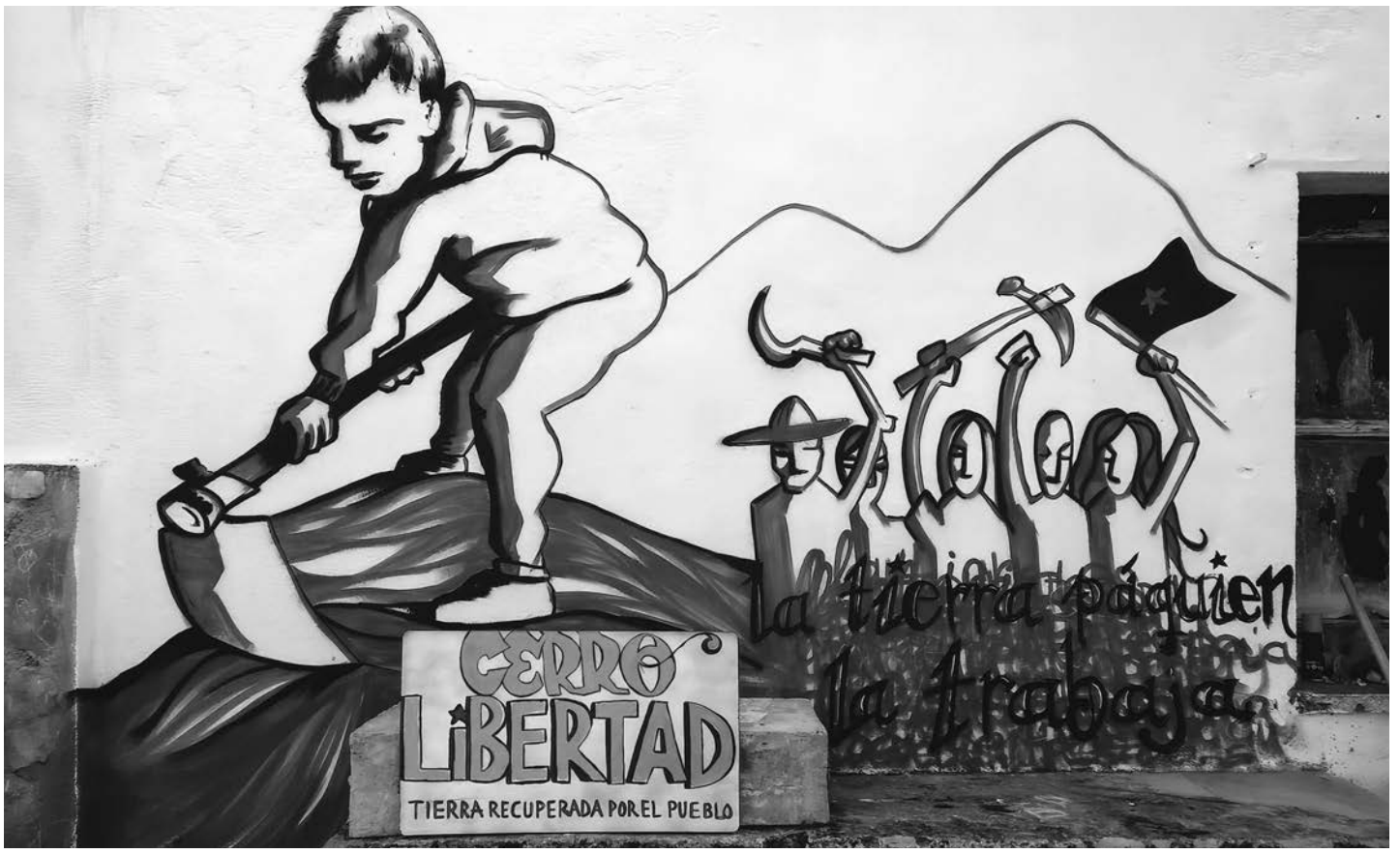
A partir dos anos 90, a política de redistribuição de terras é abandonada pelo Instituto Andaluz de Reforma Agraria (IARA; criado no âmbito da LARA), que não só não procura adquirir mais terras como, pelo contrário, começa lentamente a liquidar o seu património. O SOC denunciava a venda em leilão das terras pela «Junta de Andalucía» pois, como explica Diego, «se uma propriedade se vende, não a compra nenhum "jornalero", nenhum cooperativista, nem nenhuma entidade municipal, [quem] a vai comprar [será] um especulador, um latifundiário». Insistiam que «pelo menos estas terras, que o Governo expropriou, pudessem passar a cooperativas ou projetos municipais». Uma reivindicação que se mantém até hoje. O IARA chegou a adquirir mais de 20 000 hectares de terra, onde se formaram as cooperativas do SOC. É uma quantidade considerável de terra pública, ou não tanto, se considerarmos a extensão de terras na Andaluzia. O processo de venda acelerou-se com o desmantelamento oficial do instituto em 2010, e com um novo decreto em 2011 que pôs à venda todas as terras expropriadas. As cooperativas que até então usufruíam da cedência do uso da terra pública viram-se obrigadas a comprar as terras, arriscando-se a ficarem sem elas. Houve condições favoráveis para as cooperativas, tendo prioridade na compra e podendo pagar em 20 anos, a um valor mais baixo (60%) do que o do mercado. A exceção foi Marinaleda, com as suas oito cooperativas, onde o «ayuntamiento» se negou a comprar as terras de El Humoso, pesando atualmente sobre as cooperativas uma ordem de despejo que ameaça a sua experiência e história de luta.

> Todas as ocupações acabavam em despejos e novas ocupações, ao mesmo tempo que as práticas de resistência pacífica pelo SOC iam dando a volta ao mundo.

Evolução e reconfiguração das lutas do SOC

Desde os anos 1990 até à atualidade, o SOC foi-se adaptando aos diferentes contextos e reconfigurando a prioridade da luta pela terra que, após o fracasso da LARA, acabou por passar para segundo plano. Em 1993 muda o seu nome para Sindicato de Obreros del Campo y de Medio Rural, incorporando uma nova filosofia de desenvolvimento rural alternativo e abrindo-se a outros setores laborais. Em 2007, integra-se no Sindicato Andaluz de Trabajadores/as (SAT). À conversa com Óscar Reina, filho de «jornaleros» e atual porta-voz do SAT-SOC, centramo-nos na atualidade das lutas do sindicato e voltamos a situar a luta pela terra hoje, num território onde continua o latifúndio, a privatização da terra e a espoliação dos recursos. «A luta pela terra continua vigente. Há quem a veja como algo do passado, mas tentamos que não se perca e estamos em lutas importantes como Somonte, que continuamos a ocupar depois de quase 12 anos». Somonte, na província de Córdoba, é uma propriedade de 400 hectares que pertencia ao IARA, foi

posta à venda a 5 de março de 2012 e ocupada um dia antes pelo SAT-SOC, juntando cerca de 500 pessoas, «jornaleras» e apoiantes. No âmbito da crise sistémica dos anos 2010-15, em que dispararam o desemprego, a pobreza e os despejos, «aproveitámos o contexto para vincular [a ocupação] ao que considerávamos ser a raiz do problema». Decidiram que era uma ação que «tinha de se manter no tempo, gerar uma contradição no sistema, gerar um debate sobre o que se está a passar na Andaluzia». Outros 1200 ha de duas propriedades públicas perto de Somonte foram postas à venda, e vão «passar para fundos de investimento, que o que querem fazer é pôr centrais fotovoltaicas». Ao caso da Somonte somaram-se outros processos de ocupação e resistência nos últimos 10 anos, como as da propriedade militar «Las Turquillas», em Osuna e Écija, ou a do «Cerro Libertad», em Jaén. São ações e outras formas de desobediência que têm uma repercussão mediática importante, mas o sindicato está ativo na ação diária, no compromisso com a defesa dos/das trabalhadores/as agrícolas, nas campanhas de trabalho temporário, na denúncia de contratos irregulares e das condições de exploração. Há mais de 100 000 pessoas a trabalhar debaixo dos plásticos de Almería, a maioria migrantes, em condições infra-humanas de trabalho e alojamento, como reconhecemos também no Alentejo. Outras 100 000 em Huelva, maioritariamente mulheres, na recolha dos morangos. Acontece nas estufas e nos olivais intensivos, mas a «jornalerización»[12] do trabalho tem vindo a ampliar-se a muitos outros setores produtivos na Andaluzia, como comenta Óscar. O SAT-SOC tem estendido, assim, o seu âmbito de ação, na defesa da classe trabalhadora e «desapossada», mantendo essa caraterística da «ação direta, de chegar onde mais ninguém chega, de estar *a pie de tajo*[13]». Um sindicato que insere o seu contexto de luta anticapitalista na Andaluzia, sem perder a perspetiva de outras lutas no mundo, nessa relação e aliança com organizações irmãs dentro de La Vía Campesina.



Mural na propriedade ocupada Cerro Libertad (2017). Fonte: Arquivo SAT-SOC.

O conhecimento dos agroecossistemas andaluzes torna-se uma força motriz das experiências cooperativas. Abordagem que nos parece relevante ressaltar como matriz diferenciadora do que questionamos estar ausente em Portugal.

Que lugar ocupa a Reforma Agrária na construção política da Agroecologia?

Na Andaluzia e no Alentejo, a RA foi um processo de luta contra a estrutura fundiária e as formas de violência e exploração que o dispositivo latifundiário instalou. É precisamente no seio da classe de trabalhadores/as rurais, «jornaleros», espoliados/as da terra e da sua campesinidade, que nasce a RA, encarnando este conflito redistributivo da terra e utilizando a *ocupação* como forma de ligação à terra baseada no seu uso coletivo e função social (soberania alimentar!). Se isto é comum aos processos coevos de RA no Alentejo e na Andaluzia, em territórios que partilham muitas semelhanças, um enorme fosso diferencia o lugar da luta pela terra na construção política da Agroecologia em ambas as realidades. Neste ensaio sugerimos que o compromisso com a terra que a RA realiza sob forma de luta de classes, por justiça social, situa e enraíza politicamente a Agroecologia e define-a (até do ponto de vista ecológico!) enquanto luta contra sistemas de opressão e, nesse sentido, constitui-se como alternativa ao sistema agroalimentar capitalista (a Agroecologia será anticapitalista ou não será!). Enquanto na Andaluzia a construção política da Agroecologia acompanha temporalmente, se alia e se mistura a este movimento social de luta pela terra, local e internacional, tanto através da academia (ISEC) como da sua estrutura sindical (SOC-SAT), no Alentejo não conseguimos encontrar um caminho «percorrido» entre esta luta pela terra durante o PREC e a Agroecologia atualmente em construção. Verifica-se um corte, e até um palimpsesto, da memória «revolucionária»[15], um arraigamento apolítico da ecologia na permacultura/sintropia ou na legitimidade científica de uma academia não militante, e uma aliança com a institucionalização banal da Agroecologia. O que nos atrevemos a sugerir neste ensaio é o lugar fundamental da luta pela terra, enquanto raíz política, na Agroecologia. A reforma agrária, com os seus relativos sucessos e fracassos, enquanto «compromisso com a terra», atuando como uma memória viva, não inerte, uma memória com futuro.

Trabalho coletivo em Somonte. Fonte: Arquivo SAT-SOC.

Articulação camponesa e dissidente face à globalização neoliberal

A luta que o SOC desenvolveu no contexto andaluz foi sendo também retroalimentada na América Latina, em diálogo com outros sindicatos e movimentos[14]. A primeira convergência dá-se em 1981, em Manágua (Nicarágua), na Reunião Continental da Reforma Agrária e Movimentos Camponeses. Nesta, o SOC contacta com o Movimento Sem Terra (MST), descobrindo a semelhança das suas formas de luta e evolução ideológica, iniciando-se uma interação que se intensifica nos anos seguintes, no contexto das experiências cooperativas que o SOC estava a desenvolver. Seguiram-se outros encontros internacionais, inclusive numa das propriedades conseguidas pelo SOC («Encuentro Intergaláctico Contra el Neoliberalismo y por la Humanidad» – convocado pelo EZLN, em 1997). Já nesta altura tinham sido criados, no seio do SOC, os primeiros comités europeus de apoio ao neozapatismo e ao MST. Fruto deste processo de convergência internacional, consolida-se um discurso rural antagónico à globalização e ao neoliberalismo, que esteve na génese da formação do Movimento Internacional La Vía Campesina em 1993, no qual o SOC esteve presente desde os seus inícios, assim como na coordenadora europeia (ECVC).

NOTAS

1 Padre «jornalero». Figura querida no SOC, com um importante papel na ligação com os movimentos camponeses na América Latina e com o ISEC.

2 Eduardo Sevilla Guzmán, «El latifundio como constante historica», *El País*, 11 de agosto de 1981.

3 Javier García Fernández, 2017. *Tierra y Libertad. Sindicato de Obreros del Campo, cuestión agraria y democratización del mundo rural en Andalucía*. Editorial Icaria.

4 Apanha da azeitona verde.

5 Propriedade que inclui os terrenos e as casas de habitação.

6 Transnational Institute, 2013. «Land: Access and Struggles in Andalusia, Spain», in *Land Concentration, Land Grabbing and People's Struggles in Europe*.

7 Em Marinaleda nasce a cooperativa Humar, que é ainda hoje o principal tecido produtivo e de emprego nesta localidade, transformando e comercializando produtos hortícolas e azeite, em circuitos alternativos da economia social e solidária.

8 Tipologia de propriedade florestal, pertencente ao Estado e de domínio público.

9 David Gallar e Rosemeire de Almeida. «Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán». *Revista NERA*, 27, jan-jun. 2015

10 Eduardo SG, 1999. «Asentamientos rurales y agroecología en Andalucía». *De sur a sur: Revista andaluza de solidariedad, paz y cooperación.*

11 M. González de Molina e Gloria Guzmán, 2017. *On the Andalusian Origins of Agroecology in Spain and Its Contribution to Shaping Agroecological Thought*. Agroecology and Sustainable Food Systems.

12 Precarização das condições laborais, onde o trabalho «à jorna» (associado ao trabalho temporário no campo) se estende a outros setores, com contratos por dia ou horas.

13 No lugar do trabalho.

14 Eduardo SG e Joan Martínez-Alier, 2005. *New Rural Social Movements and Agroecology*.

15 A tal ponto que assistimos, no seio do Alentejo, à designação PREC ser usada pela associação Terra Sintrópica como nome de um projeto «agroecológico» de vanguarda... e ser rebatizado de Processo *Regenerativo* em Curso.

Redizendo a coisa das vidas suspensas da vida...

Luiz Araújo (Luguara)

só...
estão aí
não fogem de nada
não estão indo
nem chegando
já nem são nostalgia convocando regressos
nem à guerra
nem ao fundo da memória
só
viventes, ainda
para espanto do mundo
passando agora
aqui
condenados sem crime nem auto de justiça
só
não gente querendo ser gente
como toda a gente que é gente
só
aspirações à terra e à vida
só
a utopia dum sítio ao sol
sonho adiado
atirado para lá do horizonte
para trás do futuro
de gente sem direito
nem sequer ao fogo
simplesmente deixados ao Deus dará
além da urbe
no espaço e no tempo
aquém da pátria que os pariu
desconstruída da ideia de libertação
suspensa pela Cosa farsando o Estado
sem direito nem despacho
ainda que só de si
melhor é morrer assim
do que ser eterno traidor, escravo ou corrupto
dizem agora muito poucos
só
filhos de mãe nação nenhuma
destituídos de projecto de vida
excluídos da ideia de país
só
sem chão
sem pasto
nem fé
em qualquer eventual vontade ou
apregoada verdade
discursando a resolução dos problemas do povo
ou prometendo o paraíso além vida
só
duvidas acerca de todos
e sobre tudo
até já sobre a sua própria existência por cá
só
inconstituintes
da República
só
afinal
gado carregado a granel em camiões velhos
fretados no mercado informal
carripanas conduzidas por
outros inconstituintes
descarregando manadas de sonhos lindos
em depósitos de pobreza
além do horizonte
de onde os gemidos lancinantes da fome
amolando a navalha do desespero desprezado
não venha
nem assalte a consciência dalgum primeiro
secretário do comité do partido
o tal homem novo reinventado do chefe-de-posto, empretecido
(endo)colonialmente viciado
só
vegetando eternamente
nas docas de partida urgente
pró castigo no outro inferno cristão
lá em baixo ou lá em cima
de nada
noutro céu
para gentios
só
a reinvenção da história abjurada
congénita sina de gerações descartadas de tudo
feitas hordas sem legado nem registo em
qualquer cartório
do Estado e do paraíso
ou de qualquer outro império total
carburando a pobreza, atraso e medo
fábrica de terror
suspendendo o presente e assassinando
o futuro
onde até só a ideia de amanhã é subversão
reinvenção de perigosos agitadores
só
rapace cobiça voraz
bestiais bocarras insaciáveis
sedentas de terra, ouro e poder
engordando-se de vidas vilipendiadas
traídas também pela cumplicidade do mundo
calado
só
mesmo assim
sem grito nem gesto
até que o braço ouse
incendiar o mundo cão
realizar o verbo ser
gente

Luanda, Janeiro de 2006

Luiz Araújo (Luguara), angolano de origem cabo-verdiana e portuguesa, nasceu na província de Malange, em 24 de dezembro de 1953 e, ao longo da sua vida, foi projetista de arquitetura, ceramista, educador e ativista. Em novembro de 2002, Luiz Araújo fundou em Angola a associação SOS Habitat - Ação Solidária, tonando-se o primeiro Coordenador de Direção, onde dedicou a sua vida a combater as injustiças, ligadas ao direito à terra e à habitação, contra a opressão e a violação dos direitos fundamentais das pessoas.
Em memória de Luiz Araújo, os membros da Associação SOS Habitat, da Associação UYELE, familiares e amigos comprometem-se a continuar a luta por justiça e igualdade, mantendo viva a sua paixão e dedicação aos direitos humanos. Os seus ideais, ações e legado permanecerão como um farol de inspiração para as gerações futuras.

Rafael Morais, Coordenador de Direção da SOS Habitat

Canto eu e a montanha dança, de Irene Solá

Canto eu e a montanha dança é o segundo romance da artista e escritora catalã Irene Solá (Malla, 1990), vencedora do prémio literário da União Europeia 2020.

GIULIA VITINI
PELA BIBLIOTECA DAS INSURGENTES
@BIBLIOTECADASINSURGENTES

Uma das intenções de Solá ao escrever *Canto eu e a montanha dança* foi «escolher um pedaço do mundo, tentar compreendê-lo, vivenciá-lo, olhando-o de vários ângulos diferentes»*.

Os Pirinéus Catalães são o sítio escolhido pela autora, encruzilhada de perseguições e julgamentos de bruxaria, acidentes de caça e histórias de guerra, para onde muitas pessoas fugiram após o fracasso da Guerra Civil.

Todos estes elementos se fundem numa única linha narrativa neste cenário rural e milenar que acolhe uma comunidade diversificada, composta por muitos seres ligados entre si e que se alternam, capítulo após capítulo, na narração.

O romance desenvolve-se através deste coro polifónico de vozes, mas não o faz seguindo uma trama real, mas sim estratificando histórias onde a vida quotidiana é contaminada pelo misticismo e vice-versa, e em que a relação ancestral e visceral com a terra, a floresta e a montanha é uma constante comum a todas as personagens do livro.

A ação fica quase em segundo plano face à originalidade da estrutura narrativa em que Solá realiza um notável exercício de imaginação e personificação: nuvens, cogumelos, corços e espíritos minam a perspetiva puramente antropocêntrica, garantindo que o romance se desenvolve de forma horizontal, livre das hierarquias, onde todos os pontos de vista merecem ser ouvidos.

Desde o primeiro capítulo o leitor percebe a mudança de perspetiva: são as nuvens, com a barriga cheia de chuva e vibrando de eletricidade, que contam a morte do agricultor e poeta Domenéc, atingido por um raio.

É a partir deste acontecimento que o fio narrativo se desenrola. As histórias das demais personagens entrelaçam-se com o drama familiar principal, contos narrados por seres humanos como a esposa Sió, obrigada a criar sozinha os irmãos gémeos Hilari e Mia na aldeia de Matavaques; os cônjuges Neus e Prim; mas também por seres mágicos, como as quatro encantadas Joana, Eulália, Dolceta e Margarida que, entre risos e lágrimas, lançam feitiços, fazem poções, dão à luz filhos e provocam chuvas de granizo.

A voz feminina prevalece, é palpável a irmandade e a solidariedade entre mulheres fortes, capazes de encontrar calor num canto sombrio e duro de um mundo que no geral tenta sufocá-las quando se mostram diferentes do padrão, quando não estão dispostas a dobrar-se e adaptar-se às normas sociais em vigor.

A pluralidade de vozes na narrativa é um exemplo de como a coletividade é a pedra angular do romance, de como esta comunidade colorida de montanha é caracterizada por laços intrínsecos e subterrâneos que unem seres humanos, bruxas, espíritos, diabos e animais.

Quanto à prosa, o estilo de Solá é ao mesmo tempo musical e textural.

A poesia transparece pelo tecido narrativo, mostrando o talento da autora também como poetisa, não sendo por acaso que a sua estreia no mundo literário tenha sido com Bèstia, uma coletânea de poemas. É através de frases curtas e do amplo recurso a comparações e metáforas que Solá evoca imagens vívidas e poéticas nas quais a terra e a floresta se refletem; mas também ao nível do conteúdo a dimensão poética é muito forte: Domenéc é descrito pela mulher Sió como um camponês de alma gentil, que declama poemas em voz alta enquanto trabalha; o filho Hilari não pode não ter a poesia no sangue e guarda todas as suas composições na memória, sem as escrever para não as matar, como ele conta no seu capítulo que, não por acaso, se intitula «poesia».

«Este poema eu compus para
um bom amigo.
Eu olho tudo; os caminhos e as árvores, o céu e o sol, as manhãs e as noites, as pedras e as urtigas, as bostas de vaca e os cumes, e as rochas e as fumaças ao longe e as trilhas de javali… tudo, e vou compondo rimas. Trago a poesia no sangue, eu. E conservo todos os poemas dentro da memória como num gaveteiro bem-arrumado. Sou uma jarra cheia d'água. De água simples como a dos riachos e das fontes. Inclino-me e derramo um jorro de versos. E nunca ponho no papel. Para não matá-los. Porque o papel é água doce do rio que se perde no mar. É o lugar onde fracassam todas as coisas. A poesia tem que ser livre como um rouxinol. Como uma manhã. Como o ar suave do entardecer. Que vai para a França. Ou não. Ou aonde quiser. E também porque não tenho papel nem lápis.»

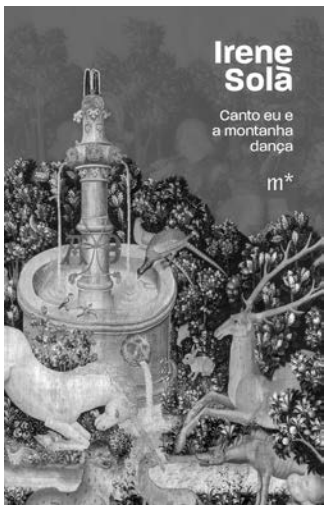
A voz feminina prevalece, é palpável a irmandade e a solidariedade entre mulheres fortes, capazes de encontrar calor num canto sombrio e duro de um mundo que no geral tenta sufocá-las quando se mostram diferentes do padrão, quando não estão dispostas a dobrar-se e adaptar-se às normas sociais em vigor.

Ao longo da leitura fica a impressão de se estar a ouvir histórias ao invés de lê-las. Talvez esta componente oral seja moldada pelas várias legendas a que Solá recorre frequentemente, mas é um carácter para que a sua escrita fragmentada também contribui.

Nesta peculiar ode aos Pirenéus, onde a Guerra Civil deixou uma marca indelével, Solá presta homenagem à Catalunha rural e mística, fazendo um retrato de todos os elementos que a compõem, mas evidenciando a importância dos laços que os ligam, os seus caracteres efémeros, os seus ciclos, a vida e a morte.

* Entrevista:https://bit.ly/3RKsTjL

Uma cópia do livro *Canto eu e a montanha dança*, da Irene Solá está disponível para empréstimo na Biblioteca das Insurgentes, aberta às terças-feiras entre as 16h e às 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f.



Alfredo M. Bonanno (1937-2023)

FILIPE NUNES

Alfredo Maria Bonanno, o principal teórico anarquista do insurrecionalismo, faleceu aos 86 anos a 6 de dezembro, em Trieste.

Desde a década de 1970 que o anarquista italiano participou ativamente nas lutas sociais. Em 1972, após publicar o único número da revista Sinistra Libertaria, visando o estabelecimento programático de um movimento insurrecional, é preso sob a acusação de insurreição armada, de que será absolvido. A perseguição judicial nunca mais o irá largar. Nos anos de chumbo funda a revista Anarchismo e, em 1977, a obra *O Prazer Armado* é apreendida e leva-o à prisão. Posteriormente é a revista que é visada, numa montagem policial que a vinculava, pelos seus debates sobre a luta armada, ao grupo Azione Rivoluzionaria. Na década de 1980, Bonanno desenvolverá no jornal ProvocAzione, a partir de conceitos clássicos como "grupo de afinidade" ou "estruturas auto-organizadas", a base teórica do anarquismo insurrecional e colidindo com a linha anarco-sindicalista.

Em 1972, após publicar o único número da revista Sinistra Libertaria, é preso sob a acusação de insurreição armada (...) A perseguição judicial nunca mais o irá largar.

A partir de 1995, na megaoperação Processo Marini, contra o movimento anarquista italiano, é acusado de ideólogo de um grupo armado denominado "Organização Revolucionária Anarquista Insurrecional". No desfecho judicial em 2004, apenas 11 dos 68 presos foram condenados, incluindo Bonanno, a seis anos de prisão por apologia e propaganda subversiva. A essa farsa judicial seguir-se-á nova operação repressiva, apontada desta feita à Federação Anarquista Informal, sendo acusado, de novo, de seu líder teórico. No virar do século, acompanhando o incremento insurrecional, Bonanno é preso em 2009 na Grécia, pela cumplicidade num assalto ao Banco do Pireu, acabando libertado e extraditado um ano depois, devido à idade avançada de 74 anos.

Autor de vários livros, artigos e panfletos, os mesmos conheceram em Portugal somente edições fotocopiadas, como, por exemplo, pela Raividições (A Tensão Anarquista; O Prazer Armado; O Projeto Anarquista Insurrecional, todas elas em 2007). Em Junho de 2012 a Livraria Gato Vadio no Porto acolheu uma conversa com o anarquista italiano.

Em "Anarquistas e Acção", que pudemos ler na publicação da zona de Lisboa "Saltar Para o Desconhecido" (nº2, 2008), Bonanno recusa a crítica às «ações pequenas» de «insignificantes e ridículas, contra uma estrutura tão imensa como é a do poder capitalista», e declara-as, no sentido da insurreição, como base para que «um conflito latente se possa desenvolver e ser trazido ao de cima. Desta forma, é estabelecido um contacto entre a minoria anarquista e a situação específica onde a luta pode ser desenvolvida».

Amplos afloramentos

JÚLIO HENRIQUES

É sem dúvida um prodígio a reedição num só volume dos três romances de Manuel da Silva Ramos & Alface que foram publicados individualmente entre 1977 e 1996. Com efeito, estamos perante uma aventura literária única na literatura portuguesa: três obras escritas a meias, ao longo de vinte e cinco anos, entre Toulouse, onde MSR se encontrava exilado desde 1971, e Lisboa, onde Alface morava. As três edições iniciais registam-se assim: *os lusíadas* (1977, cooperativa Assírio & Alvim), *as noites brancas do papa negro* (1982, A Regra do Jogo), *beijinhos* (1996, Fenda). O triplo mergulho de uma língua alucinada e alucinante na assombrosa história da sociedade portuguesa daquém e dalém mar.

A assinalar desde já: as três obras, apesar da sua singular criatividade (ou por causa dela), foram acolhidas com contumaz omissão. À primeira, que abriu as hostilidades, só o escritor Almeida Faria reagiu com uma notável recensão (na revista *Colóquio/Letras*, Janeiro de 1979). Anos depois, ao publicarmos na revista anarquista *Utopia* (nº 1, 1995) duas páginas para lembrar este livro, transcrevemos uns passos do texto de Almeida Faria que será de salubridade pública citar aqui: «*Os Lusíadas* […] é um romance que, noutro país, seria assinalado, discutido, estudado, justamente considerado como algo de anormal. Mas que fazer se a terra dos Lusíadas caiu em profundo coma e já nada a abala? Assim o livro foi saudado pelo silêncio total, sem prémios, sem leitores, sem crítica, rara notícia ou excerto num jornal. O leitor parece vacinado (ou viciado, ou anestesiado) contra toda a capacidade de surpresa, é difícil espantar-se e, se algo sai das baias, dos varais que nos amarram à timorata estreiteza, à tacanhez tão cordata desta casa portuguesa, finge não ter visto, prosseguindo o elogio ao sabido, aos sabidos literatos que não arriscam, jogam sempre no cavalo certo do sucesso, de preferência fácil.» Como soam estranhamente exactas estas palavras, 47 anos depois!

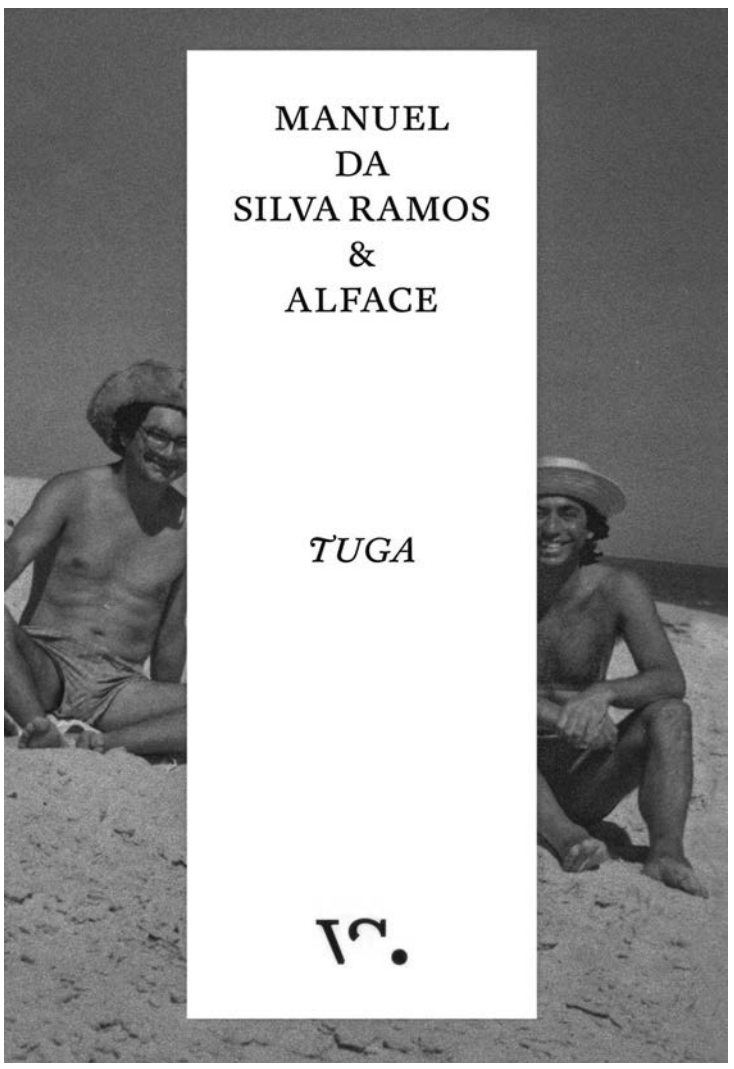
Quase um ano após a publicação de *Tuga – Uma Trilogia*, o silêncio (já proverbial?) tem-se mantido nas diversas folhas portuguesas especializadas em livros e literatura. Mas esta arriscada reedição pela vs. vem enriquecida com um seriíssimo prefácio do ensaísta Manuel Portela,

> O triplo mergulho de uma língua alucinada e alucinante na assombrosa história da sociedade portuguesa daquém e dalém mar.

e o presente prefácio constitui a mais documentada porta aberta (análise e interpretação) para aquilo que esta trilogia pode revelar aos olhos, porventura esbugalhados ou incrédulos, dos leitores actuais. Intitulado «Que grande gargalhada! (A língua a ouvir-se, a vir-se, a rir-se)», chama desde logo a atenção para a formidável dimensão lúdica e literariamente festivo-desbragada presente nos três títulos, que deles faz um monumento à descoberta da arte literária *significante*, bem como ao riso libertador e a uma muito rara criatividade, aqui ou noutras paragens. É raríssimo ver em texto uma alegria destas.

A forma e o conteúdo de *Tuga – Uma Trilogia* são demonstrativos de uma invulgar vitalidade imaginativa no plano da narração, dos prodigiosos diálogos, da construção visionária que subjaz a toda esta trama romanesca, para cujo palco são chamadas as mais instigadoras e surpreendentes personagens vivas da nossa literatura. Convindo notar que, sendo esta trama de contornos surrealizantes, ela não assenta, de maneira nenhuma, num imaginário gratuito ou incorpóreo: estes três livros *re-apresentam* e *re-instalam* a sociedade portuguesa nos seus movimentos complexos e contraditórios vindos de trás, de um império tragicómico que conduziu o país à mais cantada opulência e à mais ingente miséria (*os lusíadas*); que tentou reproduzir-se contra ventos e marés (*as noites brancas do papa negro*); e que depois se viu obrigado a dizer adeus às suas próprias e sinistras pulsões internas (*beijinhos*). É um retrato completo de algo viscoso e dançarino cujas sombras permanecem aqui mesmo ao nosso lado. Ou até dentro de nós.

Tuga – Uma Trilogia
Manuel da Silva Ramos & Alface
Prefácio (extralúcido) de Manuel Portela
VS. Editor, Lisboa, 2023, 996 pp.



De Jonathan Crary, ensaísta norte-americano, foram já publicadas entre nós duas outras obras, *Técnicas do Observador* (Orfeu Negro, 2017) e *24/7: O Capitalismo Tardio e os Fins do Sono* (Antígona, 2018). Crary é uma referência no estudo da cultura visual, situando-a na consolidação do capitalismo contemporâneo como movimento geral de colonização do tempo e do espaço.

> estamos hoje perante o «derradeiro acto do projecto louco e incendiário de um mundo totalmente ligado por cabos»

Terra Queimada parte de uma análise da implantação política da Internet para mostrar como esta superentidade se tornou, nas mãos dos superpoderes empresariais criados graças a ela, uma incontrolada maquinaria de devastação – o título do livro não é metafórico. O autor age aqui no difícil e impopular terreno de um grande impensado, sabendo-se como a Internet é em geral encarada não só como uma coisa boa, mas como uma sagrada divindade suscitadora de entusiasmos e preces.

O autor sublinha que nestes entusiasmos acríticos se revela uma dramática e constante irreflexão: «…a ideia de que a internet pode funcionar independentemente da operação catastrófica do capitalismo global é uma das alucinantes ilusões da actualidade.» Com efeito, «[t]odos os telemóveis, computadores portáteis, cabos, supercomputadores, *modems*, torres de servidores e torres de telemóveis são concretizações dos processos quantificáveis do capitalismo financeirizado», que pôde modernizar-se e expandir-se graças a esta sua nova «ferramenta» de combate na guerra social que desde sempre leva a cabo. Segundo Crary, estamos hoje perante o «derradeiro acto do projecto louco e incendiário de um mundo totalmente ligado por cabos, da crença temerária de que conseguiríamos disponibilizar energia eléctrica 24/7 a um planeta de oito mil milhões de pessoas, sem as desastrosas consequências que agora se verificam por toda a parte».

Na verdade, o que a Internet veio concretizar foi a profecia de um mercado global feita por Karl Marx na década de 1850: «Marx entendeu a inevitabilidade de uma unificação capitalista do mundo, no qual progressivamente se reduziriam os limites à velocidade de circulação e troca graças à "aniquilação do espaço pelo tempo"», tendo Marx também apreendido «que o desenvolvimento de um mercado mundial levaria necessariamente à "dissolução da comunidade" e de quaisquer relações sociais independentes da "tendência universalizante do capital"». De facto, não é hoje difícil perceber que «o isolamento associado aos meios de comunicação digitais prolonga a fragmentação social que as forças institucionais e económicas foram produzindo ao longo do século XX».

Além disto, devemos notar que este livro é uma séria contribuição para se pensar, desde já, o que poderá ser «o mundo pós-capitalista».

Terra Queimada - Da Era Digital ao Mundo Pós-Capitalista
Jonathan Crary
Antígona, Lisboa, 2023,
trad. Nuno Quintas, 160 pp.

Intrusões Vegetais

SÍLVIA DAS FADAS / CINEMA FULGOR
@CINEMA_FULGOR

Depois de um Fulgor dedicado ao Animal, sobre o qual escrevemos no número anterior do MAPA, seguiu-se um Fulgor dedicado ao Mineral, com *The Last Things* (2023), de Deborah Stratman e *Agelastos Petra* (2000), de Filippos Koutsaftis. O terceiro destes fulgores de Outono, que evocaremos aqui, centrou-se no Vegetal. Convocámos o filme *Foragers* (2022), da artista visual palestiniana Jumana Manna, precedido de *The Secret Garden* (2023), da artista libanesa e programadora de cinema Nour Ouayda, numa projecção-oferenda à resiliência das plantas e à resistência do povo palestiniano.

Em *Foragers* acompanhamos as respigadoras e os respigadores palestinianas/os a colherem plantas bravias nos territórios ocupados, prática que é proibida pelo Estado de Israel. A privatização da flora selvagem nativa, como za'atar (tomilho) e 'akkoub (uma espécie de alcachofra), e a criminalização da sua recolha, são ferramentas opressivas usadas para afastar ainda mais os palestinianos das suas terras. Apesar das multas e de punições que podem ir até três anos de prisão, as/os palestinianas/os persistem em colher estas plantas comestíveis que crescem em abundância na natureza, num acto que tem tanto de sobrevivência como de recusa e resistência anti-colonial.

Filmado nos Montes Golã, na Galileia e em Jerusalém, o filme iniciou-se com as recolecções dos pais de Jumana Manna, de familiares próximos e de vizinhos, reencenando as histórias que viveram ou ouviram contar nas suas aldeias sobre estes costumes de recolha de plantas nativas, postos em causa pelas leis israelitas de protecção da natureza, as tentativas de fuga, goradas ou bem sucedidas, as multas e os julgamentos... Com uma câmara na mão, também ela respigadora, pelas ervas altas afora, seguimos as/os protagonistas nas suas saídas de campo, nas fugas às autoridades israelitas, no processo de venda clandestina destas plantas, na intimidade e no cuidado de refeições preparadas, cozinhadas e saboreadas.

Trabalho coletivo em Somonte. Fonte: Arquivo SAT-SOC.

Em imagens de arquivo da televisão israelita, e mais tarde numa sequência encenada, aprendemos que em alguns kibbutzim se cultivam estas mesmas plantas para serem vendidas aos palestinianos, interditos de as colher no seu estado selvagem.

As sequências na natureza contrastam com as cenas que têm lugar no tribunal, em que a câmara fixa as/os recolectoras/es em planos aproximados, relegando as vozes *científicas* da autoridade israelita para um fora-de-campo. Estas defesas revelam hierarquias sistémicas, bem como a persistência de quem desafia estas leis proteccionistas por serem injustas e baseadas em enquadramentos legais absurdos. Os discursos de defesa são desafiadores, insolentes e imbuídos de um humor irónico. Trata-se de discursos ocultos, no sentido que James C. Scott lhes atribui, e que ao serem enunciados através do cinema se transformam em ensaios para a libertação. Como a fala de Samir, apanhado por quatro vezes, e que ao ser interrogado diz obstinadamente que será de novo apanhado em 2050, com os seus filhos e os seus netos, porque continuará o caminho trilhado pelos seus avós, e essa é a sua verdade. Nas palavras de Jumanna Manna: «Podemos pensar nesta liberdade de agir e de dizer o que se pensa como um lugar de subversão, ou um espaço de ensaio para futuros libertadores e libertados».

Devido à incomensurabilidade da tragédia humana na Palestina/Israel, é raro ver a natureza ser a protagonista, mas as formas quotidianas de resistência e de sabotagem afirmativa são múltiplas, e a transmissão de conhecimentos ancestrais relacionados com a terra, com as suas formas de memória e de saber-fazer situados, continuam a existir fora do controle do estado. Assim como o amor e a alegria, apesar das políticas de extinção.

> A privatização da flora selvagem nativa (...) e a criminalização da sua recolha, são ferramentas opressivas usadas para afastar ainda mais os palestinianos das suas terras.

Na geografia em que nos encontramos, entre o Atlântico e o Mediterrâneo, multiplicam-se as caminhadas de reconhecimento de plantas selvagens, conduzidas sobretudo por mulheres. Importa lembrar que estas práticas de manutenção das relações com a terra e com o que nela cresce se inscrevem numa história comunal, de baldios, e de conhecimentos transmitidos de geração em geração.

Foragers foi antecedido por *The Secret Garden (2023)*, de Nour Ouayda, que transfigura a nossa percepção da potência vegetal ao enquadrar seres vegetais em todos os seus planos, exceptuando os intertítulos. Pelas vozes de Camelia e Nahla sabemos que os habitantes de uma cidade que não é nomeada acordam de manhã e descobrem que árvores, plantas e flores, nunca antes vistas, irromperam repentinamente pelo espaço público, transformando-o. As plantas estão por toda a parte e parecem conspirar. Tratar-se-á de uma ocupação? «Eventos estranhos e misteriosos começam a acontecer», enquanto as narradoras investigam as origens dessas novas e peculiares criaturas. Ao longo de oito capítulos, as duas amigas procuram o jardim secreto, abrigo para dissidentes, invisível e, ao mesmo tempo, deixando-se adivinhar por todo o lado. É possível que, após termos visto e escutado *The Secret Garden* passemos a olhar de outro modo as plantas ao redor. Quem são e o que podem estes viventes vegetais com quem co-existimos? O que dizem sobre nós as nossas tentativas de as domesticar, duplicar, catalogar, classificar...? Como propor outras narrativas, nem totalmente familiares, nem totalmente estranhas?

Jumana Manna propõe que «imaginar como uma ecologia de preservação e decadência pode incorporar a justiça social e a autodeterminação das populações envolvidas - humanas e outras - é a chave para a emancipação planetária e para qualquer futuro da vida neste planeta».

Na vila de Mértola, as conversas a seguir aos filmes giraram em torno das plantas bravias, dos seus usos e costumes no Baixo Alentejo. Na aldeia de São Luís, convidámos Haneen, uma das poucas palestinianas a viver na região, natural de Gaza e nascida sob a ocupação [ver nesta edição págs. 3-5], a relacionar-se com os filmes propostos e a partilhar com a comunidade de espectadoras/es do Cinema Fulgor a sua experiência e testemunho face à escalada da violência em Gaza e ao genocídio em curso. Agradecemos a sua presença e contributo.

Por um cinema vivo e em defesa da Vida, jardim secreto para todas as dissidências.

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 40
Janeiro-Março 2024

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier*, Júlio Henriques, Os Ingovernáveis, Vozes de Dentro, Giula Vitini, Biblioteca/Livraria das Insurgentes, Sílvia das Fadas, António Luís Catarino, Rodrigo Neto, António Falcão, Rita Comedida, Abril Rodríguez Cuevas, Ana Queijo, Mariana Riquito, João da Montanha, Jorge Valadas, Luís Leitão, Lupita Valdez Castilla, Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão, Statewatch.org, Luís Fazendeiro, Rafael Morais, Roseiras Bravas, Ana Afonso, Diana Dionísio, Ricardo Ventura, Pedro Cerejo, Susana Baeta, Sofia Pereira, Guilherme Malaquias, Mariana Vieira, Sónia Gabriel.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Livraria Aberta

A Livraria Aberta é o mais recente espaço de venda do Jornal MAPA na cidade do Porto. Afirma-se uma livraria queer e não se limita a vender livros: desde 2021, quando abriu, a Livraria Aberta acolhe sessões à volta de livros e de outras artes.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Tendo em conta o ano em que as portas da livraria se descerraram, o nome «Aberta» é uma vingança contra a Covid-19?

A ideia nasceu, de facto, durante o primeiro confinamento, na primavera de 2020, quando nos vimos em casa, ainda que a trabalhar, sem grande ideia do que teríamos à nossa espera quando voltássemos. No segundo confinamento, no inverno de 2021, já tínhamos tudo pensado e só tivemos de esperar para poder abrir a empresa, alugar o espaço e começar a trabalhar. Decidimos abrir a 28 de junho, o dia da revolta de Stonewall, em 1969, e abrimos assumidamente em construção, sem festa, com as estantes meio vazias e sem conhecermos uma única das pessoas que hoje ocupam a casa como clientes e amigos. O nome «Aberta» pode ser lido como entenderem, mas partiu da nossa vontade de criar um catálogo verdadeiramente inclusivo. O nome diz ao que vimos.

O que é uma livraria *queer*?

Para nós, em 2021, o termo «*queer*» fazia mais sentido para o que queríamos: porque é estranho, porque é ambíguo e, consequentemente, mais lato. Na prática, quem nos procura vai encontrar um catálogo interseccional de autoria ou representação LGBTQIAP+ e racializada, teoria feminista, estudos de género, e histórias de discriminação e resistência. Temos ainda uma grande área cinzenta, feita daqueles livros que permitem ou pedem uma leitura *queer*, independentemente das intenções de quem os escreveu, e uma pequena secção infantil e juvenil. É importante salientar ainda que, apesar de sermos a primeira livraria *queer* a existir no Porto, somos a segunda em Portugal, depois de Jó Bernardo ter gerido a Esquina Cor-de-Rosa, em Lisboa, de setembro de 1999 a fevereiro de 2005.

Que balanço fazem destes dois anos e meio de abertura?

Enquanto negócio sustentável, por um lado, e enquanto projeto que conseguiu marcar o seu espaço do ponto de vista estético e curatorial, por outro, a livraria tem-se provado a si mesma e não precisa da nossa defesa. Claro que é difícil explicar como é importante que exista uma livraria *queer*. As pessoas não podem sentir falta de algo que nunca tiveram, e a maior parte do nosso público não chegou a conhecer a Esquina Cor-de-Rosa. Além disso, há ainda a nossa forma de termos uma livraria temática. A livraria podia ser mais virada para o público turista, ter mais coisas à venda para além dos livros, estar menos envolvida com as associações ativistas e os espaços comunitários da cidade. Mas esta é a livraria que escolhemos abrir.

Se alguém chegar à Livraria aberta e pedir para ler o MAPA, o que lhe aconselhariam, assim à laia de menu, para acompanhar essa leitura?

Os ensaios de Ailton Krenak – como "A vida não é útil: ideias para salvar a humanidade", (ed. Objetiva), ou "Bichxs de merda: Aristóteles, fêmeas e outros monstros de-generativos" de P. Feijó (ed. maio maio); as antologias de poesia "Queer Nature" (ed. Autumn House) ou "We Want It All: An Anthology of Radical Trans Poetics" (ed. Nightboat Books); os romances "A charca" de Manuel Bivar (ed. Língua morta) ou "As malditas" de Camila Sosa Villada (ed. BCF). Aconselharíamos ainda qualquer concerto, exposição, publicação ou performance a que consigam deitar a mão da Odete ou do coletivo The Cursed Assembly.

Livraria Traga-Mundos

A Livraria Traga-Mundos – livros e vinhos, coisas e loisas do Douro, em Vila Real, especializa-se na cultura transmontana, desde que abriu portas em 2011, e é também um lugar onde mora o vinho e o artesanato, mafarricos e bruxas, oficinas e exposições.

SANDRA FAUSTINO
SANDRA.FAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Como surgiu a livraria Traga-Mundos e porquê o nome?

O desejo de ter uma livraria na «idade da reforma» era um projecto que eu acalentava há muito. Concretizou-se quando decidi reaproximar-me dos meus pais e família, na sua aldeia de Trás-os-Montes, e abri a porta na zona histórica de Vila Real em 2011. A livraria é um espaço temático sobre a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, uma região muito rica na sua geografia, gentes, natureza e culturas, desde as serras do Barroso ao planalto Mirandês, do Parque Natural de Montesinho ao Alto Douro Vinhateiro. Uma região de escritores e músicos, poetas e artesãos; de mitologias populares, trastos e mafarricos, «almas penadas e diabos, bruxas e maus-olhados», moiras encantadas e maruxinhos. O nome evoca a obra "Senhor Ventura", de Miguel Torga.

Para além dos livros, que mais se passa na Traga-Mundos?

A Traga-Mundos é uma livraria especializada em Trás-os-Montes e Alto Douro mas também um espaço onde se realizam diversos eventos: encontros, palestras, tertúlias, exposições, cinema, oficinas - desde o fabrico de velas artesanais ou pão, até à fotografia, à escrita ou às fanzines; sessões de degustação; provas e cursos de vinho; noite de jogos de tabuleiro.

Como tem sido a relação da livraria com a cidade?

Ao longo de 12 anos de porta aberta e de múltiplas actividades, continuamos sem qualquer colaboração, articulação, apoio das entidades responsáveis pela cultura, turismo, fundações, comércio, empresas, imprensa, empreendorismo e afins. Significa também que somos independentes – sem compadrios, sem «capelinhas», nem clientismos partidários. Preferimos a acção de levar os livros pela região e levamos bancas de livros aonde podemos e para onde somos convidados: seminários, feiras, congressos, jornadas, escolas, teatros ou bibliotecas.

As pessoas mais jovens são também leitoras ávidas?

De «avidez» de leitura anda o país e o mundo há muito em dita «crise»! Uma livraria é frequentada maioritariamente por pessoas que amam o Livro e a Leitura. Na realização mensal das tertúlias de leitura, e nas sessões de partilha de poesia, acolhemos diversos leitores onde se incluem bastantes jovens – o que nos permite consolidar uma perspectiva deveras optimista do futuro do Livro e da Leitura. Salientando que uma livraria oferece um espaço de leituras alternativas – como é o exemplo do jornal Mapa –, de cultura diversificada, plural, de diferentes perspectivas e opiniões, caleidoscópio de olhares e de correntes de sentimentos, de cidadania e saber pensar.

Podes deixar-nos uma sugestão de literatura transmontana?

Na impossibilidade de nomear diversificadas obras e inúmeros autores, preferimos deixar o convite para visitarem a livraria traga_mundos e o «mundo maravilhoso» (Miguel Torga) que os acolherá: romances, poesia, fotografia, ciências sociais, estórias orais e infantis, história, teatro, etnografia, guias, arte, viticultura, banda-desenhada, património, botânica, monografias, gastronomia, em língua portuguesa, transmontana e an mirandés – Asterix, L Princepico, libro de bersos, etc.

Toda a guerra é macaca
Ilustração: Rodrigo Neto Poeta, pintor e fraude

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 40
JANEIRO-MARÇO 2024
3000 EXEMPLARES

«A internet está capturada»

CENTRO DE MÉDIA INDEPENDENTE

A rede indymedia nasceu no final do século xx, nas ruas de Seattle e rapidamente se alastrou a todos os continentes. Pretendia praticar um jornalismo não profissional, feito pelas pessoas e pelos movimentos em luta. Em Portugal surgiu já no início do séc. xxi, quando a folha informativa libertária Azine se uniu à rede global e se transformou em pt.indymedia.org. Entre desaparecimentos e reaparecimentos, foi durando até sucumbir ao canto de sereia das redes sociais, à obsolescência dos seus softwares, à incapacidade técnica e à ausência de apoio. Em 2018, parecia uma morte sem remissão. Mas o indymedia parece ter mais vidas do que um gato e a verdade é que o Centro de Média Independente português deu lugar a um novo projecto, que é tanto a sua continuação como a assunção da quebra da rede Indymedia internacional, ao alojar-se agora em servidor próprio: indymedia.pt. A decisão foi mais uma consequência do fim dessa rede do que uma opção consciente. Com problemas no servidor antigo e com a incapacidade em contactar a equipa técnica do Indymedia global, o centro de média independente português decidiu seguir caminho próprio.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Em primeiro lugar, importa perguntar: «porquê agora»?

Torna-se cada vez mais evidente que as notícias são controladas por editoras com base em práticas economicistas. Com a centralização da produção de informação para um público global, por exemplo, através de agências como a Lusa ou a Reuters, cada vez se fala menos das questões locais e dos problemas que as comunidades enfrentam. Isto é uma situação paradoxal, porque, nas últimas décadas, desenvolveram-se precisamente as ferramentas digitais de produção de conteúdo que levaram a que todos os dias as pessoas do mundo inteiro publicassem quantidades imensas de informação na internet. Mas onde é que está essa informação? Muitas vezes, está escondida em perfis dentro de redes privadas, como o Facebook, que não são acessíveis a ninguém que não tenha uma conta. Nesse sentido, e com o surgimento destas ferramentas digitais, podemos apropriar-nos delas coletivamente para informar e divulgar informação regional e internacional.

Enquanto que num blog se controlam as publicações, numa plataforma de publicação livre como o Indymedia surge a necessidade de moderar conteúdos – como fake news ou propaganda nazi. Como lidam com isto?

Isso toca numa questão central da Indymedia, que nunca foi consensual, e que depende de imensos fatores sociais e de uma moderação ativa de um coletivo. Mais do que de publicação aberta, é uma questão de discussão aberta. Será possível voltarmos a criar fóruns digitais abertos? Ou, com a aparição dos *bots* e do *spam*, isso tornou-se inviável? Até porque as pessoas já estão todas no Facebook, cada vez mais isoladas, espiadas, controladas, atomizadas... Os grupos ambientais, os dos animais, os dos fascistas, os dos caçadores, têm todos imensa gente e imensos comentários! É uma situação mesmo muito diferente de há 10 ou 15 anos. A internet está completamente diferente, capturada. De facto, é preciso gente para fazer moderação. Mas, para já, nem temos assim tanta gente a produzir conteúdo no Indymedia. O outro lado dos Centros de média Independente passa por abrir espaços de colaboração para jornalistas independentes e por, coletivamente, fazer sair a informação. Essa era uma questão social que a Indymedia se propunha solucionar, porque assim as pessoas podiam fazer um trabalho «mediático» para chegar às diferentes comunidades em que participavam, criando uma alternativa forte e concreta aos média tradicionais. Talvez seja melhor começar por aí: tentar que as pessoas que estão a fazer jornalismo independente possam abrir este espaço colaborativamente e trabalhar em conjunto. A partir daí, tomar decisões: como abrir o espaço a mais gente, como fazer a moderação ou como criar ferramentas de produção de informação num modelo «DIY-DIT-DIWO»[1]. É essencial ter um espaço de publicação livre, mas é também importante que consigamos encontrar um modelo comunitário e coletivo que torne isso viável.

Que balanço fazem destes meses iniciais?

Nesta altura, já contávamos ter uma participação mais ativa de elementos novos, mas vamos colaborando à medida que podemos. Temos vindo a apoiar e a manter o eventos.coletivos.org atualizado, um calendário colaborativo que serve de ponto de partida para as reportagens nos territórios e que ajuda a perceber o que se está a passar em cada momento. Notámos também um crescimento das redes de contactos que temos e dos coletivos que interagem com o projeto desde o seu surgimento, e esperamos conseguir que mais pessoas se interessem pelos média independentes.

NOTAS

1 DIY: Do it yourself; DIT: Do it Together; DIWO: Do it with others.

MAPA BORRADO
POR UM ATENEU LIBERTÁRIO NA ZONA DE LISBOA
A BATALHA
boesg
(...)E DESTA MANEIRA, TEMOS DE NOS PROTEGER DAS CONSTANTES AMEAÇAS DE DESPEJO E FINALMENTE CONSEGUIR UM ESPAÇO QUE SEJA NOSSO. EM QUE POSSAMOS PRESERVAR O ACERVO DA NOSSA MEMÓRIA SUBVERSIVA (...)
CULTURA NO MURO. JANEIRO DE 2024
NINGUÉM QUER DIZER MAIS NADA? ENTÃO PODEMOS IR DESCENDO, AS PORTAS PARA OS CONCERTOS JÁ DEVEM ESTAR ABERTAS..
HEI! JÁ ACABOU A APRESENTAÇÃO
SIM, ACABOU AGORA
OH PÁ. E QUE TAL? MUITA DISCUSSÃO IDEOLÓGICA?
NEM POR ISSO. MAIS QUESTÕES TÉCNICAS
GRAAAAAAAA A COISA É SÉRIA QUANDO A UNIÃO É CABAL
VEM DE NECESSIDADES COMUNS...
MAS É DIFÍCIL. COMPRAR UM IMÓVEL NOS TEMPOS QUE CORREM
VAMOS PARA ONDE? PARA UM GALINHEIRO NA QUINTA DA MARINHA?
COMO VAMOS ARRANJAR ESSE DINHEIRO?
HÁ-DE HAVER UMA MANEIRA..
LI NO OUTRO DIA COMO O ASCASO* E ALGUNS CAMARADAS FINANCIARAM A FUNDAÇÃO DE UMA REVISTA. SABES COMO?
AH! APOSTO QUE FOI A ASSALTAR BANCOS.
* FRANCISCO ASCASO, MILITANTE DA CNT. MORTO EM 1936.
NÃO DESSA VEZ. EMPREGARAM-SE EM ARMAZÉNS E FÁBRICAS E DORMIAM NA RUA, E COMIAM NA SOPA DOS POBRES. DEPOIS USARAM OS SALÁRIOS COMO FINANCIAMENTO.
GSHHHHHH
NA RUA?
MAS ERA INVERNO?
IMAGINA QUE ESSA OPÇÃO AGORA É SÓ SOBREVIVÊNCIA
WAGAS '24